

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**A Criança em Situação de Rua na Cidade de Lisboa:
Construção como Problema do Serviço Social**

Maria Pizarro Monteiro Marques da Gama

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social

Orientador:
Doutor Jorge Ferreira,
Professor Auxiliar Convidado do
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2011



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**A Criança em Situação de Rua na Cidade de Lisboa:
Construção como Problema do Serviço Social**

Maria Pizarro Monteiro Marques da Gama

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social

Orientador:
Doutor Jorge Ferreira,
Professor Auxiliar Convidado do
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2011

Agradecimentos

A todos os que me apoiaram e me ajudaram a descobrir a paixão de servir os outros através do Serviço Social. Ao longo do meu percurso académico agradeço aos vários professores e em especial ao Professor Doutor Jorge Ferreira, meu orientador de dissertação e à Professora Doutora Maria do Rosário Serafim.

À Professora Doutora Sílvia Koller da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, que através da sua entrega e dedicação às crianças de rua me inspirou e fortaleceu ao longo do trabalho.

Ao IAC, Projecto Rua, a toda a sua Direcção e em especial a toda a Equipa de Rua que se disponibilizou a colaborar nesta investigação de forma incansável e generosa.

A todas as crianças em situação de rua, especialmente da cidade de Lisboa, fundamento de toda esta investigação e a quem dedico este trabalho.

A todos os meus amigos que me apoiaram e me ajudaram ao longo deste percurso, em especial a todos aqueles com quem desenvolvi projectos que me fizeram crescer e conhecer.

À minha Mãe, ao meu Pai e ao meu irmão Miguel por todo o amor, dedicação e compreensão.

A Deus... por tudo!

Resumo

A realidade das crianças em situação de rua tem vindo a transformar-se ao longo da evolução da sociedade. Através desta investigação pretendemos estudar as crianças em situação de rua da cidade de Lisboa com intervenção institucional e do assistente social com ou sem estrutura familiar suporte.

Através da pesquisa documental e da realização de entrevistas a quatro técnicos do *Projecto Rua – “Em Família Para Crescer”*, do *Instituto de Apoio à Criança*, procurámos sistematizar a diversidade de concepções de criança em contexto de rua nas ciências sociais e em particular no Serviço Social, conhecer a evolução dessa realidade ao longo do tempo e definir o perfil actual do grupo-alvo. Para além disso, pretendemos conhecer e compreender qual a influência do Sistema de Protecção Social Nacional na resposta a este fenómeno, assim como estabelecer a relação com a intervenção do Serviço Social, identificando os modelos de intervenção social na promoção e defesa dos direitos destas crianças.

Através de uma pesquisa exploratória, apoiada numa abordagem qualitativa, analisam-se os dados recolhidos em três dimensões distintas: Criança em situação de rua; Sistema de Protecção em Portugal; Intervenção Social e Serviço Social.

Palavras-chave

Criança em situação de rua; Sistema de Protecção Social em Portugal; Intervenção Social e Serviço Social

Abstract

The problem of street children has evolved with society. The aim of this investigation was to study children in a street context in the city of Lisbon receiving help from certain institutions and social workers with or without a family structure.

By researching documents and interviewing four professionals of *Projecto Rua – “Em Família Para Crescer”* of the *Instituto de Apoio à Criança* we have tried to classify the different conceptions of street children in social sciences and in particular Social Work, to understand the evolution of this problem and to define the current profile of the target group. Moreover, we have tried to understand what influence the Portuguese Social Protection System has in the resolution of this problem as well as establishing the relationship with the action of Social Work, identifying the methods that the professionals use in the promotion and defence of the rights of these children.

Exploratory research, supported by a qualitative approach has allowed us to analyse the data collected in three distinct categories: Street children; Social Protection System in Portugal; Social Action and Social Work.

.

Key-words

Street children; Social Protection System in Portugal; Social Action and Social Work.

Siglas

AMI – Assistência Médica Internacional

CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

DGRS – Direcção-Geral da Reinserção Social

EFSC – Federação Europeia para as Crianças de Rua

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IAC – Instituto de Apoio à Criança

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

JAC – Centro de Ajuda Juvenil Prayas

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PEETI – Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

PETI – Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

PIEC – Programa para a Inclusão e Cidadania

PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSP – Polícia de Segurança Pública

REMAR – Reabilitação de Marginalizados

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Índice

Agradecimentos.....	I
Resumo.....	II
Abstract.....	III
Siglas	IV
INTRODUÇÃO.....	5
I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	7
1. Perspectivas teóricas sobre o fenómeno crianças em situação de rua	7
2. Conceptualização, dimensão e evolução do problema	10
3. O papel do Serviço Social na intervenção com crianças em situação de rua	13
4. Enquadramento Legal do problema criança em situação de rua	19
5. Intervenção Institucional com crianças em situação de rua	26
II. DESENHO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO	31
1. Objecto de estudo.....	31
2. Campo Empírico	32
3. Método	33
4. Técnicas de recolha e tratamento de dados	34
III. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	37
1. Criança em situação de rua.....	37
1.1 Evolução do grupo-alvo na cidade de Lisboa.....	37
1.2 Criança em situação de rua na actualidade.....	40
2. Sistema de Protecção Social em Portugal	48
3. Intervenção Social e Serviço Social	52
3.1 Princípios orientadores da intervenção na área das crianças em situação de rua	52
3.2 Dificuldades na intervenção	55
CONCLUSÃO.....	61
BIBLIOGRAFIA	65

Índice Anexos

Anexo 1 – Caracterização do Grupo-Alvo do Projecto Rua	73
Anexo 2 – Guião de Entrevista aos técnicos e assistente social da Equipa de Rua	75
Anexo 3 – Guião de Entrevista à Coordenação do Projecto Rua	81
Anexo 4 – Dados Entrevistados	87

Anexo 5 – Zonas de maior risco e concentração de menores em contexto de rua	88
Anexo 6 – Categorização dos Dados Recolhidos	91
Anexo 7 – Curriculum Vitae	147

*"A criança é o princípio sem fim.
O fim da criança é o princípio do fim.
Quando uma sociedade deixa matar as crianças
É porque começou seu suicídio como sociedade.
Quando não as ama é porque deixou de se reconhecer como humanidade.
Afinal, a criança é o que fui em mim e em meus filhos enquanto eu e humanidade.
Ela, como princípio, é a promessa de tudo. É minha obra livre de mim.
Se não vejo na criança, uma criança, é porque alguém a violentou antes,
E o que vejo é o que sobrou de tudo que lhe foi tirado.
Mas essa que vejo na rua sem pai, sem mãe, sem casa, cama e comida,
Essa que vive a solidão das noites sem gente por perto, é um grito, é um espanto.
Diante dela, o mundo deveria parar para começar um novo encontro,
Porque a criança é o princípio sem fim
E seu fim é o fim de todos nós."*

Herbert de Souza

Introdução

Actualmente vivemos num tempo histórico, tanto nos países de primeiro como de terceiro mundo, que se materializa numa crise global: crise de valores, normas e princípios; crise da democracia; crise de superprodução; crise de projectos societários e crise das instituições. Todos estes problemas são próprios das duas modalidades de sociedade que a Era Moderna nos legou: a crise do capitalismo e do socialismo real. Nesta esfera o processo de emancipação/controlado do homem em relação à natureza converte-se em “*domínio e manipulação dos homens sobre outros homens*”, sendo o irracionalismo inevitável, já que as palavras de ordem são individualismo, manipulação, poder, tecnologia e lucro (Guerra, in Mouro et al, 2001).

Para além disso, o futuro do Estado Providência, que outrora fora visto como um modelo de resposta às aspirações de países recentemente industrializados, em transição ou em vias de desenvolvimento, foi posto em causa e a exploração da sua própria pertinência torna-se um dos mais importantes problemas do nosso tempo, já que, como nos diz Elaine Carey-Bélanger, o “*Estado é um utensílio precioso*” para um maior equilíbrio (Carey-Bélanger, in Mouro et al, 2001). No entanto, é no mercado que o indivíduo busca os meios de sobrevivência, sem contar mais com os fundos públicos garantidos anteriormente.

Num cenário onde “*a lei do mais forte*” prevalece, desenvolveram-se grandes assimetrias entre a população mundial. Falam-se assim em desigualdades, ligadas à existência de estratificações económicas, políticas ou mesmo de prestígio, que resultam sobretudo de um grau variável de acesso a bens, serviços ou oportunidades, cuja raiz explicativa se encontra nos próprios mecanismos da sociedade (Giddens, 2007). Exemplo claro dessa injustiça social são as crianças que povoam as ruas das nossas cidades: as crianças em contexto de rua.

Através de uma pesquisa exploratória, neste trabalho procuramos desenvolver um estudo sobre as crianças em situação de rua da cidade de Lisboa com intervenção institucional e do assistente social com ou sem estrutura familiar de apoio. Com esta investigação procura-se sistematizar a diversidade de concepções de criança de rua nas ciências sociais, em particular no Serviço Social, e estabelecer a relação entre o problema criança em contexto de rua, o Sistema de Protecção e a intervenção desenvolvida em defesa deste grupo.

No início deste trabalho apresentamos uma reflexão sobre as várias concepções desenvolvidas por inúmeros autores, de forma a que se compreenda a definição do

público-alvo em questão. Sendo este um problema internacional, no Capítulo I são também apresentados alguns dados quantitativos que elucidam a dimensão desta problemática à escala mundial. Relativamente à realidade nacional, de forma a conhecer-se qual a influência das políticas preventivas e das medidas sociais de resposta a este fenómeno, desenvolvemos uma pesquisa exaustiva do Quadro Legal Nacional, em busca da Legislação referente a estas crianças, assim como à orientação das políticas de intervenção nesta área.

O desenho metodológico desenvolvido ao longo da investigação é apresentado no Capítulo II, onde destacamos o objecto de estudo, o método e as técnicas utilizadas. O campo empírico sustenta-se no trabalho do *Instituto de Apoio à Criança* (IAC) como estratégia de prevenção e resolução de situações de risco, sendo destacado o *Projecto Rua – “Em família para Crescer”* como uma iniciativa ímpar nesta área.

Através da pesquisa de relatórios de actividades e do olhar privilegiado de quatro técnicos do *Projecto Rua*, ao longo do capítulo III, procuramos descrever a concepção actual da criança em situação de rua, o seu desenvolvimento ao longo dos últimos 20 anos e definir as problemáticas sociais subjacentes a esta realidade. Em seguida, os entrevistados avaliam os esforços desenvolvidos e as orientações jurídico-legais que regulamentam a sua intervenção, enumerando os progressos e relatando as maiores dificuldades sentidas na acção. Por último, pretende-se identificar o papel do Serviço Social na defesa e promoção de direitos deste grupo vulnerável e compreender se este se suporta em modelos de intervenção específicos.

De forma a compreender e sistematizar a investigação desenvolvida e a abrir novos horizontes para futuros estudos na área das crianças em situação de rua, concluímos este trabalho com uma reflexão crítica tendo em conta os dados recolhidos e os contributos teóricos de inúmeros autores que inspiraram e fundamentaram toda esta pesquisa e que são apresentados no capítulo da bibliografia. Por último, apresentamos alguns dados e informações complementares em anexo.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Perspectivas teóricas sobre o fenómeno crianças em situação de rua

No decorrer dos tempos, a literatura tem dedicado pouca atenção às crianças em situação de rua. Para além disso, as descrições destas crianças revelam mais os valores e preconceitos da sociedade em geral do que uma visão objectiva da realidade.

Em 1554, foi apresentada pela primeira vez uma criança de rua na obra intitulada “*La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades*”. Na época da Revolução Francesa, Victor Hugo editou um romance onde deu alma a outra criança de rua, no entanto, foi apenas no século XX, mais precisamente em 1921, pela mão de Dickens, que conhecemos o famoso Oliver Twist (Neiva-Silva et al, 2002)

De acordo com Neiva-Silva e Koller (2002), o termo “*criança de rua*” (*street children*) foi pela primeira vez utilizado, pelo escritor Henry Mayhew, na obra *London Labour and the London Poor*, em 1851. No entanto, a definição oficial deste termo surgiu apenas em 1979, com a comemoração do Ano da Criança, pelas Nações Unidas.

Actualmente vários livros, artigos e estatísticas denunciam a presença de crianças e adolescentes que vivem nas ruas das cidades de todo o mundo. Estas crianças são descritas universalmente como marginais, doentes, violentas, sujas e delinquentes. Na realidade, a vivência na rua é um fenómeno que sinaliza a existência de um problema social e que gera inúmeras consequências. Desta forma, a visão e representação social da criança em situação de rua está marcada por valores negativos e por estereótipos. Os problemas, nomeados por várias investigações relacionadas com crianças de rua, permitem alcançar o fundamento que leva a sociedade em geral a apresentar essa visão a respeito deste grupo marginalizado, já que a maioria dos estudos refere-se essencialmente a problemas de difícil controlo como o consumo de drogas e de álcool, a promiscuidade, a insanidade, a desadaptação, a exclusão social e a marginalidade.

Os estudos raramente definem as crianças em situação de rua como seres humanos em desenvolvimento que apresentam características positivas. Giamo e Grunber (1992) contestam a literatura que descreve estas crianças como seres débeis, violentos e ociosos afirmando que “*as crianças de rua podem ser vibrantes, sendo capazes de trabalhar arduamente e de revelar raciocínios brilhantes para resolver problemas, ao mesmo tempo que são engraçadas e têm um apurado sentido de humor*”.

As suas características emocionais e neurológicas foram avaliadas por Aptekar em diversos estudos: Confrontando estes menores com os irmãos que permaneceram em

casa, as crianças que vivem na rua apresentam uma grande resistência mental e psicológica. Aptekar (1989a) afirma que o abandono da casa e da família onde estas crianças foram “violentadas” por inúmeros factores prejudiciais ao seu crescimento, fez com que muitas desenvolvessem uma capacidade ímpar de enfrentar obstáculos. Felsman (1985) e Aptekar (1989a, 1989b) afirmam que a rua transforma as crianças em indivíduos mais autónomos, não provocando essa experiência isolada a existência de distúrbios emocionais e mentais. Estes resultados apontam que as problemáticas familiares possam ser, provavelmente, a origem dos distúrbios observados.

Reppold (1996), ao procurar as causas que levam à saída dessas crianças de casa, concluiu que a busca de liberdade era elevada em ambos os sexos. “*Liberdade significa para estas crianças independência do controlo da família e o desejo de fazer o que quiserem*”, no entanto, a referência à busca de liberdade não deve ser interpretada como a busca da vastidão da rua, mas como fuga ao abuso e exploração que sofreram no seio das suas famílias (Reppold, 1996). De qualquer forma, estas crianças, abandonadas à sua própria vontade, acabam por se tornar na rua “escravas” de novos controlos e limites. Tal como nos sugere John Usher (1994): “*As crianças de rua são vulneráveis a todos os tipos de abuso. Dormindo nas calçadas, estacionamentos e debaixo de pontes, diariamente enfrentam uma série aterrorizante de desafios e violências. Sem comida, elas são forçadas a pedir esmolas, a procurar alimentos nos caixotes do lixo. Desnutridas, com infecções respiratórias ou com doenças venéreas, frequentemente os centros de saúde recusam atendê-las. Consideradas como um estorvo pelas autoridades locais e pela sociedade em geral, são agredidas pela polícia e, ocasionalmente, são presas*”.

Muitas vezes as crianças de rua tornam-se vítimas de abusos e de doenças, como é o caso da Sida¹ que afecta as crianças de rua de duas maneiras: Pode matar os seus pais, tornando-as órfãs², assim como os próprios menores, já que o consumo de drogas por via intravenosa e a exploração sexual são problemáticas muito vulgares.

As crianças de rua, em todas as partes do mundo, têm uma cultura em comum que se caracteriza pela marginalização, pela formação de gangs juvenis e pela falta de

¹ No final do ano de 1999, 34 milhões de pessoas foram diagnosticadas como seropositivas e de acordo com estatísticas das Nações Unidas, entre estas, 1,3 milhões eram crianças que nasceram infectadas, enquanto outras contraíram o vírus da Sida.

² No final de 1999, as Nações Unidas calcularam existir 13,2 milhões de órfãos menores de 15 anos de idade devido ao HIV.

confiança na figura adulta, nomeadamente nas autoridades. Estes jovens valorizam a amizade, a coragem e a destreza, dando grande ênfase à habilidade de tomar conta de si próprios. Esta independência pode incentivar o recurso a drogas e à prostituição sexual como estratégia de sobrevivência. Em geral, os traficantes são quem introduzem as crianças de rua no consumo de estupefacientes, pois oferecem-nos às crianças como forma de escape ou “ganha-pão”. Para além disso, é comum as crianças de rua, maioritariamente do sexo feminino, serem exploradas sexualmente por adultos.

Algumas obras apontam e enaltecem as capacidades destes jovens lidarem com as dificuldades, sobrevivendo a condições adversas. Estes estudos afirmam que estas crianças podem ser “*saudáveis, inteligentes e emocionalmente estáveis*”, sendo a idade e o tempo de permanência ou vivência na rua factores mediadores ou agravantes dos seus problemas (Aptekar, 1989b). No entanto, devido às experiências negativas durante o crescimento, à falta de formação e educação formal, ao abuso físico e sexual, à perseguição da polícia e à formação de imagens contraditórias de si mesmas, as crianças de rua podem ter os períodos de desenvolvimento alterados (Aptekar, 1989b). Apesar destes aspectos, as crianças preservam algumas características que são inconfundivelmente infantis pois, segundo Bonamigo (1996): “*As crianças de rua são realmente crianças que vivem a sua infância, pois enquanto adquirem habilidades imediatas de sobrevivência e se preparam para ser adultos, continuam a querer brinquedos, animais de estimação, exigindo privacidade para brincar*”.

English (1991) descreve a vulnerabilidade destas crianças e salienta as suas necessidades. Devido à sua condição, a criança em situação de rua desenvolve estratégias de sobrevivência, que se destinam a obter alimentação, roupa, abrigo, a suprimir as suas necessidades imediatas (Luna, 1991). As suas estratégias de sobrevivência baseiam-se muito na colaboração entre si e na criação de grupos. Aptekar (1991) descreve grupos de ambos os sexos que vivem e actuam como gangs. “*Há dois tipos de grupos: os grupos grandes, organizados por razões económicas e os grupos pequenos, formados de acordo com as relações de camaradagem e intimidade*”. As crianças de rua permanecem habitualmente juntas durante o dia e à noite dividem-se para encontrar locais onde dormir. No entanto, algumas retornam periodicamente para casa.

Entre as estratégias podem-se identificar alguns comportamentos voltados para a sobrevivência ou bem-estar do grupo. Esses comportamentos são dirigidos em geral a membros do mesmo grupo, mas não necessariamente: Aptekar (1988a) observou a

rotina de um grupo de crianças de rua e presenciou comportamentos de generosidade dirigidos a pessoas que não faziam parte do grupo. Esses factos são sublinhados por Koller (1994) que verificou que as crianças de rua demonstram reciprocidade e solidariedade para com os seus irmãos, amigos mas também para com pessoas que os auxiliaram no passado.

2. Conceptualização, dimensão e evolução do problema

Segundo Vieira da Silva, Ex-Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, “*a pobreza infantil está a crescer na Europa, mas as políticas não são sensíveis ao fenómeno*” (Marcos, in Semanário, 2008). O Ex-Ministro declarou que a pobreza infantil atingiu níveis críticos na Europa perante a insensibilidade das políticas europeias. Existe assim uma necessidade urgente de elaboração de políticas eficazes na prevenção e intervenção de fenómenos como as crianças em situação de rua.

Uma das dificuldades sentidas na elaboração de medidas de resposta a este problema social relaciona-se com a oscilação dos valores referentes ao número de crianças de rua espalhadas pelo mundo. O Fundo das Nações Unidas para a Infância, no início da década de 90, afirmava que 30 milhões de crianças viviam nas ruas (UNICEF, 1991, 1993). Outros autores acreditavam que apenas na América Latina haveria cerca de 30 a 40 milhões de crianças de rua (Aptekar, 1988; Cosgrove, 1990). No Brasil, algumas fontes divulgavam a existência de 7 a 10 milhões (Baker et al, 1991; Maciel et al, 1991), enquanto outras afirmavam que estes números são muito superiores à realidade (Forster et al, 1992; Bandeira et al, 1994). Segundo a UNICEF, no início do milénio, cresciam nas ruas 100 milhões de crianças (UNICEF, 2002) sendo provável que os números estivessem a aumentar (UNICEF, 2005). Anthony Simpson, Director da Federação Europeia de Crianças de Rua, no Fórum Europeu de Crianças de Rua³, afirmou: “*Mesmo que haja uma falta de dados concretos sobre os factos recentes de crianças de rua, as nossas organizações e outras ONGs que trabalham no campo estimam que haja pelo menos 150 mil a 250 mil crianças de rua na Europa*” (Marcos, in Semanário, 2008). É discutível se o número de crianças de rua está a crescer globalmente, ou se, na verdade, há uma maior sensibilização das sociedades para esta temática, estando por isso a humanidade mais desperta a esse fenómeno (Hecht, 1998). No entanto, é importante referir que este problema social não é um privilégio de países

³ Realizado em Lisboa a 6 e 7 de Outubro de 2008 e co-organizado pela EFSC e pelo IAC

subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, mas um fenómeno à escala mundial (Tyler, 1987).

O Relatório da Consortium for Street Children, *State of the World's Street Children: Violence Report* define os obstáculos que surgem na produção de estatísticas sobre crianças de rua, afirmando que “*esta oscilação dos números decorre de múltiplas causas*” (Bénitez, 2007). Podemos então distinguir três aspectos que dificultam a tarefa de definir valores precisos que retratem a realidade: Em primeiro lugar, os recenseamentos realizados a esta população são muitas vezes distorcidos para beneficiar alguns grupos políticos e institucionais. Para além disso, a fácil mobilidade das crianças na própria cidade e muitas vezes para o estrangeiro, dificulta a avaliação das tendências ao longo do tempo, já que as crianças não permanecem sempre no mesmo local, não tendo uma “morada” certa. Para além disso, distinguir as crianças de adultos jovens através da observação ou mesmo da entrevista pode ser problemático, especialmente no caso das raparigas, que enganam e disfarçam facilmente a sua idade. Porém um importante factor de imprecisão na elaboração de estatísticas está na definição do conceito de *criança de rua* pois não existe nenhum acordo internacional sobre a definição desta população tão heterogénea.

A primeira definição oficial destas crianças foi elaborada pela InterNGO (1983) e usada pelas Nações Unidas (ICCB, 1985): “*Uma criança de rua é qualquer menino ou menina que não alcançou a idade adulta e para quem a rua (no senso mais amplo da palavra, incluindo casas abandonas, terrenos baldios, etc.) tornou-se a sua habitual fonte de vida e que é inadequadamente protegida, supervisionada ou orientada por adultos responsáveis.*” A UNICEF desenvolveu, em 1986, uma definição, adoptada habitualmente pelos decisores políticos e interventores sociais, que identificam duas categorias de crianças: as *crianças de rua (street-living children)*, que dormem em espaços públicos sem as suas famílias; e as *crianças na rua (street-working children)* que trabalham nas ruas durante o dia e retornam a casa da família para dormir (Szanton, 1994). No entanto essa definição foi alterada em 1990 incluindo, a partir dessa década, mais uma categoria: *street-family children* que vivem com as suas famílias nas ruas.

Crianças de rua são menores que optaram ou foram obrigados a fazer da rua o seu lar, sendo nesse espaço que procuram companhia, sustento e abrigo e que ocasionalmente entram em contacto com as respectivas famílias. Estas crianças são socializadas pela dinâmica da rua e pelas leis que ela lhes impõe. Para Forster e colaboradores (1992), são: “*Crianças que deambulam durante o dia e a noite com*

vestimentas descuidadas, falta de higiene, desempenhando tarefas humildes, não estando na escola ou na companhia de adultos que se responsabilizem por elas”. A aparência de abandono revela o que elas são: crianças ou adolescentes, na sua maioria do sexo masculino que abandonaram ou foram abandonados pelas famílias e confiados à sorte da rua (Kuschick et al, 1996).

A UNICEF (1989) define as *crianças de rua* como “*um grupo constituído por crianças e adolescentes até aos 18 anos com as seguintes características: Localização em zonas urbanas; Os laços familiares se existem são débeis; Desenvolvem habilidades de sobrevivência; A rua é o seu habitat principal, substituindo a família como factor essencial de crescimento e socialização. A vida que nela levam está sujeita a mudanças constantes na sua trajectória para a idade adulta e se deixam a rua, indo à esquadra, à prisão, a algum abrigo, à sua casa ou a um lar substituto, será apenas temporariamente, para regressar em seguida; A sua condição expõe-nas a riscos consideráveis”*.

As *crianças na rua* apesar de apresentarem sinais de abandono têm uma morada e habitualmente vivem com a respectiva família. Passam grande parte do dia na rua, desenvolvendo uma actividade profissional, como sapateiros, vendedores ou pedintes de esmola, procurando o seu sustento e da sua família. No entanto, retornam diariamente para casa (Rosemberg, 1990). Para Taçon (1985) “*as crianças na rua são aquelas que utilizam a rua como espaço de trabalho e lazer, mas que mantêm laços familiares e que por isso muitas vezes passam os seus dias na rua, mas retornam para casa à noite. As crianças de rua são aquelas que, por sua vez, romperam os laços familiares e que utilizam a rua como principal local de morada”*

Alves (1991) aponta como grande diferença entre *crianças de rua* e *crianças na rua* a relação e a existência de vínculos familiares. No entanto, admite a dificuldade de traçar os limites precisos de tais definições, pois afirma que “*a maioria dos menores encontrados nas ruas não é abandonada”*. Isto é, mesmo passando longas temporadas fora de casa, geralmente estas crianças mantêm alguma relação ao grupo familiar, fazendo da linha entre ambas as tipologias algo muito ténue.

Desta forma, muitos outros conceitos e definições foram construídos acerca destas crianças. É o caso de Cosgrove (1990) que sugeriu que as crianças de rua fossem estudadas com base em duas dimensões: a pessoa e o meio, desenvolvendo nove tipologias para crianças de rua, ou R. Martins (1996a) que realizou um censo de crianças e adolescentes nas ruas da cidade de S. José Preto, em S. Paulo e encontrou

grandes dificuldades na classificação dos dados com as tipologias existentes, apresentando uma proposta baseada na busca de rendimentos, da alimentação, do local de repouso e lazer. A distinção de diferentes tipologias permite ter em conta as suas problemáticas assim como os riscos a que estes jovens estão expostos, desenvolvendo assim distintas estratégias para a intervenção com cada grupo (Hutz et al, 1996). No entanto, qualquer investigador terá que ter em atenção a complexidade e a diversidade deste fenómeno, já que não existem grupos sociais estáticos. Desta forma, desenvolveremos a nossa investigação com base na terminologia sugerida por Koller e Hutz (1996) que engloba todas estas tipologias: *crianças em situação de rua*.

Para Stoecklin (2003) esta qualificação destaca a situação em que o menor se encontra, não limitando este fenómeno apenas ao contacto com a família e ao tempo vivenciado na rua. Rizzini (2003) confirma que este conceito tem em consideração as mudanças e alterações do fenómeno ao longo do tempo (Neiva-Silva e Koller, 2002).

Neiva-Silva e Koller (2002) propõem a identificação das *crianças em situação de rua*, segundo cinco critérios: grau de vinculação com a família, tipo de actividade exercida, aparência pessoal, local onde se encontram e, por último, ausência de controlo e supervisão de um adulto. Não surge assim uma tipologia, mas apenas um conjunto de critérios que orientam a análise desta população agilizando o processo de amostragem. Tal como reconhece Williams (1993) “*a terminologia é o ponto de partida necessário para respostas positivas, pois a não classificação pode significar o não reconhecimento*”.

3. O papel do Serviço Social na intervenção com crianças em situação de rua

Estamos de facto perante um problema social, gritando por compreensão e intervenção, sendo então necessárias as competências teóricas e práticas de trabalhadores sociais, já que o fenómeno *crianças em situação de rua* é um exemplo de exclusão social, caracterizado por privações. A Federação Internacional dos Assistentes Sociais identifica: “*as origens do Serviço Social em ideias humanitárias e democráticas. A prática do Serviço Social centra-se desde o seu início na satisfação das necessidades humanas e no desenvolvimento do potencial e recursos humanos, e como profissão, consiste em provocar mudanças sociais tanto na sociedade em geral como ao nível das suas vertentes individuais de desenvolvimento*” (ONU, 1999). Segundo a ONU, o Serviço Social “*desenvolve-se em cinco contextos diferentes, os quais, apesar de poderem ser analisados separadamente, constituem partes de um*

todo". Esses contextos são de carácter geográfico, político, socioeconómico, cultural e espiritual. *"A análise destes cinco contextos reforça a ligação intrínseca e a coerência dos esforços desenvolvidos pelos assistentes sociais, assim como a solidariedade e a energia daqueles que aderem à causa comum da promoção dos Direitos Humanos"* (ONU, 1999).

Como profissão procura então satisfazer as necessidades totais do homem, tendo uma função integradora e mediadora entre as instituições, outros profissionais e os indivíduos. A estratégia destes profissionais deve basear-se essencialmente na comunicação, no diálogo. É então necessário que se obtenha o máximo de informação sobre estas crianças para que se realize uma intervenção eficaz. A intenção é criar uma relação de confiança e proximidade com elas, de modo a ajudá-las na elaboração de um projecto de vida. Para isso, são necessários não só assistentes sociais mas equipas multidisciplinares com técnicos superiores de política social, psicólogos, psicopedagogos, educadores sociais, animadores, incluindo também voluntários de várias áreas.

Os assistentes sociais devem então ser mediadores entre as crianças e as instituições, nomeadamente o Estado. A mediação facilita o diálogo, promove a responsabilidade, a autonomia, a iniciativa e o respeito para com os outros, sendo por isso um importante elemento para a promoção dos direitos humanos.

Não se trata de fazer o bem, nem de adaptar o homem ao seu meio, mas contribuir para que se instaure uma mudança no meio onde se geram os problemas sociais. *"O Serviço Social é uma profissão cujo objectivo consiste em provocar mudanças sociais tanto na sociedade em geral como nas suas formas individuais de desenvolvimento"* (AAVV, 1996). A missão dos assistentes sociais é então procurar uma mudança na vida de cada um desses jovens ajudando-os e desafiando-os a aprender, a ter sucesso e a servir. No entanto, o seu trabalho passa também pela sensibilização das comunidades e formação das mesmas para que a ajuda e a assistência dos cidadãos às crianças em risco tenha resultados positivos. Devem então contribuir para o processo de reflexão sobre o papel da sociedade na promoção da inclusão activa. Desta forma, não basta trabalhar e pensar em micro-escala, é importante e fundamental que o caso particular esteja inserido no seu contexto. Só assim é possível incrementar relações mais igualitárias na sociedade em prol do bem comum.

Vivendo numa "aldeia global", o Serviço Social deve ter presente que os problemas que anteriormente eram apenas específicos de determinada comunidade,

passaram a ser actualmente dificuldades sentidas em todo o mundo, pois numa era de globalização, até a prática local exige uma perspectiva internacional. Desta forma, é necessário compreender e conhecer as realidades particulares, tendo presente que certos grupos têm características e necessidades generalizadas por todo o mundo. Uma característica comum da maioria dessas populações é a vulnerabilidade. O PNUD⁴ (1997) afirma que *"a vulnerabilidade tem duas faces: a exposição a choques externos, como o stress e o risco, e internos, como a falta de meios para enfrentar determinadas situações sem sofrer perda prejudicial."* No entanto, a vulnerabilidade enfrentada por estes grupos decorre das características de cada população, assim como do contexto em que estes se encontram.

Uma segunda característica comum da maior parte dessas populações é a marginalização, o que significa que o grupo em questão é excluído pela população em geral. A marginalização pode ser social (enfrenta um certo grau de exclusão social), económica (enfrenta um certo grau de discriminação no mercado de trabalho) ou política (não possuindo o poder na sociedade, não tem acesso à participação política). A marginalização é um factor importante na criação de vulnerabilidade, mas nem todas os indivíduos vulneráveis são marginalizados.

Estes grupos são propensos à pobreza, aos baixos níveis de saúde e educação, a níveis elevados de sofrimento pessoal, a baixos níveis de auto-estima, com redes sociais muito restritas e um sentimento de identidade em perigo. Daí muitas vezes, a capacidade inata dos indivíduos estabelecerem um forte espírito de grupo em regime de auto-ajuda, tal como acontece muitas vezes entre as crianças em situação de rua.

Desta forma, o Trabalho Social tem de ter em conta as especificidades culturais e locais, mas tendo por base a resolução e o bem comum dos indivíduos de todo o planeta. Para que isso seja exequível o Serviço Social necessita de uma estrutura internacional que encoraje os seus membros em todo o mundo a participar na troca mútua de conhecimentos, experiências e abordagens. *"Sem isso, uma profissão a nível internacional não é mais do que um conjunto de estruturas nacionais"* (Healy, 2001).

É então necessário ter em conta que o intercâmbio de informação e de trabalhadores sociais é uma mais-valia para o progresso desta profissão, pois universaliza e enriquece o conceito, o ensino e a prática do Serviço Social através do

⁴ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é o órgão da ONU que tem por mandato promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo

contributo de cada um dos países. Há sempre um risco de alguns interpretarem-no como a aplicação de apenas um nível específico de intervenção. No entanto, a integração de diversas práticas e a não dominação de um país ou cultura é indispensável, pois só assim conseguiremos desenvolver um Serviço Social à escala mundial que reflecta os mesmos valores, objectivos, métodos e práticas. De qualquer forma, a universalização desta profissão acarreta perigos, pois na verdade a realidade ocidental não é igual à oriental, tendo de ser avaliadas as especificidades de cada comunidade.

Lucchini (1993) define as crianças em situação de rua como um grupo social nada homogéneo. Apesar de terem algumas características em comum, cada uma destas crianças é fruto de uma multiplicidade de problemáticas, tendo de ser cada um destes menores percebido isoladamente. Esta generalização, na opinião do autor, influencia negativamente as políticas sociais e as estratégias de intervenção social, que não conhecem a questão na sua origem e profundidade, nem sequer os verdadeiros contornos da realidade (Fernandes, 2006). E intervindo desta forma, nunca se conseguirá erradicar as causas. Superficialmente, estamos perante várias crianças com antecedentes e problemáticas muito semelhantes, no entanto, cada uma delas deve ser tratada de forma singular, dado o perfil único de cada uma. Os assistentes sociais devem então intervir de uma forma não generalista, tendo em conta as necessidades e capacidades de cada menor.

Acima de tudo o assistente social deve conservar a objectividade e virar as costas às ideias e aos preconceitos que dissimulam a realidade. Deve procurar ir mais além, tendo coragem para trabalhar no sentido da compreensão dos fenómenos, causas e consequências. No entanto, deve-se destacar o estudo das causas e origens do problema, a fim de intervir a tempo, e assim, evitar estas situações, onde os direitos das crianças são postos em risco. A criança não pode chegar à rua, porque depois de enraizada, muito dificilmente abdica das vivências aí experimentadas. Ultrapassando a fase de aceitação e consequente integração, a criança sente-se compreendida, inclusivamente apoiada e finalmente em “casa”, pois adopta uma família feita de indivíduos como ela, com quem partilha um espaço e um modo de vida que ela própria aprende a gerir (Stoeckin, 2003).

Podemos então afirmar que os trabalhadores sociais estão no centro destes debates e é nesta posição privilegiada, mas difícil, que se cria a necessidade destes profissionais compreenderem a política social e a sua ligação essencial no seguimento de formas de intervenção aptas a promover os direitos humanos. Para isso, é necessário que o assistente social seja simultaneamente conhecedor e cidadão, pois deve ser mestre

nas disciplinas de base e nas competências fundamentais da sua área, mas também cidadão na vanguarda das questões do bem-estar e das respostas sociais que digam respeito à população (Faleiros, 1997).

4. Enquadramento Legal do problema criança em situação de rua

Dimensão Internacional

Desde há muitos anos que se assiste ao desenvolvimento de esforços tendentes a dar corpo ao sentimento do dever moral de protecção contra situações de necessidade no plano infantil. A ONU, em 1989, criou a Convenção sobre os Direitos da Criança, sendo esta consequência de longas negociações entre representantes de diversos Países e ONGs. Tem como orientação o interesse superior da criança e apela aos Estados que a ratifiquem para que criem condições dignas de vida a este grupo. A Convenção enaltece e defende a área dos Direitos Humanos ao proteger as crianças contra todas as formas de exploração e ao abordar a questão da prostituição, dos problemas da toxicodependência e do abandono. Compreende normas específicas relativas à protecção dos indivíduos menores de 18 anos, já que *“criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”* (ONU, 1989).

Estabelece quatro grandes princípios que procuram agilizar a interpretação da Convenção e orientar os programas nacionais na sua aplicação. São eles: *“a não discriminação, pois todos os direitos se aplicam a todas as crianças sem excepção; o interesse superior da criança, já que todas as decisões que digam respeito à criança devem ter plenamente em conta o seu interesse superior; o direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento; e o respeito pela opinião da criança, pois esta tem o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre questões que lhe digam respeito e de ver essa opinião tomada em consideração, assim como tem o direito de exprimir os seus pontos de vista, obter informações, dar a conhecer ideias e informações, sem considerações de fronteiras”* (ONU, 1989).

Ao falarmos de crianças em situação de rua, observamos que muitos dos direitos contemplados na Convenção são postos em causa, nomeadamente: o direito da protecção contra todas as formas de maus-tratos (violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, incluindo a violência sexual) por parte dos pais ou de outros responsáveis pelas crianças, assim como o estabelecer programas sociais para a prevenção dos abusos e para tratar as vítimas⁶; o direito da protecção especial à criança privada do seu ambiente familiar para

⁵ Artigos 2.º, 3.º, 6.º e 12.º

⁶ Artigo 19.º

que possa beneficiar de cuidados alternativos⁷; o direito de acesso a serviços de saúde eficazes, a uma alimentação completa e saudável, assim como ao consumo de água potável⁸; o direito de beneficiar da segurança social, incluindo prestações sociais⁹; o direito a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social¹⁰, assim como à educação que deve destinar-se a promover o seu desenvolvimento¹¹; o direito a tempos livres e a participar em actividades culturais e artísticas próprias para a sua idade¹²; o direito à protecção contra qualquer trabalho que ponha em perigo a sua saúde, a sua educação ou o seu desenvolvimento¹³, contra o consumo, produção e tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas¹⁴, contra a violência e a exploração sexual, nomeadamente contra a prostituição e a participação em qualquer produção de carácter pornográfico¹⁵, assim como para impedir o rapto, a venda ou o tráfico de menores¹⁶.

Este acordo internacional constitui um instrumento de sucesso pois foi alvo de um número histórico de ratificações: 192 Estados ratificaram a Convenção, sendo os Estados Unidos da América e a Somália os únicos Estados que ainda não o fizeram.

No entanto, a primeira referência aos Direitos da criança surge em 1924, ano em que a Assembleia da Sociedade das Nações adoptou uma resolução endossando a Declaração dos Direitos da Criança (Declaração de Genebra) promulgada pelo Conselho da União Internacional de Protecção à Infância no ano anterior. Em 1959 foi promulgada a Declaração dos Direitos da Criança afirmando que “*a humanidade deve dar o melhor de si mesma à criança*” (ONU, 1989).

A Declaração constituiu durante largos anos o enquadramento para os direitos da criança, apesar de não conter quaisquer obrigações jurídicas. Porém, a Declaração dos Direitos da Criança adoptada 30 anos mais tarde, em 1989, tornou os Estados Partes, juridicamente responsáveis pela defesa e aplicação dos direitos dos menores.

⁷ Artigo 20.º

⁸ Artigo 24.º

⁹ Artigo 26.º

¹⁰ Artigo 27.º

¹¹ Artigo 28.º

¹² Artigo 31.º

¹³ Artigo 32.º

¹⁴ Artigo 33.º

¹⁵ Artigo 34.º

¹⁶ Artigo 35.º

A Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, Protecção e Desenvolvimento das Crianças, assinada em Nova Iorque, a 30 de Setembro de 1990, incluiu o compromisso de *“trabalhar para aliviar as dificuldades enfrentadas por milhões de crianças que vivem em circunstâncias especialmente difíceis - como vítimas do apartheid e de ocupação estrangeira; órfãos, crianças de rua; crianças desalojadas e vítimas de catástrofes naturais e provocadas pelo homem; crianças deficientes e abusadas, marginalizadas e exploradas”*. No mesmo ano as Nações Unidas adoptaram os Princípios Orientadores de Riade para a Prevenção da Delinquência Juvenil e as Regras para a Protecção de Menores Privados de Liberdade. Estas normas são uma referência jurídica única na garantia, na defesa e no respeito pela dignidade da criança. Os Princípios de Riade realçam a importância de medidas progressivas de prevenção da delinquência e potencia a elaboração de novas medidas e políticas que evitem criminalizar e penalizar um jovem por um comportamento que não cause danos sérios ao seu desenvolvimento ou prejudique os outros. As Regras para a Protecção de Menores Privados de Liberdade referem que a prisão de menores deve constituir uma medida de último recurso em casos excepcionais, decretada pelo período mínimo necessário. Estas regras têm por objectivo combater os efeitos prejudiciais nas situações de detenção e promover a inserção e integração dos menores na sociedade.

A adopção de instrumentos internacionais relacionados com a promoção dos direitos da criança não culminou com a adopção destes princípios, muito pelo contrário, tem sido o motor para a adopção de novos instrumentos jurídicos, como é o caso da Convenção de Haia de 1993, relativa à Protecção das Crianças e à Cooperação em matéria de Adopção Internacional; a Convenção n.º 182 para a Eliminação Imediata das Piores Formas de Trabalho Infantil, adoptada em 1999 pela Organização Internacional do Trabalho; e o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, adoptado em 1998, que pretende fazer face à impunidade dos responsáveis por crimes de guerra, crimes de genocídio e crimes contra a humanidade.

Muitos Governos e membros da sociedade civil têm unido esforços na defesa das crianças em situação de rua. No entanto, é necessário um plano internacional para fornecer as necessidades básicas a estas crianças. Alguns países europeus, como a Bélgica, Finlândia, Holanda, Espanha e Portugal têm tomado medidas eficazes no combate nacional desta realidade. É o caso da Finlândia que em dez anos reduziu para metade o número de desalojados através dum plano que pôs em prática em 1987, que

pretendia dar habitação, assistência e serviços de saúde a todos os sem-abrigo e crianças de rua.

Acabar com este problema social requer a resolução de assuntos socioeconómicos complexos, sendo então necessária a assistência de Organizações Não-Governamentais (ONGs).

De acordo com a ONU, as ONGs são as primeiras a responder às necessidades urgentes das crianças que trabalham ou vivem na rua. São um recurso internacional importante, pois oferecem a sua experiência para desenvolver medidas inovadoras para defender e proteger as crianças de rua do abuso, da negligência, da exploração e do abandono. Inúmeras ONGs têm sido fundadas com a missão de melhorar a situação destas crianças. É o caso da *Casa Alianza*, activa no México e América Central; da *Criança Esperança*, criada no Reino Unido e que trabalha com grupos locais em todo o mundo; da *Street Kids International*, uma organização estabelecida no Canadá; da *Borboletas*, baseada em Nova Deli na Índia, assim como da *Prayas Juvenil Aid Centre* (JAC), pioneira do primeiro estudo intensivo sobre crianças de rua; e a *Federação Europeia para as Crianças de Rua* (EFSC), criada em 1995 por Maatie Van Putten. No entanto, só com políticas governamentais adequadas e projectos de intervenção comunitária se poderá fazer um trabalho coordenado entre as várias instituições, oficiais e particulares.

Dimensão Nacional

Para fazer face a esta problemática o Estado Português e a sociedade civil tem vindo a promover uma política de protecção da área infantil, tendo sido um dos primeiros países da União Europeia a assumir as crianças de rua como problemática específica, com necessidade de uma resposta concreta e urgente. Como sinal de preocupação, em 1911, surge um Quadro Legal em que Portugal é pioneiro, aprovando uma Lei de Protecção à Infância. No entanto, só na revisão constitucional de 1976, após a Revolução de Abril, é que se consagra na Constituição da República, como direitos fundamentais, a Infância (art.º 69) e a Juventude (art.º 70).

No Código Civil, Decreto-Lei nº 496/77 (art.º 1887) referente ao Direito da Família, é descrito que “*os menores não podem abandonar a casa paterna ou aquela que os pais lhes destinaram, nem dela ser retirados. Se a abandonarem ou dela forem retirados, qualquer dos pais e, em caso de urgência, as pessoas a quem eles tenham confiado o filho podem reclamá-lo, recorrendo, se for necessário, ao tribunal ou à*

autoridade competente”. No entanto, no respectivo Decreto-Lei, segundo o artigo 1918.º, “quando a segurança, a saúde, a formação moral ou a educação de um menor se encontre em perigo e não seja caso de inibição do exercício das responsabilidades parentais, pode o tribunal, a requerimento do Ministério Público ou de qualquer das pessoas indicadas no n.º 1 do artigo 1915.º, decretar as providências adequadas, designadamente confiá-lo a terceira pessoa ou a estabelecimento de educação ou assistência”.

Apesar do fenómeno crianças de rua não ser novidade, de acordo com Castro (1997), o início da década de 90 marcou o despertar para esta realidade, com a divulgação de diversas reportagens que abordavam a situação de dezenas de jovens que viviam em condições miseráveis na rua e que ocupavam prédios abandonados no centro da cidade de Lisboa. Era indispensável a criação de um plano de intervenção capaz de intervir com estes menores. Desta forma, em 1990, Portugal ratifica a Convenção dos Direitos da Criança, no ano de 1991 são criadas as Comissões de Protecção de Menores e em 1995, extinta a Direcção Geral dos Serviços Tutelares de Menores surge o Instituto de Reinserção Social. Em 1998 é ratificada, a Convenção n.º 138 da OIT, que declara que “o ensino básico, universal e obrigatório, tem a duração de nove anos e a obrigatoriedade de frequência do ensino básico termina aos 15 anos, sendo a idade mínima geral de admissão ao emprego de trabalhadores abrangidos pelo regime jurídico do contrato individual é de 16 anos e, nas relações de emprego público, é de 18 anos”. É já em 1999 que surge o diploma legal de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99).

A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo¹⁷, veio regulamentar uma nova perspectiva da protecção e promoção da criança e jovem. Nesta reforma as situações de perigo são alargadas, conforme enuncia o capítulo 1, Art.º 3, N.º 2, alíneas a) e f), que considera que uma criança ou jovem está em situação de perigo quando se encontra numa das seguintes situações: “Está abandonada ou vive entregue a si própria; Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o

¹⁷ Revista pela Lei nº31/2003

seu equilíbrio emocional; Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover a situação”.

Esta lei prevê medidas de apoio específicas à condição das crianças em risco, nomeadamente em situação de rua, visando que as várias medidas a executar no meio natural de vida se acompanhem de directivas e obrigações próprias ou que as medidas de acolhimento sejam levadas a efeito em família “*de tipo profissional*”, ou em “*lar especializado*”. Para além disso, prevê, como medida inovadora, o “*apoio para a autonomia de vida*” que tem em consideração a condição destes menores que vivem uma experiência de grande liberdade na rua e que dificilmente se adaptam a esquemas de vida rígidos e a formas de intervenção de forte controlo (Fernandes, 2006).

A Lei Tutelar Educativa aprovada pela Lei 166/99 é também um grande contributo na defesa e protecção das crianças em situação de rua, no âmbito da educação e formação. A Convenção nº 182 da OIT, relativa à interdição e à eliminação das piores formas de trabalho das crianças, foi ratificada por Portugal em 2000 anunciando: “*a) Todas as formas de escravatura ou práticas análogas, tais como a venda e o tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a servidão, bem como o trabalho forçado ou obrigatório, incluindo o recrutamento forçado ou obrigatório das crianças com vista à sua utilização em conflitos armados; A utilização, o recrutamento ou a oferta de uma criança para fins de prostituição, de produção de material pornográfico ou de espectáculos pornográficos; A utilização, o recrutamento ou a oferta de uma criança para actividades ilícitas, nomeadamente para a produção e o tráfico de estupefacientes tal como são definidos pelas convenções internacionais pertinentes; Os trabalhos que, pela sua natureza ou pelas condições em que são exercidos, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança ou moralidade da criança*”.

No Decreto-Lei nº 107/2001 é declarada a regulação dos trabalhos leves dos menores com idade inferior a 16 anos e a admissão ao trabalho de menores com essa mesma idade, declarada no Decreto-Lei n.º 58/2002. Estas medidas vieram permitir a entrada no mercado de trabalho, de uma forma regulamentada, de muitos jovens que viviam uma situação de perigo e vulnerabilidade ao fazerem da rua o seu meio de subsistência. Através do Decreto do Presidente da República nº 14/2003, de 5 de Março, Portugal ratifica o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantil.

Outra questão muito relevante remonta ao Código Penal que no Artigo 174.º declara que “*quem, sendo maior, praticar acto sexual de relevo com menor entre 14 e 18 anos, mediante pagamento ou outra contrapartida, é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias*”. Desta forma, o recurso à prostituição infantil e juvenil é uma prática de crime punida por lei.

A nova lei da Adopção, Lei n.º 31/2003, contribuiu também para a qualidade de vida das crianças que vivem em lares, centros de acolhimento e famílias de acolhimento, já que agiliza o processo de adopção e preconiza uma série de medidas, nomeadamente a apresentação de um relatório anual relativamente aos projectos de vida destes jovens, sendo, desta forma, possível sinalizar antecipadamente situações de futuras fugas e de risco.

Mais recentemente, através da Lei n.º 105/2009¹⁸ (art.ºs 2.º a 11.º), a regulamentação do Código do Trabalho na participação de crianças em espectáculos de natureza cultural, artística e publicitária veio também sublinhar as questões da exploração infantil, frequentes nas crianças de rua nas questões da mendicidade e dos espectáculos de rua.

Ao longo do tempo foram desenvolvidas várias iniciativas, planos nacionais e locais que procuram defender o interesse superior da criança na área da justiça, saúde, educação e habitação. Uma medida de relevo foi a formação do Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI)¹⁹ criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2004 de 20 de Março, que sucede ao Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI). Desenvolve, entre outras medidas, o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)²⁰ que procura alargar e flexibilizar a resposta aos casos de abandono escolar motivados pela exploração infantil ou por outras formas de exploração de menores.

¹⁸ Revogou o regime da Lei n.º 35/2004

¹⁹ Actualmente Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC).

²⁰ O Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) é uma medida de excepção que se apresenta como solução quando os jovens já abandonaram o ensino formal. O PIEF foi criado pelo Despacho conjunto n.º 882/99 do Ministério da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, tendo sido revisto e reformulado pelo Despacho conjunto n.º 948/2003 dos Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho, publicado a 26 de Setembro, DR n.º 223, II série.

5. Intervenção Institucional com crianças em situação de rua

É importante destacar o papel activo de diversas Instituições/Organizações Governamentais e Não Governamentais que dão apoio a crianças em risco, sem as quais muito do trabalho realizado nos últimos anos não era possível. É o caso da *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*²¹, da *Polícia de Segurança Pública*²², da *Direcção-Geral de Reinserção Social*²³ e da *Associação REMAR*²⁴. No entanto, o *Instituto de Apoio à Criança (IAC)* é a única instituição na cidade de Lisboa com um projecto específico direccionado à problemática das crianças de rua: *Projecto Rua “Em Família para Crescer”*.

O objectivo central para a criação do Projecto Rua, em 1989, foi a diminuição do número de crianças e jovens a vaguear neste contexto e a participação das várias entidades formais e informais na sua assistência. Entre 1989 e 1994, mais de 600 crianças e jovens saíram da rua e muitas outras deixaram de frequentar a zona de fuga, tendo voltado à família ou às instituições donde provinham (Projecto Rua, 2000). Pela primeira vez em Portugal, encontravam-se animadores de rua, que iam ao encontro das crianças no seu contexto e estabeleciam uma relação de confiança e de afecto procurando construir, em conjunto com estes menores, um projecto de vida. Nesta etapa

²¹ A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) é uma pessoa colectiva de direito privado e utilidade pública administrativa, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de Dezembro. Tem por missão prosseguir e desenvolver fins de acção social apoiando, sobretudo, os cidadãos mais desprotegidos residentes na cidade de Lisboa, nomeadamente crianças e jovens, adultos, famílias, comunidades étnicas, idosos, indivíduos em risco de exclusão, toxicodependentes, pessoas com deficiência e pessoas portadoras de VIH/SIDA.

²² A Polícia de Segurança Pública (PSP) é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa. Tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei.

²³ A Direcção-Geral de Reinserção Social (DGRS) é o serviço responsável pela definição e execução das políticas públicas da administração de prevenção criminal e de reinserção social de jovens e adultos, designadamente, pela promoção e execução de medidas tutelares educativas e medidas alternativas à prisão.

²⁴ REMAR, "Reabilitação de Marginalizados", é uma ONG fundada em Portugal em 1989 que tem como missão melhorar as condições de vida das crianças, das famílias e comunidades em países e regiões pobres, através de projectos auto-suficientes de desenvolvimento integral e actividades de sensibilização, com a finalidade de proporcionar mudanças estruturais que contribuam para a erradicação da pobreza.

constituíram-se metodologias e actividades inovadoras: Foi o caso da preocupação com a formação e profissionalização dos jovens e respectivas famílias que, desde cedo, foi um forte alicerce da intervenção deste projecto. Neste período funcionou a Escola de Rua que procurava facilitar a aprendizagem e a aquisição de competências que, através do ensino formal, se revelavam impossíveis.

A segunda fase do Projecto, 1994 e 2000, caracterizou-se pela fixação de equipas em várias Comunidades de Residência como forma de prevenção, procurando desta forma estancar o problema das crianças de rua na origem, isto é, nas famílias e nas comunidades. Foram então destacados o Bairro 6 de Maio (Damaia), o Bairro do Condado (Zona J, Chelas), o Bairro Olival do Pancas (Pontinha) e o Pátio 208 (Chelas), onde, apesar de apresentarem diferentes características, foram detectados problemas semelhantes: Relações familiares ténues ou conflituosas, negligência com os filhos, analfabetismo ou escolaridade baixa, trabalho precário ou desemprego, insucesso escolar ou absentismo, alcoolismo, toxicodependência, tráfico, marginalidade e delinquência, maternidade precoce, más condições habitacionais. Foi nesta etapa que surgiu a figura do animador de residência e os agentes de solidariedade.

Ao longo do trabalho desenvolvido, o Projecto Rua procurou desempenhar um papel de mediação entre as instituições e entidades locais, de forma a que fossem articulados os trabalhos e resultasse numa resposta mais eficaz para os vários problemas latentes. Exemplo dessa preocupação foi a articulação com diversas instituições, através da constituição, em 1997, da Rede *Construir Juntos*²⁵. Esta rede, com cerca de 92 instituições nacionais e parceiros de vários países europeus, para além de promover o intercâmbio, a formação de técnicos, a partilha de boas práticas, permite ainda a intervenção directa com os menores em zonas fora do Distrito de Lisboa.

O trabalho com as crianças de rua continuou com especial incidência na prevenção. Foi também feita uma grande aposta na formação e informação da própria sociedade, sensibilizando-a para a mudança de mentalidades, atitudes e políticas.

Em 2001 o Projecto Rua viu-se obrigado a reestruturar a sua metodologia de intervenção: em função da evolução da sociedade foi necessário criar novas respostas para as problemáticas da pedofilia, prostituição e tráfico de droga. A intervenção local integrada manteve-se nos diversos bairros, tendo surgido alguns projectos

²⁵ Rede informal sustentada em compromisso e responsabilidade partilhada pelos membros e que tem por finalidade a obtenção de uma mais ajustada coordenação de esforços no combate à exclusão social de grupos desfavorecidos.

desenvolvidos em parceria com inúmeras entidades, como é o caso do *Programa Escolhas*²⁶. No entanto, perante um perfil de criança de rua diferente, o Projecto Rua procurou redimensionar a sua acção em novas estratégias de intervenção na rua, onde nunca deixara de estar. Desta forma, a actuação expandiu-se para novas zonas de Lisboa como o Bairro Alto, Parque Eduardo VII e as grandes superfícies comerciais que foram identificadas como potenciais locais de concentração destas crianças.

“Apesar das mudanças ocorridas ao longo dos tempos e das adaptações efectuadas, é interessante constatar que os princípios metodológicos do Projecto de Rua mantiveram-se, na sua essência, praticamente inalterados. Houve sim alguns “ajustes” face à própria evolução dos tempos” (Projecto Rua, 2009). Actualmente, o Projecto Rua actua em cinco áreas que se inserem em três níveis de intervenção distintos: Nível de Intervenção Nacional/ Internacional, área das Redes Sociais; Nível de Intervenção Comunitária, área de Apoio às Comunidades, área de Intervenção em Modelo Integrado, área de Educação e Formação; Nível de Intervenção na Rua, área das Crianças em Contexto de Rua

O trabalho da *Área das Crianças em Contexto de Rua* é a base do Projecto Rua. Ao longo dos 20 anos de intervenção do Projecto, a Equipa de Rua foi a que mais transformações sofreu, por desenvolver uma acção mais directa com as crianças.

Actualmente tem *“especial atenção à problemática do desaparecimento e exploração sexual de menores com particular incidência nos que se encontram em situação de fuga, bem como na actualização do diagnóstico social na cidade de Lisboa, face às situações de risco envolvendo crianças e jovens, sempre numa perspectiva de inclusão”* (Projecto Rua, 2009). A sua intervenção processa-se em duas vertentes: Na denúncia, isto é, na resposta às situações encaminhadas pelo *SOS Criança*²⁷ ou via outras entidades ou particulares. A recepção de denúncias está circunscrita ao Distrito de Lisboa, mas a equipa mobiliza outras instituições parceiras através da Rede

²⁶ O Programa Escolhas é um programa de âmbito nacional, tutelado pela Presidência do Conselho de Ministros, e fundido no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP, que visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

²⁷ SOS Criança é um serviço de atendimento telefónico criado em 1988, que promove, a nível nacional, respostas a crianças, jovens e famílias que precisem de apoio de cariz psicológico, social ou jurídico. Em 2004, com o intuito de combater as situações de desaparecimento, rapto e abuso sexual foi criado o serviço SOS-Criança Desaparecida (numero de telefone gratuito 116 000)

Construir Juntos. Quando as situações de denúncia dizem respeito a fugas de casa ou de instituições, e não a outra tipologia de desaparecimento, é responsabilidade da Equipa de Rua fazer a averiguação dos dados, a localização, a averiguação dos motivos do desaparecimento e a mobilização dos serviços que visam prestar apoio social, psicológico, jurídico ao menor e à família.

Relativamente ao diagnóstico a Equipa procura dar respostas às crianças que são encontradas em contexto de rua na cidade de Lisboa, desenvolvendo um trabalho de análise e descrição da problemática nas zonas²⁸ associadas à prática da prostituição, mendicidade, tráfico de estupefacientes e de grande concentração de jovens, como as zonas comerciais ou turísticas.

O Projecto tem uma metodologia privilegiada: os *Giros*, em que técnicos e animadores percorrem a cidade a pé ou com recurso à Unidade Móvel Lúdico-Pedagógica²⁹, com especial incidência em zonas de elevado risco, indo ao encontro destas crianças. Através do *Giro*, a Equipa de Rua tenta identificar menores que se encontrem em situação de risco e fazer um diagnóstico da situação, isto é, procura relatar a realidade social mapeando a cidade em termos de problemáticas e dinâmicas.

Os *Giros de diagnóstico* desenvolvem-se duas vezes por semana (dia e noite) em diferentes horários, para que a equipa tenha uma percepção mais global deste fenómeno. O *Giro* corresponde a um dia/noite de trabalho (8 horas) e habitualmente são destacados dois técnicos ou animadores, um elemento masculino e outro feminino.

²⁸ Zonas de maior risco de concentração de menores em contexto de rua, em anexo.

²⁹ Suporte à acção da noite desde Julho de 2001, que surgiu do Protocolo estabelecido em 30 de Junho de 2000 entre o Instituto de Apoio à Criança e o Plano para a Eliminação de Exploração do Trabalho Infantil, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

II. DESENHO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

A investigação em Serviço Social está estreitamente relacionada com a prática, pois tanto a investigação como a prática buscam a resolução dos problemas sociais. Ambas se iniciam com a formulação de um problema, conceptualizam, exploram e seleccionam alternativas estratégicas para resolver o problema, bem como são sequência uma da outra (Otway, 1996).

Desta forma, neste capítulo procuraremos sistematizar e clarificar o objecto de estudo e as opções metodológicas que sustentaram toda esta investigação, que procura compreender a evolução da realidade e das problemáticas subjacentes ao fenómeno criança em situação de rua com intervenção institucional e do assistente social com ou sem estrutura familiar suporte.

1. Objecto de estudo

Através desta pesquisa exploratória procuramos conhecer quem são as crianças em situação de rua da cidade de Lisboa, de onde vêm, onde estão e para onde vão. Definir o perfil destas crianças, conhecer as suas origens e as razões que as levaram a esta condição. Para além de delinear o retrato destas crianças, pretendemos investigar o trabalho desenvolvido na prevenção e resolução deste problema, ao nível das Políticas Governamentais e Institucionais. Simultaneamente, avaliaremos o desempenho e o contributo do Serviço Social na resolução desta realidade.

Efectuámos esta pesquisa em dois momentos fundamentais: O primeiro foi a identificação de todo o quadro legal relacionado com as problemáticas inerentes às crianças em contexto de rua. Simultaneamente, foi desenvolvida uma pesquisa exaustiva de todas as organizações e entidades que procuram dar resposta a este fenómeno na cidade de Lisboa. Concluímos que existem algumas entidades que apoiam estas crianças, no entanto, o *Instituto de Apoio à Criança*, através do *Projecto Rua – “Em Família para Crescer”* é a única entidade que realiza um trabalho directo com as crianças em situação de rua. Num segundo momento, pretendemos conhecer em profundidade a acção deste projecto, nomeadamente da equipa destacada para a intervenção na rua. Por os técnicos da *Área das Crianças em Contexto de Rua* serem privilegiados no contacto directo com esta realidade, procurámos, através do seu relato, compreender a evolução do público-alvo ao longo dos tempos, assim como avaliar as medidas e políticas existentes. As declarações dos técnicos da Equipa de Rua surgem

assim como um contributo fundamental para a compreensão do objecto de estudo, já que avaliaremos este fenómeno através da sua percepção e experiência.

2. Campo Empírico

Instituto de Apoio à Criança

O Instituto de Apoio à Criança (IAC) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) criada em 1983, que tem como objectivo fundamental contribuir para o desenvolvimento integral da criança, através da defesa e promoção dos seus direitos.

O IAC, com o apoio de diferentes ministérios e de inúmeras entidades, tem desenvolvido múltiplas actividades e programas no sentido de obter respostas para os problemas da infância e promovido uma ampla acção em defesa dos direitos da criança perante a família, as instituições e a sociedade. A utilidade social da acção do IAC é reconhecida pela sociedade, tanto a nível nacional como internacional, tendo adquirido o estatuto de Provedor da Criança em Portugal e de Entidade de Superior Interesse Social.

Entre os vários Sectores de Intervenção desta IPSS destacamos o trabalho desenvolvido pelo actual *Projecto Rua – “Em família para crescer”* criado para assistir “um número bastante vasto de crianças/jovens que se encontravam a vaguear na zona da Baixa de Lisboa” (Projecto Rua, 1998).

Projecto de Rua – “Em Família para Crescer”

O *Projecto Rua – “Em família para crescer”*³⁰ foi criado em 1989 pelo IAC, incentivado pela Dra. Adelina Odete Marques, na altura, subdirectora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Apresentado à União Europeia no âmbito do Programa Pobreza III³¹, o *Projecto Rua* foi aprovado e caracterizado como uma iniciativa inovadora para Portugal na área infantil.

Tendo em conta a realidade social, o *Projecto de Rua* procura colmatar a situação de marginalidade das crianças em contexto de rua, abrindo o caminho destas crianças para o futuro, inserindo-as na comunidade, mais propriamente na família. Para isso é necessária a adopção de um estilo de vida saudável e emocionalmente

³⁰ Inicialmente denominado por *Projecto “Trabalho de Rua com Crianças em Risco ou Situação de Marginalidade”*

³¹ Programa Europeu de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social

equilibrado, o regresso à escola, a outro sistema de instrução, ou o ingresso na via profissionalizante, a participação em actividades e a aquisição de valores necessários à vida em comunidade. Desta forma, o Projecto Rua desenvolve a sua intervenção com três protagonistas: a criança, a família e a comunidade.

3. Método

A investigação social implica sempre a mobilização de um procedimento ou estratégia de pesquisa que não é mais do que o processo de aplicação do método e de técnicas de pesquisa a situações e problemas concretos da realidade social, para os quais se procura resposta (Almeida, et al, 1983).

Sendo os principais objectivos das Ciências Sociais, nomeadamente do Serviço Social, analisar, explicar, prever e intervir sobre a realidade social, tais propósitos só podem ser atingidos por via da utilização do método científico. Este método reúne um conjunto de determinadas normas que devem ser satisfeitas na condução da pesquisa para a obtenção de conclusões válidas, tendo como fim o conhecimento. O método científico percorre a recolha, a observação, a análise e a sistematização dos factos que devem procurar o princípio da objectividade, da racionalidade e da inteligibilidade: A objectividade permite compreender que nem sempre o que a realidade aparenta se concretiza verdadeiramente; a racionalidade exige um discurso coerente, inter-relacional nos diversos raciocínios e perspectivas; o princípio da inteligibilidade mostra que a realidade é inteligível (Bravo, 1985).

Em função do objecto de investigação e do tipo de pesquisa, desenvolveremos uma combinação entre o método dedutivo e indutivo: Indutivo na medida em que procedemos á classificação sistemática dos dados obtidos, com o intuito de determinar as uniformidades e regularidades entre si, resultando, de forma imediata, na criação de dados sobre a realidade das crianças em situação de rua. No entanto, a relação entre estes dados, o estabelecimento e definição de conceitos e a elaboração de conclusões assentam num trabalho dedutivo.

Esta pesquisa desenvolve um estudo de caso que procura investigar o fenómeno actual *crianças em situação de rua* e que pressupõe a realização de uma análise intensiva, tanto em amplitude como em profundidade. Através desta tipologia de estudo, é possível obter uma visão global e integral de várias dimensões inerentes ao problema social em análise. Desta forma, podemos afirmar que o estudo de caso facilita a compreensão de realidades sociais complexas, permitindo uma investigação que

preserva as características holísticas e significativas dos acontecimentos (Burgess, 1995).

Neste sentido, foi necessário recorrer a uma diversidade de técnicas de pesquisa, centrando-se a análise no discurso de três técnicos da Equipa de Rua e de um elemento da direcção do Projecto Rua. Esta amostra foi seleccionada devido ao contacto privilegiado e exclusivo destes profissionais com a realidade da rua, sendo, relevante a percepção e visão global da Coordenação do Projecto.

4. Técnicas de recolha e tratamento de dados

Toda e qualquer investigação empírica subentende uma recolha de dados e implica, portanto, o recurso a instrumentos adequados a essa operação. A definição das técnicas de recolha de dados está totalmente relacionada com os objectivos que se pretendem alcançar com a pesquisa. Como estratégia metodológica utilizámos diferentes métodos que se complementam e que permitem a recolha de informação necessária para responder à pergunta de partida.

A análise documental foi a fonte de inspiração e de orientação para a elaboração desta pesquisa. O uso de documentos como obras anteriormente publicadas, documentários, relatórios de actividades do Projecto Rua, assim como do Quadro Legal Nacional foram ferramentas indispensáveis na construção do próprio guião de entrevista mas também na recolha de informações indispensáveis à consolidação deste trabalho.

No entanto, apesar da inegável importância da pesquisa documental as entrevistas semi-estruturadas constituem o elemento central desta investigação, visando estimular os entrevistados a partilhar os seus conhecimentos e pontos de vista, permitindo a descrição do fenómeno em estudo. De acordo com Ghiglione e Matalon (2001), a entrevista é uma “*conversa tendo em vista um objectivo*”. Esta técnica é um instrumento privilegiado nos estudos descritivos com uma abordagem qualitativa. Ackroyd e Hughes (1992) salientam que as entrevistas permitem que um investigador tenha acesso a relatórios verbais fornecidos pelos entrevistados e que contêm uma grande variedade de informação que seria impossível recolher de outra forma.

Após a recolha de dados, estes foram ordenados com o intuito de preservar o carácter unitário da amostra, obtendo-se assim uma compreensão profunda do grupo e dos fenómenos em estudo. No entanto, estes resultados não podem ser extrapolados a outras populações. A análise de conteúdo foi então desenvolvida em torno de três

dimensões distintas³²: A criança em situação de rua; o Sistema de Protecção Social; e a intervenção social e o Serviço Social.

O grande objectivo do recurso à técnica da entrevista é o de transformar um raciocínio dedutivo, presente na linguagem do entrevistado, num raciocínio indutivo: O investigador procura traduzir um discurso de senso comum em dados qualitativos de pertinência analítica, tendo por orientação todo um conjunto de pressupostos teóricos que estiveram presentes ao longo de toda a pesquisa e que assumem, nesta fase, uma grande relevância. Tendo presentes todas estas preocupações metodológicas procedemos à análise e interpretação dos dados recolhidos, de acordo com os objectivos propostos, para que seja possível desenvolver conclusões que possam contribuir não só para a investigação, mas também para a intervenção social na área infantil.

³² Categorização dos dados recolhidos em anexo.

III. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

1. Criança em situação de rua

1.1 Evolução do grupo alvo na cidade de Lisboa

Atenta às oscilações e mudanças que se têm operado na sociedade, a criança de rua da cidade de Lisboa tem evoluído adaptando-se às realidades do seu tempo. Desta forma, segundo os entrevistados, é necessário compreender, antes de mais, que as crianças de rua encontradas nos finais dos anos 80 não são as crianças que se encontram actualmente em contexto de rua.

No final da década de 80 havia um vasto número de crianças que se encontravam na Baixa de Lisboa, que dormiam na rua, nas grelhas do metro, em carros abandonados, prédios devolutos ou em cubículos em más condições. Naquela altura era uma realidade muito visível na cidade de Lisboa, pois estas crianças fugiam dos seus bairros e concentravam-se em zonas específicas de grande movimento.

Era fácil o reconhecimento dessas crianças “*não só pelos locais onde estavam na cidade, mas também pelo seu aspecto. Tinham um aspecto degradado, roupas esfarrapadas, poucos cuidados de aseo pessoal*”³³. A pobreza imperava, muitas destas crianças andavam rotas e descalças, passavam fome e grandes dificuldades recorrendo a estratégias de sobrevivência como a mendicidade, a venda de pequenos objectos, como pensos, ou cometendo pequenos delitos. Em determinadas zonas da cidade encontravam-se vários menores na prática da prostituição.

A maioria destas crianças era do sexo masculino, nascidas em Portugal, mas os pais eram oriundos de Cabo Verde, Guiné, Moçambique e Angola. Maioritariamente provinham de famílias de pais separados ou de famílias monoparentais e muitas delas eram crianças de tenra idade: “*Chegámos a encontrar crianças com cinco e seis anos na rua, eram crianças que viviam na rua*”³⁴.

Ao longo do tempo e à medida que o diagnóstico era aprofundado, eram encontradas crianças com diferentes características, apesar de muitas das problemáticas destes menores se manterem. Desta forma, segundo os técnicos da Equipa de Rua, foi necessário distinguir dois conceitos: *crianças de rua* e *crianças na rua*. “*Criança de rua é aquela criança que vive, que dorme na rua, que não tem uma relação próxima com a*

³³ Entrevista nº1, Assistente Social

³⁴ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

família que não vai a casa, no fundo vive por si e que depende de si e que está na rua, faz dela o seu meio de subsistência, o seu habitat”³⁵.

Por criança de rua entende-se “*todo o menor que entra em ruptura com a família, de forma mais ou menos radical, por abandono ou por sua própria escolha, adoptando a cidade como a sua casa, passando a viver sob a sua responsabilidade, acamaradando porventura com outros menores em iguais circunstâncias, obtendo a sua alimentação por meio de processos mais ou menos ilícitos, pernoitando em locais de vagabundagem e que vai assumindo condutas anti-sociais progressivamente mais graves*” (Projecto Rua, 2001). Segundo um dos entrevistados “*eu conheço adolescentes, jovens adultos que foram crianças de rua naquela altura, que dormiam na rua, em cubículos e praticavam muitas coisas para se orientar, ou dormiam em pensões de vez em quando, quando havia dinheiro, mas hoje em dia, nós, nestes últimos anos não temos conhecimento de crianças que vivam na rua, que vivam da rua*”³⁶ A criança na rua é, segundo os técnicos, aquilo que encontramos habitualmente nos bairros, uma criança que tem uma relação ténue com a sua família e passa grande parte do tempo na rua. Este tipo de crianças sempre existiu, no entanto actualmente tornou-se mais usual ouvir uma criança dizer: “*Estou fechado na rua*”.

Com a evolução da própria sociedade, da própria cidade, o fenómeno das crianças de rua acabou por se dispersar. “*Houve bairros construídos nos concelhos da Amadora, de Sintra, de Loures e portanto os problemas, a questão estética das casas foi alterada, passaram a ter casas melhores, mas o problema que estava dentro das casas continuou a existir, continuou a produzir crianças em risco*”³⁷.

Actualmente, nos *Giros* desenvolvidos semanalmente por estes técnicos, não se encontram habitualmente crianças a dormir na rua, no entanto todos os técnicos afirmam que não é linear que essa problemática tenha desaparecido, desenvolveu foi contornos diferentes passando mais despercebida: “*hoje em dia, não temos visto crianças a dormir na rua e não nos têm sido sinalizadas situações destas. Mas é uma resposta que fica em aberto porque não é uma resposta garantidamente segura*”³⁸. Isto não quer dizer que não haja crianças a dormir na rua, já que segundo um dos entrevistados, “*nós todos os anos encontramos crianças a dormir na rua, mas já não*

³⁵ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

³⁶ Entrevista nº2, Pedagoga Social

³⁷ Entrevista nº1, Assistente Social

³⁸ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

*são aquelas que encontrávamos à dez, quinze anos. São crianças que muitas vezes estão em situação de fuga de casa ou da instituição, não têm sítio onde ficar e acabam por se abrigar no sítio onde os sem-abrigo costumam ficar*³⁹. Normalmente abrigam-se em locais onde possam ter alguma protecção e não sejam visíveis às autoridades, recorrendo por vezes aos balneários públicos e aos serviços das instituições e associações que intervêm na rua, nomeadamente ao nível do apoio dos alimentos, das carrinhas da *Comunidade Vida e Paz*⁴⁰ e da *AMI*⁴¹. No entanto, estas entidades, que estão diariamente na rua, sinalizam estas situações, alertando o Projecto Rua, a PSP e as CPCJ⁴², que não permitem que estas situações se prolonguem por muito tempo. É possível pernoitarem uma noite na rua, mas não um longo período. *“Não há tantas crianças a dormir na rua quanto isso, acontece esporadicamente”*⁴³.

Relativamente à prática da prostituição também são encontrados menos jovens nas zonas mais vulneráveis, no entanto, esta problemática, devido à fácil comunicação e mobilidade também mudou os seus contornos: *“Hoje em dia, não lhe posso dizer se há muitos se há poucos, nós temo-nos deparado com muito poucas situações, mas isto não significa que não existam, porque agora há muitos meios de comunicação”*⁴⁴. Para além disso, os próprios técnicos salvaguardam que a equipa não está todos os dias e noites no terreno e eventualmente poderá haver alguma situação que aconteça e passe despercebida.

³⁹ Entrevista nº1, Assistente Social

⁴⁰ A Comunidade Vida e Paz é uma IPSS criada em 1989, tutelada pelo Patriarcado de Lisboa e que tem como missão apoiar as pessoas sem-abrigo de Lisboa com o objectivo de as reabilitar e reinserir como cidadãos participativos na sociedade.

⁴¹ A Assistência Médica Internacional (AMI) é uma ONG portuguesa, privada, independente, apolítica e sem fins lucrativos, criada em 1984, destinada a intervir rapidamente em situações de crise e emergência e a combater o subdesenvolvimento, a fome, a pobreza, a exclusão social e as sequelas de guerra em qualquer parte do Mundo. Desde 2001, desenvolve o projecto Equipa de Rua que pretende ir ao encontro da população sem-abrigo que permanece na rua, através de uma intervenção que permita responder às suas necessidades e prevenir futuras formas de exclusão social.

⁴² Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Criadas na sequência do Decreto - Lei nº 189/91 de 17/5, reformuladas e criadas novas de acordo com a Lei de Promoção e Protecção aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de Setembro.

⁴³ Entrevista nº1, Assistente Social

⁴⁴ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

Não se conseguiu extinguir o problema, o que há agora é um conjunto de crianças e jovens em perigo, com práticas comportamentais de risco, que fazem da rua o seu local de subsistência e de diversão, sendo muitas vezes explorados por adultos. Em momentos de fugas dormem em pensões, em casas de amigos e conhecidos, mas acabando, normalmente, por regressar à sua família base ou à instituição onde estão inseridos. A grande diferença do passado está no vínculo de dormir ou não ao relento, no entanto, continua a existir uma passagem pela rua e inúmeras problemáticas que consequentemente resultam na fuga destas crianças.

A actual preocupação destes profissionais *“não é tanto a pobreza efectiva económica, mas a pobreza de valores, a ausência de referências, de acompanhamento, de disponibilidade no processo de sociabilidade das crianças”*⁴⁵, sendo esta realidade transversal a todas as classes sociais. No entanto, a crise internacional que actualmente vivemos poderá vir a redimensionar novamente esta problemática.

1.2 Criança em situação de rua na actualidade

A Equipa de Rua desenvolve a sua intervenção em duas vertentes e desta forma caracteriza as crianças de rua distinguindo o perfil dos menores relacionados com situações de denúncia e dos jovens diagnosticados ao longo dos *Giros*.

Segundo os técnicos e o último Relatório de Actividades da Instituição referente ao ano 2009, existem maioritariamente denúncias de crianças do sexo feminino⁴⁶, na faixa etária dos 14/16 anos⁴⁷. Em termos de diagnóstico encontram-se essencialmente em situação de rua, jovens do sexo masculino⁴⁸ na mesma fase da adolescência⁴⁹.

Relativamente à nacionalidade, em ambas as situações, a maioria são portugueses, descendentes de imigrantes africanos, mas existem também várias crianças brasileiras e provenientes de Países de Leste, relacionadas, essencialmente, com a mendicidade.

Não está directamente associada a fuga destas crianças às condições socioeconómicas da família: *“Neste momento encontro famílias diferenciadas, de todas as classes sociais, porque a problemática é muito transversal às várias classes sociais.*

⁴⁵ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

⁴⁶ Ver tabela Sexo dos menores em Situações de Denúncia em anexo

⁴⁷ Ver tabela Faixa Etária dos menores em Situações de Denúncia em anexo

⁴⁸ Ver tabela Sexo dos menores em Situações de Diagnóstico em anexo

⁴⁹ Ver tabela Faixa Etária dos menores em Situações de Diagnóstico em anexo

Tão depressa foge um menino de uma classe média como um menino de um bairro”⁵⁰. Apesar de existir uma maior incidência nos bairros sociais pelo tipo de problemáticas associadas (matrifocalidade, ausência ou apagamento da figura paterna, fratria numerosa, maternidade precoce, instabilidade na composição do núcleo familiar, dificuldades financeiras, situações de ilegalidade no nosso país, escolaridade reduzida, álcool, toxicodependência/tráfico), esta realidade está a expandir-se por todas as classes. *“Temos famílias que têm a sua casa, que pagam ao banco, que nunca se viram nesta situação de ter de vir a uma instituição ou pedir apoio à Segurança Social ou às comissões, por isso para elas é tudo um bocado assustador”*⁵¹ Consta-se que está directamente relacionada com a solidão, à ausência de acompanhamento que as famílias dão às crianças e à pobreza de valores que acaba, na opinião dos técnicos, por ser transversal à nossa sociedade. Actualmente *“pode ser o meu irmão, o seu primo, pode ser qualquer tipo de família nomeadamente média e média-alta”*⁵².

Algumas crianças fogem de instituições, tendo já sido anteriormente retiradas às famílias, como medida de promoção e protecção, no entanto, a maioria destas crianças vive com a respectiva família ou mantém um laço, ainda que não muito saudável com a mesma.

Grande parte dos jovens sinalizados nos *Giros de diagnóstico* provém da cidade de Lisboa. Em termos de denúncias, a equipa é muitas vezes alertada para situações nos concelhos de Sintra, Loures e Cascais.

Contrariamente ao que acontecia anteriormente, as crianças em contexto de rua na actualidade estão dispersas por toda a cidade. Existem algumas zonas identificadas como zonas de maior risco⁵³, nas quais a Equipa de Rua incide as suas observações e que efectivamente é onde são sinalizadas mais crianças e jovens. No que toca à mendicidade, mantém-se uma especial atenção à Baixa de Lisboa, zona da cidade mais turística onde ainda se encontram, por vezes, crianças a mendigar ou a tocar acordeão. O Areeiro, a Av. Guerra Junqueiro e a Av. Almirante Reis hoje em dia são zonas mais associadas às minorias étnicas, nomeadamente a crianças ou famílias provenientes da Europa de Leste. No Jardim do Adamastor encontra-se *“aquele pessoal da passa,*

⁵⁰ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

⁵¹ Entrevista nº2, Pedagoga Social

⁵² Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

⁵³ Zonas de maior risco de concentração de menores em contexto de rua, em anexo

passam o dia sentados e a traficar”⁵⁴. O Intendente, o Martim Moniz são zonas que despertam a atenção da Equipa porque concentram diferentes culturas e nacionalidades, como paquistaneses e indianos. Na zona da Mouraria, encontram-se crianças que vivem no bairro, que têm muita vivência na rua, muito contacto com situações de risco. Relativamente aos locais de maior concentração à noite, os técnicos afirmam que estes jovens frequentam as zonas mais populares de diversão nocturna, nomeadamente bares, discotecas e casas de jogo em Santos, Bairro Alto, Chiado, Cais do Sodré ou Parque das Nações. Embora ultimamente a Equipa não encontre menores nestas zonas, o Parque Eduardo VII, o Intendente, a Rua da Artilharia 1 e a área do Instituto Superior Técnico de Lisboa são locais muito associados à prática da prostituição.

O surgimento das zonas comerciais, fez com que o centro da cidade perdesse a sua importância, atraindo muitos jovens que deixaram de vaguear pelas ruas e passaram a frequentar o Centro Comercial Colombo ou Vasco da Gama, aliciados pelos diversos jogos e consolas que têm à sua disposição. Sendo um local de grande concentração de massas, é também um local onde estas crianças provocam distúrbios com os clientes.

Apesar de estarem inscritos e matriculados, a maioria destes jovens já se demitiu do papel de estudante. A maioria vive em “*ociosidade escolar*”⁵⁵ com níveis de escolaridade muito baixos. Muitas crianças, por não se identificarem com as metodologias da educação formal, acabam por desanimar e se auto-excluir da escola, abandonando-a mesmo antes de cumprir a escolaridade obrigatória. Segundo a Equipa de Rua, estas crianças não têm um défice intelectual, têm é mais dificuldades de aprendizagem, de concentração, de atenção e, por vezes, distúrbios de personalidade pois não foram estimuladas na primeira infância nem são devidamente acompanhadas. Inúmeras vezes, “*em casa a língua que se fala não é a mesma, os livros que se lêem não são os mesmos, os códigos linguísticos não são os mesmos*”⁵⁶, ou seja, são crianças que vão resistindo um, dois, três anos, mas como não conseguem progredir, começam a ser rotulados como maus alunos e acabam por abandonar os estudos ou ser expulsos da escola.

Muitas destas crianças provêm de famílias carenciadas com fracas habilitações e empregos precários que não apostam nem estimulam a educação dos seus filhos. No entanto, existem crianças com bons resultados académicos, cujos pais são “*advogados,*

⁵⁴ Entrevista nº2, Pedagoga Social

⁵⁵ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

⁵⁶ Entrevista nº1, Assistente Social

*doutores, bancários*⁵⁷” e não é isso que faz com que estas crianças não fujam ou vivam em contexto de rua.

Muitas passam os dias na escola, mas não frequentam as aulas, outras dirigem-se para os centros comerciais onde se entretêm com o seu grupo de pares, fazendo os seus pais acreditar que estão na escola. Algumas famílias que se demitiram da educação e formação dos seus filhos, permitem que as crianças passem o dia em casa, “em frente ao computador”. Compreendemos que estas crianças, maioritariamente, não têm regras nem um sentido de responsabilidade, são indisciplinadas, acabando por passar os dias a “*não fazer nada*”⁵⁸, não tendo nenhuma ocupação diária.

Relacionam-se essencialmente com o seu grupo de pares, procuram estar com quem se identificam, no entanto actualmente “*não há aquela ideia dos gangs*”⁵⁹.

Os seus gostos não se distanciam das crianças e jovens da mesma faixa etária, têm exactamente as mesmas necessidades e os mesmos gostos que os outros. “*Gostam de jogar computador, gostam de telemóveis, gostam de ir a teatros, mas quando promovidos e estimulados por nós. Por eles sozinhos, como é óbvio, não têm acesso e aí é complicado*”⁶⁰.

Fruto da sociedade de consumo actual, estas crianças, têm uma grande preocupação com a sua imagem e com a ostentação de riqueza. A sociedade actual uniformizou os padrões de gosto e identidade, desta forma, estas crianças actualmente têm uma aparência idêntica às restantes crianças: “*São jovens como os outros que se identificam e copiam os seus ídolos, os seus líderes, tal e qual. São iguaizinhos*”⁶¹. Procuram seguir as tendências da moda, ostentam sinais de riqueza superficial, independentemente das suas condições económicas. Na sua posição perante o grupo de pares, o exterior conta muito e por isso investem todo o dinheiro que conseguem na sua aparência física: Vestem roupas de marca “*da cabeça aos pés*”⁶², usam os mesmos ténis e acessórios, vestem também as calças descaídas “*com as boxers à mostra*”⁶³, têm telemóveis topo de gama, usam os mesmos penteados. “*Não significa agora que nós*

⁵⁷ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

⁵⁸ Entrevista nº2, Pedagoga Social

⁵⁹ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

⁶⁰ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

⁶¹ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

⁶² Entrevista nº3, Técnica de Política Social

⁶³ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

*não vejamos na rua um menino todo bem vestidinho, cujo banho não seja assíduo. No início às vezes é muito bonito por fora, mas o cheiro de quem não toma banho...”*⁶⁴. Exceções são os menores que praticam a mendicidade que mantém uma aparência mais empobrecida e descuidada ou jovens em situação de consumo. Para além disso, muitas jovens, tanto pelo seu aspecto físico como pela forma como se produzem, aparentam ter mais idade, dificultando a intervenção da Equipa de Rua, nomeadamente em locais de divertimento nocturno ou na prática da prostituição.

Como fonte de subsistência muitas das crianças sinalizadas nos *Giros* recorrem à prostituição, à mendicidade, a pequenos expedientes, aos furtos e ao tráfico de estupefacientes. Existem crianças que desenvolvem estratégias vinculando-se a algum adulto que as acolhe mas muitas vezes também as explora. De qualquer forma, a maioria destas crianças depende da família ou da instituição, arranjam os seus negócios paralelos para ajudar nas despesas da casa mas também para usufruto pessoal. Deste modo, continuam a beneficiar dos apoios que a sua família recebe, nomeadamente da Segurança Social. Por outro lado, algumas jovens do sexo feminino, maiores de 16 anos já estão a trabalhar. No entanto, *“as que nos chegam das denúncias não temos conhecimento, se estão envolvidas em algumas redes”*⁶⁵.

Actualmente estes jovens têm as suas necessidades básicas satisfeitas, pois, acima de tudo têm grandes carências ao nível afectivo e valorativo: *“As principais necessidades delas acho que são serem aceites, serem queridas, serem amadas”*, são *“crianças que foram crescendo sem, se calhar, alguma vez terem sentido o toque da mão da mãe ou do pai, ou o toque de uma maneira afectuosa, porque, se calhar, o toque sentiram-no e mais do que uma vez, mas de uma maneira mais abrupta”*⁶⁶. Muitos pais ausentam-se da educação dos seus filhos por completo, *“facilmente se fazem substituir por um brinquedo que a criança tanto quer. Às vezes é tão fácil “toma lá e não me chateies, já não te posso ouvir!”*⁶⁷. Isso não quer dizer que os pais não gostem dos seus filhos, mas têm dificuldade em comunicar e em demonstrar esse amor, até porque os seus próprios pais também não o faziam.

É importante que se compreenda que por de trás de uma fuga existe sempre um conjunto de problemáticas associadas. Por vezes é apenas o facto de terem uma nota

⁶⁴ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

⁶⁵ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

⁶⁶ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

⁶⁷ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

negativa, algum problema com um colega, outras vezes, são influenciados pelo grupo de pares ou por um suposto namorado cujo namoro é contrariado. Muitas fogem devido *“ao mau trato continuado em casa, quer na área da violência sexual ou simplesmente na negligência, e chega um dia e diz “basta!” ou simplesmente porque vai inocentemente à procura de um sonho, de uma aventura e encontra outra realidade, nos bares, na diversão nocturna. Procura uma fantasia, um escape àquela vida, àquele bairro”*⁶⁸.

Há muita ânsia de autonomia, de liberdade, de querer crescer o mais rapidamente possível, de forma a fugir das rédeas dos pais ou dos adultos. Em muitas situações as crianças fogem porque a sua educação assenta num excesso ou défice de liberdade, isto é, o estilo educativo é marcado pelo facto dos pais serem punitivos e permissivos. Para além disso, por as relações familiares não serem muito saudáveis, existe alguma dificuldade na interiorização da figura dos pais e dos adultos, não respeitando por isso muitas vezes a autoridade. Todos os entrevistados afirmam que a principal causa de fuga encontrada é o crescimento com falta de comunicação e diálogo entre o próprio jovem e os progenitores, pois, muitas vezes, a família não tem competências ou se demite das responsabilidades de cuidado desse menor. Assim, a fuga, segundo os técnicos, é uma consequência de inúmeros problemas que intervêm no crescimento da criança e raramente um acto isolado.

Apesar de procurarem aparentar uma imagem de confiança, a maioria destes jovens tem uma auto-imagem negativa ou uma baixa auto-estima, pois *“desde que nasceram sempre ouviram dizer que não prestam e que não valem e que são maus e comportam-se à altura, pela negativa”*⁶⁹. Muitos não têm grandes expectativas da vida nem de si próprios, são pouco ambiciosos, não têm a mínima projecção e noção das suas verdadeiras capacidades, assim como dos seus desejos mais profundos. Normalmente são muito limitados porque não conhecem de forma real o mundo, tendo uma visão muito redutora da vida. *“Nós temos situações de jovens com quinze, dezasseis anos que nunca foram ao cinema, alguns, que apesar de serem da linha de Sintra nunca tinham ido a Sintra, pensavam que Sintra era o Cacém, era Mem-Martins, Algueirão, Monte Abraão. Há jovens que nunca tiveram oportunidade de conhecer outras realidades”*⁷⁰. São jovens que vivem muito fechados num contexto específico, e como não se

⁶⁸ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

⁶⁹ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

⁷⁰ Entrevista nº1, Assistente Social

relacionam com outros meios acabam por solidificar aquilo que conhecem. Não perspectivam ascender a um patamar mais elevado, não vão além daquilo que conhecem na família e nos vizinhos, ou seja, procuram trabalhos que requerem pouca qualificação seja nas limpezas, na construção civil, em cadeias de *fast food* ou hipermercados.

“São jovens que não sonham muito alto porque também não lhes foi permitido”⁷¹. E muitos deles nem sabem o que é sonhar, dizem: ““ah, não me lembro o que é que sonhei hoje” sonhar para eles é dormir...”⁷². Vivem muito o imediatismo, não têm perspectivas futuras muito acentuadas, nenhum projecto. Só lhes interessa o presente: “Não investem muito no agora para colherem mais tarde, não conseguem aguentar a espera, é tudo muito descartável, tudo muito rápido”⁷³. Existem também jovens que vivem num mundo de ilusões que ambicionam coisas megalómanas: “Há alguns jovens que têm jeito para a bola mas pensam que podem ser o Cristiano Ronaldo e portanto alimentam expectativas pouco realistas”⁷⁴.

Habitualmente, estes jovens responsabilizam o seu contexto social e os outros dos problemas e nunca se assumem como um factor de mudança ou como alguém que tem importância na reversão das situações. “Normalmente é o professor que não gosta de mim, é a escola que me expulsou”⁷⁵, o próprio jovem alheia-se desse papel.

Muitas vezes os pais protegem os seus filhos excessivamente e socorrem-nos quando eles têm de ser responsabilizados, ou educam as crianças de forma muito permissiva, fazendo com que a maioria destas crianças se torne arrogante e sem qualquer respeito à autoridade, vindo ela dos pais, dos professores ou da própria polícia. Frequentemente, são jovens descrentes da figura adulta porque durante o seu percurso foram muitas vezes enganados e defraudados. Têm graves problemas na relação, “a arma que lhes ensinaram como instrumento é a violência, para a resolução de conflitos”⁷⁶, dificultando o processo de socialização. Apesar de muitas vezes agressivos e de aparentarem um grande espírito de liderança e rebeldia, “a maior parte destes

⁷¹ Entrevista nº1, Assistente Social

⁷² Entrevista nº2, Pedagoga Social

⁷³ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

⁷⁴ Entrevista nº1, Assistente Social

⁷⁵ Entrevista nº1, Assistente Social

⁷⁶ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

jovens têm também muita sensibilidade, não podem é demonstrá-la”⁷⁷, isso seria devastador para a sua imagem.

Estes menores têm comportamentos de alto-risco, colocando-se facilmente em perigo. A maioria inicia a sua vida sexual muito precocemente, sem grandes cuidados nem precauções, sendo propícios ao contágio de doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez indesejada: *“Pela falta de maturidade, muitas vezes acontece, não conseguem vivenciar uma vida sexual saudável e acabam por iniciar uma relação muito cedo, por vezes com diferentes parceiros, portanto naquilo que nós achamos uma falta de respeito por si própria, e deixar que o seu corpo seja utilizado a belo prazer por quem quer que seja*”⁷⁸. Um dos outros riscos será então a prostituição e a exploração sexual de menores, que actualmente apesar de menos visível, continua a ser praticada, com recurso a jovens de ambos os sexos. Existe, efectivamente, uma grande negligência ao nível da saúde, chegando muitas vezes a correr risco de vida.

A incosequência e a inconsciência destes jovens faz com que se coloquem em risco permanentemente: *“É assim, não crendo ser retrógrada, que não sou, nem demasiado conservadora, mas o que é que um adolescente de 12, 13, 14 anos, a altas horas da noite no Bairro Alto a beber, o que é que vai acontecer, o que é que pode acontecer?”*⁷⁹. São jovens que estão em situação ilegal a consumir quando não é permitido pela idade, expostos a inúmeras situações que põem em risco a sua saúde e integridade física e psicológica. *“Há imensas meninas que são violadas exactamente porque a partir de um determinado momento acabam por perder a consciência e portanto tudo pode acontecer: assaltos, violações, maus tratos, portanto ficam expostos a uma quantidade de riscos*”⁸⁰. A questão dos consumos é também uma grande preocupação, pois muitos deixam de ter um consumo ocasional para se tornar uma dependência.

“A rua promove a estratégia de sobrevivência daí o comportamento ilícito”⁸¹, já que muitos jovens, que praticam pequenos furtos, em pouco tempo são devorados pela via da criminalidade: *“têm o risco de se tornarem a curto prazo, marginais,*

⁷⁷ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

⁷⁸ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

⁷⁹ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

⁸⁰ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

⁸¹ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

porque eles têm já o pezinho na delinquência”⁸². Existe assim uma relação provável entre uma infância/juventude de delinquência e uma vida adulta de criminalidade, pois acabam por ser estratégias de sobrevivência que se enraízam nestes indivíduos ao longo da sua história. Os rapazes estão mais predispostos a seguir o caminho da marginalidade, já que as raparigas, a partir de uma certa altura da sua vida, procuram mais estabilidade e segurança junto de um namorado, de um marido, sendo a fase da rebeldia específica da adolescência, acabando por se integrar mais facilmente na sociedade.

2. Sistema de Protecção Social em Portugal

Segundo os técnicos da Equipa de Rua, durante muito tempo, as políticas e medidas desenvolvidas na área infantil não contemplavam a especificidade das crianças de rua: Havia uma preocupação com a infância, mas não com a problemática das crianças em situação de rua. Ao longo do tempo desenvolveu-se uma maior atenção, tanto a nível internacional como nacional, com a defesa e promoção dos direitos destas crianças. Apesar de progressivamente terem surgido medidas que procurassem integrar estes menores, é unânime que ainda existe um défice de respostas em favor destas crianças, já que muitas vezes são rejeitadas e excluídas pelo próprio sistema.

É importante referir que os próprios técnicos afirmam não ter conhecimento de toda a legislação actual referente às crianças em situação de rua. De qualquer forma, os técnicos da Equipa de Rua consideram que a legislação não é excessiva, já que são muitas as situações em que as respostas existentes não são suficientes para colmatar estas situações de vulnerabilidade e risco.

Muitas vezes a legislação não assenta num retrato fiel da realidade social, direccionando a intervenção de forma pouco eficaz. Os técnicos que estão no terreno deparam-se com algumas lacunas na legislação, isto é, muitas vezes a teoria não se adequa à prática. Desta forma *”seria importante que um conjunto de instituições se sentassem à mesa e que pudessem expor no papel todas estas inquietudes e levar junto de quem de direito pode eventualmente ainda fazer alguma coisa a este nível. Por vezes acontecem determinadas situações que nós alertamos e às vezes, ao nível da Comissão*

⁸² Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

Nacional de Protecção de Crianças e Jovens, o facto de acontecerem determinadas situações que depois não estão contempladas na lei”⁸³.

Segundo os entrevistados, a justiça e as próprias instituições não conseguem dar resposta às situações de uma forma rápida e satisfatória. Muitas das situações sinalizadas se fossem acompanhadas atempadamente, poderiam ser mais facilmente reversíveis: *“tem sido com muita frequência estas situações de miúdos que se perdem e depois já são muito maiores e pronto, aquilo vai descambando. Quando se podia actuar quando ele, se calhar, tinha 10 anos, quando tem 16 anos é preso e depois por aí fora”*⁸⁴. Segundo um dos técnicos, *“se pensarmos numa CPCJ que recebe centenas de processos por semana, (...) há muitas situações que não têm logo, digamos que... o andamento no momento em que isso deveria acontecer”*⁸⁵. O próprio Sistema de Justiça, nomeadamente os tribunais, não consegue dar resposta em tempo útil a tantos casos. De acordo com este técnico *“os recursos deveriam ser mais rentabilizados para que situações que envolvam crianças e jovens em situação de risco não fiquem adiadas sem data para serem avaliadas”*⁸⁶.

O sentido de impunidade que estes jovens vivem é, segundo os técnicos, fruto de um sistema legal permissivo e pouco exigente, pois estas crianças apercebem-se desde cedo que as suas práticas delinquentes e criminosas raramente são punidas, repetindo-as vezes sem conta. *“Um jovem ou quem quer que seja, quando comete alguma infracção sabe que a está a cometer, portanto, o que se passa aqui extrapola-se muito para a impunidade... se as leis as medidas fossem mais incisivas: “fez e aconteceu”, se calhar não tínhamos tantos miúdos institucionalizados, não havia tantos jovens assim.*”⁸⁷

Outra questão que dificulta a intervenção nesta área é a desconcentração, oposição ou sobreposição de dados que fazem os técnicos despender muito tempo e energia na confirmação e comprovação da informação. Desta forma, *“devia haver uma maior plataforma de organização, há tentativas mas ainda podíamos fazer melhor neste campo”*⁸⁸. Há um esforço para que as coisas evoluam, no entanto é urgente e crucial que

⁸³ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

⁸⁴ Entrevista nº2, Pedagoga Social

⁸⁵ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

⁸⁶ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

⁸⁷ Entrevista nº2, Pedagoga Social

⁸⁸ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

se desenvolva uma maior ligação, dinâmica e complementaridade entre os vários agentes interventivos.

*“O Sistema de Protecção de Crianças e Jovens, apesar de estar muito bem conseguido, continua a não dar resposta a todas as crianças que nós encontramos”*⁸⁹. Algumas destas crianças são internadas, através do Sistema de Promoção e Protecção de Menores, em instituições em regime aberto, de onde acabam por fugir. *“Estas respostas foram criadas com muito boa vontade e achando que eram uma muito boa resposta mas depois acabam por não impedir que os jovens se coloquem a si próprios em risco uma vez que são centros que estão abertos. São demasiado abertos.”*⁹⁰ Estas instituições também, porque não são muitas, acabam por não ter vagas para todas as situações de risco ou estar lotadas de crianças com múltiplas vivências, algumas delas bastante problemáticas que carecem de grande atenção. Para além disso, os técnicos que trabalham diariamente nestes centros também são escassos, não podendo criar uma relação de proximidade e desenvolver um acompanhamento muito personalizado. Desta forma, muitas crianças não se sentem verdadeiramente acolhidas e em casa, acabando muitas vezes por fugir. *“Era importante que houvesse instituições que funcionassem num ambiente e num modelo mais familiar, que não fossem depósitos de crianças, que as crianças pudessem ter um acompanhamento mais próximo, o mais familiar possível, de forma a sentirem-se acolhidas, e verem dessa forma resolvidos alguns dos problemas que têm”*⁹¹. É então necessário, segundo um dos técnicos, *“arranjar medidas mais contentoras, que promovam o bem-estar dessa mesma criança para evitar que ocorram estas fugas que acabam por nos penalizar a todos e sobretudo à criança que se encontra em situação de fuga”*⁹².

Os técnicos da Equipa de Rua sentem que existe uma falha grave ao nível das medidas de autonomia de vida e na formação destes jovens para a idade adulta. Há jovens com 16 e 17 anos em que não é realista o regresso à família e a própria instituição de acolhimento está prestes a deixá-los sair, porque, entretanto, completam a maioridade e seria importante uma transição para a independência. Os apartamentos de autonomia são uma boa forma de ajudar estes jovens a ganhar competências, pois é uma

⁸⁹ Entrevista nº1, Assistente Social

⁹⁰ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

⁹¹ Entrevista nº1, Assistente Social

⁹² Entrevista nº1, Assistente Social

experiência de emancipação mas, ao mesmo tempo, são acompanhados por uma equipa técnica que os ajuda a superar as dificuldades. No entanto, são também muito escassos.

Outro objecto que condiciona a intervenção é a falta de respostas existentes para estas crianças relativamente ao ensino, já que muitos destes jovens não se adaptam nem são integrados pela própria escola, acabando por desistir antes de completar o ensino obrigatório. Segundo os técnicos, as medidas e políticas deviam ser mais flexíveis tendo em atenção as características destas crianças, sendo desenvolvidas mais alternativas que promovessem o seu desenvolvimento, como é o caso dos PIEFS, do PIEC⁹³ e do Projecto *Educar e Formar para Inserir*⁹⁴ desenvolvido pelo Projecto Rua.

No entanto, segundo os técnicos, tem havido uma preocupação por parte do Estado para a promoção da educação, da saúde, da habitação digna, fazendo com que estas crianças conheçam os seus direitos e as opções de ajuda que existem ao seu dispor. *“Eu penso que tem havido uma evolução política, não vale a pena estar sempre a dizer que não há, podiam ser mais adequadas, mais cirúrgicas, mais específicas e mais flexíveis acima de tudo. No entanto, mesmo estando escritas, mesmo existindo, eu acho que a maior preocupação e o fosso que há é na aplicação das próprias medidas por causa dos meios, das barreiras. São pessoas que as executam, fazem interpretações variadas, e depois os instrumentos até podem estar perfeitos, até podem existir e não são utilizados na potencialidade que eles têm.”*⁹⁵.

*“Se nós apostássemos ou investíssemos naquilo que já existe legislado e se concretizássemos aquilo que está escrito, nós teríamos de facto uma sociedade mais justa e que protegeria certamente melhor as crianças”*⁹⁶. De acordo com este técnico, a lei contempla de facto uma série de respostas que visam a promoção dos direitos da criança e a protecção de factores de risco, mas existem instruções que ainda não foram efectivadas, e esse é o grande desafio: a aplicação das medidas. *“Eu não mexia na lei, limitava-me apenas a cumprir aquilo que está definido na lei, mas para isso é preciso meios, é preciso dinheiro, é preciso também a sociedade encarar isso como necessidade e infelizmente, muitas vezes, porque o problema não é tão visível, as pessoas acabam por se alhear, mas o facto é que quem está no terreno apercebe-se que existem muitas*

⁹³ Antigo PETI

⁹⁴ A acção “Educar e Formar para Inserir” surgiu em 2004 apresentando-se como uma modalidade diversificada, flexível e complementar às modalidades existentes de ensino e formação.

⁹⁵ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

⁹⁶ Entrevista nº1, Assistente Social

*necessidades que têm de ser resolvidas.*⁹⁷” Tal como nos sugere um dos técnicos, ainda há um longo caminho a percorrer na defesa e protecção destas crianças.

3. Intervenção Social e Serviço Social

3.1 Princípios orientadores da intervenção na área das crianças em situação de rua

Segundo os entrevistados, a intervenção social desenvolvida com este público-alvo deve-se basear em determinados princípios orientadores que direccionem a acção dos profissionais. O cariz inovador do Projecto, segundo os técnicos da Equipa de Rua, advém desses princípios que procuram compreender e perceber a criança consoante as suas necessidades mas também descobrir as suas potencialidades, no seu contexto real: a rua. A proximidade que os técnicos e animadores procuram ter com as crianças, *“o estar com a criança, estar na rua, ir ao encontro de, basicamente isto é o pilar da nossa intervenção”*⁹⁸. A Equipa considera que sendo visível a existência de problemas graves, o assistente social ou o interventor social tem de ser pró-activo indo ao encontro destas crianças: *“não podemos estar sentados atrás de um gabinete e esperar que o utente se socorra de nós, dos nossos serviços. Vamos nós ao encontro”*⁹⁹. Em defesa deste princípio, o Projecto de Rua desenvolve a sua acção em regime aberto com base na relação de confiança, *“é quase um namoro pedagógico”*¹⁰⁰.

O Projecto de Rua desenvolve as suas actividades apelando ao interesse das próprias crianças através de técnicas lúdico-pedagógicas, *“não a brincadeira pela brincadeira, o lúdico pelo lúdico, mas como uma metodologia de treino, uma metodologia pedagógica para a inserção destes miúdos”*¹⁰¹. Segundo estes técnicos, deve então haver por parte das instituições uma grande aposta na educação informal para que a criança seja cativada e intervenha no seu processo de inserção. É então necessário que se trabalhe com o menor e com a respectiva família dando-lhes a conhecer os seus direitos, desenvolvendo as suas potencialidades, mas, simultaneamente, responsabilizando cada um dos intervenientes e alertando-os para as suas obrigações durante todo o processo.

⁹⁷ Entrevista nº1, Assistente Social

⁹⁸ Entrevista nº2, Pedagoga Social

⁹⁹ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

¹⁰⁰ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

¹⁰¹ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

O trabalho desenvolvido pelos serviços sociais não pode assentar na dependência, mas sim no desenvolvimento, trabalhando e explorando as capacidades destas famílias para que autonomamente consigam ultrapassar os obstáculos. É nesta perspectiva que se desenvolve a acção da Equipa de Rua: *“Nós não vamos lá para arranjar subsídio, para arranjar emprego, nós vamos trabalhar com eles, ver quais são as necessidades, aquelas mais prementes no início, e depois ajudá-los. No fundo, capacitá-los.”*¹⁰². Incutindo valores, desenvolvendo competências, estimulando a participação e o *empowerment* do público-alvo e respectivas famílias. Todos os técnicos entrevistados enumeram como pilar metodológico do Projecto Rua a participação activa dos menores, sendo estes os verdadeiros protagonistas da acção, vinculando-os a um compromisso de alteração do seu próprio projecto de vida.

*“Para atacar o problema de uma forma consistente, de uma forma realista e eficaz, temos de sentar à mesa todos os intervenientes que tomam parte da vida destas crianças, de forma a que a criança e a família possam ser apoiadas na resolução do seu problema.”*¹⁰³ O trabalho desenvolvido com as crianças de rua, segundo os técnicos da equipa de rua, deve assentar na relação entre as várias áreas do saber, já que a criança de rua é um problema social multifacetado que comporta, em si só, um conjunto de problemáticas.

O Serviço Social tem um papel importante na defesa dos Direitos da Criança e na aplicação de normas e teorias nas questões da moderação, alerta e acção. O assistente social tem uma função *“na área da prevenção, essencialmente, intervenção nas causas, na área da recuperação e integração, abrindo caminhos, na reinserção; tem que agir na emergência. E é essencialmente aí que deve haver maior investimento na área da adequação e das políticas. Não se resignar com o que há e apontar o dedo, mas ser promotor de mudança a nível do enquadramento e da adequação das medidas de política, participando nos estudos, nos questionários, tendo uma voz activa e pró-activa nesse domínio”*¹⁰⁴. Segundo o técnico superior de Serviço Social da Equipa de Rua, o assistente social *“tem toda a relevância, somos fundamentais para a implementação de medidas de promoção e protecção porque estamos num contacto mais próximo da realidade, mais do que quem decide. Portanto, se não somos nós a dar a voz a estas crianças, as leis não podem ser ajustadas à realidade. Nós temos um papel muito*

¹⁰² Entrevista nº3, Técnica de Política Social

¹⁰³ Entrevista nº1, Assistente Social

¹⁰⁴ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

*importante a este nível, ao nível da pressão, ao nível da construção de leis que permitam dar uma resposta mais eficaz aos problemas que encontramos.*¹⁰⁵” No entanto, a sua acção tem de ser concertada com outras áreas, já que estamos a falar de uma problemática tão complexa. É necessário que a intervenção social seja perspectivada como um todo “*não pode ser só entendido como um problema do Serviço Social*”¹⁰⁶.

O Projecto Rua, desenvolve a sua acção com o auxílio de uma equipa multidisciplinar, isto é, recorre a contributos de várias áreas para uma abordagem mais sistémica do problema: “*uma diversidade sempre na ordem da complementaridade das diferentes equipas*”¹⁰⁷, já que a metodologia interventiva do Projecto Rua assenta na interdisciplinaridade, numa articulação de técnicos e saberes, para que, em conjunto, se procure desenhar um plano de intervenção mais eficaz para estas crianças.

Para além da complementaridade de áreas tem também de ser desenvolvida uma relação muito próxima entre as várias entidades competentes que têm como missão a defesa e protecção das crianças. A intervenção deve então basear-se no modelo integrado, fazendo com que todos os agentes trabalhem de forma integrada e articulada. O Projecto Rua trabalha em parceria com inúmeras Organizações Governamentais e Não Governamentais, exercendo uma função mediadora entre as várias entidades. No entanto, “*a instituição sozinha, por si, não consegue valer porque o grupo alvo com que trabalhamos vive situações multi-problemáticas. É preciso atacar em diferentes frentes e portanto as parcerias são indispensáveis a vários níveis, não só pelos recursos, que não temos muitos, pela troca de informação*”¹⁰⁸. Tal como refere a coordenação do Projecto, é necessário “*agir local e pensar global*”¹⁰⁹. Já que esta realidade se reflecte um pouco por todo o mundo, é uma mais-valia a partilha de metodologias e de práticas, assim como a formação constante dos técnicos que actuam com este público-alvo.

O desenvolvimento de um trabalho em rede implica a comunicação e a articulação entre os vários parceiros para que não aconteçam situações como esta: “*Nunca percebi se aquilo é uma anedota, mas eu penso que aquilo chegou a ser real, da família que já estava tão cansada dos serviços que lhe iam bater à porta que houve*

¹⁰⁵ Entrevista n°1, Assistente Social

¹⁰⁶ Entrevista n°3, Técnica de Política Social

¹⁰⁷ Entrevista n°4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

¹⁰⁸ Entrevista n°3, Técnica de Política Social

¹⁰⁹ Entrevista n°4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

*um dia em que pôs um papel à porta a dizer “à segunda-feira recebo a segurança social, à terça a escola, à quarta...” e um dia da semana “por favor é o dia de descanso”*¹¹⁰. Situações como esta têm de ser contrariadas, é um esforço que as intervenções sociais têm que ter por respeito à dignidade das famílias e das crianças, *“nós também não gostávamos que fossemos alvo da devassa da intervenção dos técnicos, independentemente da situação”*¹¹¹. A intervenção deve ser sempre desenvolvida com base no respeito destas crianças, pois *“antes de técnicos nós somos pessoas e, portanto, procuramos que seja uma abordagem muito humanista, embora baseada naquilo que é verdade”*¹¹². As acções devem assentar na complementaridade para não haver desgaste e sobreposição de intervenções e esforços.

O Projecto de Rua acredita que a formação da sociedade, nomeadamente das crianças e respectivas famílias, pode ser um bom contributo na prevenção mas também no alerta de situações de risco. Através de sessões de esclarecimento e sensibilização, aposta não só na passagem de informação mas também na partilha, juntando alguns pais que vivenciaram problemas muito semelhantes para que outras famílias possam aprender alguma coisa que as ajude a modificar o seu comportamento. Relativamente às crianças e jovens o Projecto procura trabalhar com os jovens questões do seu próprio interesse sobre as quais, às vezes, estes têm uma informação muito deturpada, nomeadamente a toxicodependência e a sexualidade. De uma forma atractiva todas as acções procuram *“alertar para os riscos, passar informação, de por vezes fazer reflectir sobre determinados comportamentos, trabalhar muito a questão da assertividade, da comunicação, da importância do respeito por si próprio e pelo outro”*¹¹³.

3.2 Dificuldades na intervenção

Na intervenção com crianças e jovens em contexto de rua existem inúmeros obstáculos que dificultam a acção. *“Somos quase resilientes como os miúdos, o projecto de rua tem que se recriar todos os dias em termos de criatividade e metodologias para ir ao encontro e para conseguir alternativas porque as barreiras são imensas”*¹¹⁴.

¹¹⁰ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

¹¹¹ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

¹¹² Entrevista nº3, Técnica de Política Social

¹¹³ Entrevista nº3, Técnica de Política Social

¹¹⁴ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

Uma das dificuldades apontadas pela Equipa de Rua é a natureza do próprio grupo alvo e as suas características pessoais, familiares e sociais. Estas crianças estão muitas vezes num processo avançado de exclusão social, de marginalidade, envolvidos em redes demasiado complexas, ou numa fase muito avançada de degradação. “*É uma dificuldade inerente ao trabalho propriamente dito*”¹¹⁵, sendo por isso um grande desafio a inserção destas crianças, já que muitas romperam com a escola e ainda não têm idade para trabalhar. Para além disso, toda a influência que estas crianças têm do seu contexto social, do seu grupo de pares e da sua família, faz com que se desenvolva uma tendência de perpetuação destas problemáticas que é muito difícil de combater. “*Aquela criança só pelo facto de nascer naquele contexto já tem o risco inerente*”¹¹⁶.

O próprio sentido de imunidade que os próprios menores têm face ao risco, faz com que estas crianças achem que “*as doenças não lhes fazem mal, eles acham que nada lhes toca e isso às vezes é uma barreira à nossa intervenção, à adesão ao projecto, porque eles desvalorizam um bocadinho a situação, em alguns casos*”¹¹⁷. Para além disso, estes miúdos desenvolveram também um sentido de impunidade relativamente aos seus actos, pois apesar de terem comportamentos desviantes repetidamente são bem sucedidos nas suas práticas e, conseqüentemente, cada vez mais ousados.

A falta de regras e o descompromisso são também uma grande dificuldade na intervenção desenvolvida com estas crianças pois, apesar de se desenhar o plano de inserção e desenvolvimento em conjunto com a criança, é necessário que esta responda positivamente a esse apelo. No entanto, a maioria destas crianças não tem competências, maturidade nem suporte familiar que as incentive nesse sentido. “*Podemos ser amigos mas ele também tem que se orientar e procurar a sua vida e quando queremos pôr alguma rotina é muito difícil, ou não aparece, ou não está disponível...*”¹¹⁸.

Uma das dificuldades descritas na acção directa com crianças em situação de rua é a mentira e as falsas informações cedidas pelas crianças e, por vezes, pelas famílias, que fazem com que os técnicos dediquem demasiado tempo na averiguação e comprovação dos dados recebidos. Exemplo disso é o caso relatado por um dos técnicos de uma criança abordada num *Giro de diagnóstico*, que mendigava, segundo ela, devido

¹¹⁵ Entrevista nº1, Assistente Social

¹¹⁶ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

¹¹⁷ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

¹¹⁸ Entrevista nº2, Pedagoga Social

a um problema de saúde, estando em vias de ser internada. Quando contactado o hospital, não havia registo de ninguém com esse nome.

A maioria das vezes, quando abordados, nomeadamente em zonas mais ligadas à prática da prostituição, estas crianças mentem acerca da idade. A aparência é então mais uma das barreiras de acção já que, muitas vezes, estes jovens, essencialmente do sexo feminino, têm uma aparência mais envelhecida pelo recurso à maquilhagem e à forma como se produzem, *”por vezes é difícil identificar a idade destes jovens”*¹¹⁹. Por outro lado, a cultura de massas veio uniformizar a forma de todas as crianças e jovens se vestirem, sendo por isso muitas vezes difícil a sinalização de uma criança de rua.

Uma das maiores dificuldades descritas é a concorrência desleal, os exploradores dos menores, com quem esta equipa “combate”, que aliciam estes jovens para práticas como a prostituição e o tráfico de estupefacientes. *“Nós não damos nada aos miúdos se não o afecto e as propostas de reinserção pela positiva”*¹²⁰ e para estes jovens que vivem muito o imediatismo, o caminho da delinquência e da criminalidade torna-se mais apetecível: *“eles pensam “se eu em duas noites se calhar ganho aquilo que ganharia num mês de trabalho...”*¹²¹.

Os avanços na tecnologia, nomeadamente da comunicação, vieram também facilitar estas práticas, pois a internet e os telemóveis vieram permitir que estas problemáticas deixassem de estar concentradas e visíveis em zonas específicas da cidade, para se tornarem mais difíceis de detectar. Através das novas redes sociais, como o *facebook* ou o *Hi5* passou a ser mais fácil o contacto com os clientes ou com os “passadores de droga” para *“acordarem as condições, o local, tudo, sem ser necessário que o jovem esteja exposto”*¹²². A fácil mobilidade através da rede de transportes públicos é também um factor de dispersão desta realidade, dificultando a sinalização de crianças em situação de rua. *“Nós temos uma rede de metro que é muito fácil de entrar e que percorre as várias pontas da cidade... é fácil chegar ao centro, a mobilidade é uma coisa recorrente”*¹²³. A fluabilidade é realmente um obstáculo à actuação, mas, para além disso, alguns dos jovens que se encontram em situação de fuga movimentam-

¹¹⁹Entrevista nº1, Assistente Social

¹²⁰Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

¹²¹Entrevista nº3, Técnica de Política Social

¹²²Entrevista nº3, Técnica de Política Social

¹²³Entrevista nº2, Pedagoga Social

se para países estrangeiros e isto requer um trabalho de articulação com entidades internacionais.

Devido aos casos mediáticos de pedofilia, nomeadamente o caso Casa Pia, passou a haver uma intolerância por parte da sociedade relativamente à questão da prostituição infantil, ou seja, *“de um momento para o outro, passámos a encontrar polícias diariamente no Parque Eduardo VII, nas imediações do Técnico”*¹²⁴. Isto serviu para afastar de certa forma, os menores das zonas tradicionais, facilitando a descentralização do problema e não a solução. *“O fenómeno não se resolveu, porque nós acreditamos que o problema continua a existir, ganhou foi outra dimensão, tornou-se cada vez mais escondido, o que também dificulta a nossa intervenção e a nossa observação”*¹²⁵. Como consequência desta dispersão, a equipa raramente consegue desenvolver um acompanhamento sistemático de uma situação, pois tal como nos sugere um dos técnicos, *“abordamos uma vez e depois se calhar nunca mais o vimos. É complicado”*¹²⁶.

Um dos grandes problemas sentidos pela equipa é a exigência psicológica e emocional do trabalho desenvolvido com crianças em situação de rua. Exige uma grande paixão e entrega a estas crianças, mas simultaneamente uma difícil gestão interior de emoções e expectativas. Consequência da problemática e da falta de resultados, existe nos vários técnicos e animadores uma grande tendência de frustração. É frequente questionarem-se: *“será que estamos a fazer a abordagem de maneira correcta?”*¹²⁷.

Como forma de colmatar estes problemas, há então uma grande aposta na formação destes técnicos em metodologias de intervenção e temáticas pela positiva, ou seja, *“nós sabemos o que é que eles têm de mal, já está diagnosticado, os parceiros passam a vida a dizer, a comunicação social também, não vamos entrar pela mesma onda. Então, nós tentamos procurar “o que é que eles de positivo têm? O que é que eles de competências têm, por muito mínimas que tenham, que possam ser potenciadas e reforçadas?”*. E é nesta perspectiva que vamos sempre intervindo, porque se não, não conseguimos”.¹²⁸ Na opinião da direcção, é necessário que sejam *“técnicos no saber*

¹²⁴ Entrevista nº1, Assistente Social

¹²⁵ Entrevista nº1, Assistente Social

¹²⁶ Entrevista nº2, Pedagoga Social

¹²⁷ Entrevista nº2, Pedagoga Social

¹²⁸ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

mas voluntários na acção... Porque se não tivermos uma empatia grande com esta problemática, uma flexibilidade e uma entrega quase para além do profissional, também não dá porque não podemos chegar às cinco arrumar os papéis e ir embora, são vidas, são crianças”¹²⁹.

¹²⁹ Entrevista nº4, Licenciada em Política Social, Direcção do Projecto Rua

Conclusão

O Serviço Social nasce, ao contrário da maioria das ciências, a partir da prática e só mais tarde, em função dos resultados, constrói a teoria. A teoria do trabalho social, tal como nos sugere Malcolm Payne (2002), “*inspira-se na teoria da prática e apoia-se na teoria de outras áreas*”. Desta forma, a Psicologia, a Sociologia, a História e a Economia intervêm em torno de alguns dos aspectos que servem de argumentação deste trabalho.

Tal como nos sugerem inúmeros especialistas nacionais e internacionais na área das crianças de rua, através do discurso dos quatro entrevistados compreendemos que este problema social está presente na maioria das cidades do mundo e Lisboa não é excepção. Podemos concluir que ao longo dos 22 anos de acção do *Projecto Rua – “Em Família para Crescer”*, a criança em contexto de rua evoluiu em função da dinâmica da própria sociedade. As suas origens e relações familiares, características pessoais, necessidades e percepções transformaram-se, tendo por isso esta problemática ganho uma nova dimensão. No entanto, apesar de ser menos visível, a criança em situação de rua continua sujeita a riscos como a mendicidade, a prostituição, o absentismo escolar, o consumo de substâncias psico-activas, o tráfico de estupefacientes, as transacções ilícitas, os furtos e os assaltos. Tal como nos sugeriu a pesquisa documental, apesar de cada país ter as suas especificidades, a maioria das características/problemáticas destes menores são comuns, sendo unânime a necessidade e a busca de medidas que colmatem este fenómeno. É então necessária a articulação de todos os esforços na defesa e protecção destas crianças, tendo surgido em Portugal nos últimos anos, uma maior mobilização governamental e institucional.

Apesar das políticas e iniciativas desenvolvidas em favor destes menores, existe ainda um longo caminho a percorrer, já que, actualmente, muitas crianças continuam sem resposta nem acompanhamento. A situação de rua é o *iceberg* de algo mais complexo, pois existe uma pluralidade de factores que estão na génese deste problema social. Desta forma, a complexidade da problemática implica uma diversidade de respostas e de uma acção sistemática de inúmeras áreas.

O Serviço Social é um contributo fundamental para a intervenção com estas crianças que carecem de apoio urgente, já que “*o assistente social, pelo seu contacto directo com múltiplas expressões quotidianas da vida dos sectores populares, dispõe de condições privilegiadas para captá-las, recorrendo a uma bagagem teórica e instrumental que o qualifica para o exercício desta tarefa*” (CELATS, 1985). O Serviço

Social procura conhecer as causas deste problema social e capacitar estas crianças, centrando-se, em todo o processo, na satisfação das necessidades e no desenvolvimento do potencial destes menores. Esta profissão baseia-se no respeito pelo valor da dignidade inerente a todos os seres humanos e pelos direitos que daí advêm. Os assistentes sociais actuam como agentes privilegiados na realidade da rua, fazendo com que a sua intervenção seja pautada por valores como a justiça social, a defesa dos direitos humanos, a solidariedade, a confidencialidade, o respeito pelo outro, a lealdade e a tolerância. Deste modo, a consciência ética é uma componente fundamental da sua prática (Banks, 2006). No entanto, para que a intervenção responda à pluralidade de problemáticas subjacentes a este grupo, é necessária a articulação desta área com tantas outras que promovem a defesa e a capacitação destas crianças.

Em qualquer pesquisa que compreenda a utilização de técnicas como a entrevista surgem normalmente alguns obstáculos à aplicação do instrumento de recolha de informação. É por isso necessário referir que no decorrer das várias entrevistas, por serem aplicadas no local de trabalho dos vários intervenientes, foram feitas algumas interrupções de outros profissionais, que desconcentravam e descentralizavam os entrevistados. Para além disso, em alguns casos surgiu a necessidade de uma maior intervenção do entrevistador na condução da entrevista, uma vez que alguns entrevistados tiveram maior dificuldade em articular as respostas. No entanto, é importante salientar que todos os entrevistados tiveram previamente acesso ao guião da entrevista.

Sendo um guião tão extenso e pormenorizado, o recurso à gravação das entrevistas permitiu a captação e recolha de informações muito pertinentes, sendo possível o enriquecimento do texto com excertos do discurso de todos os profissionais. É importante salientar que apesar de cada técnico ter a sua formação base e de desenvolver funções distintas no Projecto Rua, a visão e perspectiva de todos os profissionais foi sempre unânime e complementar. Desta forma, foi possível desenvolver um trabalho articulado que corroborou a pesquisa documental realizada durante os dois anos do Mestrado em Serviço Social e a participação do investigador no decorrer de um *Giro* diurno¹³⁰ que comprovou a invisibilidade do fenómeno.

Note-se que, a análise realizada aos relatórios de actividades do Projecto Rua, anteriores ao ano de 2009, não permitiu a recolha de dados estatísticos que

¹³⁰ Desenvolvido no dia 28 de Abril de 2011 entre as 10h e as 16.30h

comprovassem a evolução do fenómeno entre 1989 e 2008. Por analisarem o fenómeno em função de diferentes objectivos, não foi possível a organização e a apresentação desses dados neste estudo.

Através desta investigação procurámos definir e conhecer melhor estas crianças que povoam as ruas da cidade de Lisboa, assim como a intervenção desenvolvida em sua defesa. Pretendemos assim contribuir para uma maior compreensão e melhoria das políticas tal como da acção dos vários interventores sociais. No entanto, nenhum trabalho pode esgotar o assunto e o problema em análise. Desta forma, através deste surgem novas questões a explorar.

Este trabalho consistiu na recolha de testemunhos de técnicos da Equipa de Rua, que trabalham directamente nesse contexto, no entanto, seria também relevante estender esta análise às restantes equipas do Projecto Rua, que actuam em diferentes áreas em prol dos mesmos objectivos. A realização de um trabalho assente na participação e observação de *Giros* diurnos e nocturnos desenvolvidos ao longo de um determinado espaço de tempo, permitiria também uma percepção mais sistemática desta realidade, bem como da intervenção dos técnicos do Projecto Rua.

Seria interessante desenvolver um contacto directo com as próprias crianças em contexto de rua de forma a que o público-alvo se expressasse perante a sua situação de vida. Através do recurso à entrevista seria possível recolher informações e dados na primeira pessoa e não apenas através do olhar de quem intervém em sua defesa. Já que muitas crianças mentem e dissimulam a sua condição e as suas características, seria necessário o investigador desenvolver uma estratégia que impedisse o relato e a análise de uma realidade deturpada, transmitida pelas mesmas.

Em função da realidade actual deste fenómeno, em que a maioria das crianças em situação de rua mantém uma relação com a sua família, seria pertinente desenvolver um trabalho centrado no núcleo familiar, de forma a conhecer e compreender melhor as causas que desencadeiam a fuga de tantas crianças para a rua. Como forma de comparar diferentes realidades e intervenções, seria também interessante desenvolver um estudo de caso em instituições que actuem em outros países, nomeadamente no Brasil onde a problemática se mantém muito acentuada e de onde provem esta música popular sobre este *problema social*:

*“Se eu pudesse, dava um toque em meu destino
Não seria um peregrino nesse imenso mundo cãõ
Nem um bom menino que vendeu limão
Trabalhou na feira para comprar seu pão.
Não aprendia as maldades que essa vida tem
Mataria a minha fome sem ter que roubar ninguém
Juro que nem conhecia a famosa FUNABEM¹³¹
Onde foi a minha morada desde os tempos de neném
É ruim acordar de madrugada para vender bala no trem
Se eu pudesse eu tocava em meu destino
Hoje eu seria alguém.
Seria eu um intelectual
Mas como não tive chance de ter estudado em colégio legal
Muitos me chamam de pivete
Mas poucos me deram um apoio moral
Se eu pudesse eu não seria um problema social”*

Seu Jorge

¹³¹ A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) foi criada em 1964, para formular e implementar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor no Brasil

BIBLIOGRAFIA

- ACROYD, S. & HUGLHES, J. A (1992), *Data Collection in context*, London, Longman
- ALMEIDA, J. Ferreira & PINTO, J. Madureira (1983), *A investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Presença
- ALVES, A. J., (1991). *Meninos e meninas de rua e na rua. Uma comparação entre imaginários*, UFRJ.
- APTEKAR, L. (1988), *Colombian street children, their mental health and how they can be served*. International Journal of Mental Health
- APTEKAR, L. (1989a), *Characteristics of street children of Colombia*. Child Abuse and Neglect
- APTEKAR, L. (1989b), *Colombian street children Gamines or Chupagruesos*, Adolescent
- APTEKAR, L. (1990), *How ethnic differences within a culture influence child rearing: the case of the Colombian street children*. Journal of Comparative family Studies
- APTEKAR, L. (1991), *Are Colombian street children neglected? The contributions of ethnographic and ethnohistorical approaches to the study of children*. Anthropology and Education Quarterly
- AAVV (1996), *Serviço Social e Direitos Humanos*, Revista INTERVENÇÃO SOCIAL, n.º 13/14
- BANDEIRA, D. R. et al (1994), *O quotidiano de meninos e meninas de rua*. XVII International School Psychology Colloquium, Campinas, São Paulo
- BANKS, Sarah (2006) *Ethics and values in social work* (3rd ed) UK, Palgrave Macmillan
- BAKER, G., e KNAUL, F. (1991), *Exploited entrepreneurs: Street and working children in developing countries*. Childhope USA, Working paper I
- BENÍTEZ, Sarah (2007) *State of the World's Street Children: Violence*, London
- BONAMIGO, L. R. (1996), *O trabalho e a construção da identidade: Um estudo sobre meninos trabalhadores na rua*. Psicologia Reflexão e Crítica, 9, 129-152
- BRAVO, R. S. (1985), *Técnicas de investigación social*, Teoria y ejercicios. Madrid: Paraninfo
- BURGESS, Robert G. (1995). *In the field; An introduction to field research*, London, Routledge
- CASTRO, M. R. de (1997). *Retóricas da Rua: Educador, Criança e Diálogos*. Rio de Janeiro, EDUSU/AMAIS
- CELATS (1985), *Serviço Social Crítico: Problemas e Perspectivas*, Cortez
- COSGROVE, J. G. (1990), *Towards a working definition of street children*. International Social Work, 33, 185-192
- COX, D. et al, (2006), *International social work: issues, strategies, and programs*, SAGE Publications
- DESLAURIERS, Jean-Pierre et al, (2005), *Le travail social international: éléments de comparaison*, Les presses de l'Université Laval

- ENGLISH, A. (1991), *Runaway and street youth at risk for HIV infection: Legal and ethical issues in access to care*. Journal of Adolescent Health, 12, 504-510
- ENNEW, J. et al (1989), *The next generation: Lives of Third World Children*, London, Zed Books
- FALEIROS, V. P. (1997), *Estratégias em Serviço Social*, São Paulo, Cortez Editora
- FELSMAN, J. K. (1985), *Street children: A selected bibliography*. Educational Resources Information Center
- FERNANDES, Sara (2006), *Crianças de Rua em Braga: Infância, Trajetos de Vida e Práticas Sociais*, Dissertação de Mestrado em Sociologia da Infância, Universidade do Minho, Iowa Press
- FORSTER, L. M. K., et al (1992), *Meninos de rua: relação entre abuso de drogas e atividades ilícitas*. ABP-APAL
- GHIGLIONE, R. & MATALON, B. (2001), *O inquérito: teoria e prática*. (4ª ed.). Oeiras, Celta Editora.
- GIAMO, B., e GRUNBERG, J. (1992), *Beyond homelessness: Frames of reference*. Iowa City, University of Iowa Press
- GIDDENS, A. (2007), *Europa en la Era Global*, Paidós Iberica
- HEALY, L. M. (2001), *International Social Work: Professional Action in an Interdependent World*. New York, Oxford
- HECHT, T. (1998), *At home in the street: Street children of northeast Brazil*. Cambridge, University Press.
- HICKSON, J. et al (1989), "Twilight children": *The street children of Johannesburg*. Journal of Multicultural Counseling and Development 17
- HUTZ, C. S. et al (1996), *Comportamentos e atitudes sexuais de crianças de rua*. Psicologia Reflexão e Crítica
- ICCB (1985), *Forum on Street Children and Youth*. Grand Bassam, Ivory Coast, International Catholic Children's Bureau
- INTER-NGO (1983). *Program on Street Children and Youth*. Geneve, International Catholic Children's Bureau
- KOLLER, S. H. (1994), *Julgamento moral pró-social de meninos e meninas de rua*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- KOLLER, S. H. Et al (1996), *Meninos e meninas em situação de rua: Dinâmica, diversidade e definição*. Colectâneas da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Psicologia
- KOSOF, A (1988), *Homeless in America*. New York: Franklin Watts
- KUSCHICK, M., et al (1996), *A visão dos meninos de rua sobre a sua situação de vida*. XXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, Ribeirão Preto, SP
- LUCCHINI, R. (1993) *Enfant de la Rue: identité, sociabilité, drogue*. Genève. Librairie Droz

- LUNA, G. C. (1991), *Street youth: Adaptation and survival in the AIDS decade..* Journal of Adolescent Health, 12, 511-514
- MACIEL, W., et al (1991), Street children in Brazil. International Child Health, 1, 19-20.
- MARCOS, L. (2008), *Uma em cada cinco crianças em Portugal em risco de pobreza*, in Semanário
- MARQUES, A. O. et al (1993), *Trabalho com crianças da rua*, Lisboa, Instituto de Apoio à Criança
- MARTINELLI, M. L., (2000), *Serviço Social, identidade e alienação*, Cortez Editora
- MARTINS, A. et al (1999), *Serviço social e investigação in Negreiros*, Augusta et al Serviço Social, Profissão e Identidade que trajetória?, Lisboa/S. Paulo, Ed Veras Editora
- MARTINS, R., (1996a) *Censo de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em São José do Rio Preto*. Psicologia Reflexão e Crítica, 9
- MARTINS, R., (1996b) *Crianças e Adolescentes em situação de rua: Definições, evolução e políticas de atendimento*. Colectâneas da ANPEPP
- MOURO, H. et al, (2001), *100 anos de Serviço social*, Coimbra, Quarteto Editora
- NEIVA-SILVA, et al (2002), *A rua como contexto de desenvolvimento*, in E.R. Lordelo, A. M. Carvalho, et al, Infancia Brasileira e contextos de desenvolvimento. São Paulo, Ed. UFBA
- ONU (1999), *Direitos Humanos e Serviço Social, Manual para escolas e profissionais de serviço social*, Lisboa
- OTWAY, O. (1996), *Social work with children and families, from child welfare to child protection* in Parton, Nigel, Social theory, social change and social work, London, Routledge
- PAYNE, M. (1997) *Teoria do Trabalho Social Moderno*, Coimbra, Quarteto Editora
- PIEIDADE, P., (2001), *Intervenção Social na Evolução do Sistema de Protecção Social das Crianças e Jovens em Perigo em Portugal*, Faculdade de Direito, da Universidade de Coimbra
- PNUD (1997). *Relatório de Desenvolvimento Humano 1997*, Nova Iorque, Oxford University Press
- PRICE, V. A. (1989), *Characteristics and needs of Boston street youth: One agency's response*, Boston, Elsevier Science Ltd
- REPPOLD, et al. (1996), *Relações familiares de crianças em situação de rua*. XXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, Ribeirão Preto, SP
- RIZZINI, Irene (2003), *Vida nas Ruas, Crianças e Adolescentes nas Ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro, Editora Puc Rio
- ROSEMBERG, F. (1990), *A concepção de família subjacente a programas para crianças e adolescentes em situação de rua*, in Carlini, E. A., Abusos de droga entre meninos e meninas de rua do Brasil, UNFDAC-CEBRID, São Paulo: Editora Ave Maria
- STOECKLIN, D. (2003), *Das potencialidades de crianças e adolescentes em situação de rua ao desenvolvimento social*. In: Rizzini, I., Vida nas Ruas: trajetórias evitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.

- SZANTON, B. (1994) *Urban Children in Distress*, Routledge
- TAÇON, P (1985) *A UNICEF response to the needs of abandoned and street children*, Geneve, UNICEF
- TYLER, F. B., et al, (1987), *Street children and play*. Children's Environments Quarterly
- TYLER, F. B., et al (1991), *Making it on the streets in Bogotá: A psychosocial study of street youth*. Genetic, Social and General psychology Monographs
- UNICEF, (1986) *The State of the World's Children 1986*, Oxford University Press
- UNICEF, (1989). *Lineamentos para a aplicação da guia metodológica para a análise da situação de crianças em circunstâncias especialmente difíceis*. Unicef nº8 Bogotá: Ed. Guadalupe.
- UNICEF, (1991), *The state of the world's children*. Oxford: Oxford University Press
- UNICEF, (1993), *The state of the world's children*. Oxford: Oxford University Press
- UNICEF, (2002), *The state of the world's children*. Oxford: Oxford University Press
- UNICEF, (2005), *The state of the world's children*. Oxford: Oxford University Press
- USHER, J., (1994), *Children Show One Fair Lady on the Street Where They Live*, in First Call for Children, New York, Quarterly,
- WILLIAMS, C., (1993). *Who are "street children?" A Hierarchy of street use and appropriate responses*, Child Abuse & Neglect, 17

Documentação Consultada

- Projecto Rua, Relatórios Actividades desenvolvidos entre 1989 a 2009
- Damásio, Isabel (2009) "Miúdos à deriva", Grande Reportagem RTP1

Legislação

- Lei de Protecção a Infância, de 27 de Maio de 1911
- Constituição da República, 1976 (Art.º69, Art.º70)
- Código Civil Decreto-Lei nº 496/77 (Art.º1887, Art.º1915, Art.º1918)
- Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro
- Lei Tutelar Educativa, Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro
- Decreto-Lei nº 107/2001 de 6 de Abril, D.R. n.º 82/2001, Série I-A, Emitido por Ministério do Trabalho e da Solidariedade
- Decreto-Lei n.º58/2002 de 15 de Março, D.R. nº 63 Série I-A
- Código Penal, Livro II, Título I, Capítulo V, Secção II, art.º174
- Lei da Adopção nº 31/2003, de 22 de Agosto
- Código do Trabalho, Lei n.º105/2009
- Declaração dos Direitos da Criança (1959)
- Convenção sobre os Direitos da Criança (1989)

Declaração Mundial sobre a Sobrevivência e Protecção e Desenvolvimento das Crianças (1990)

Bibliografia Web

European Federation for Street Children (2006), URL: <<http://www.efsc-eu.org>>, acesso em 2009

Procuradoria Geral da República (2001), URL: <<http://www.gddc.pt>>, acesso em 2010

Instituto de Apoio à Criança (2010), URL: <<http://www.iacrianca.pt>>, acesso em 2010

International Federation of Social Workers (2009), URL: <<http://www.ifsw.org>>, acesso em 2009

Governo da República Portuguesa (2009) URL: <<http://www.portugal.gov.pt>>, acesso em 2010

UNICEF (2009) URL: <<http://www.unicef.pt>>, acesso em 2009

Organização das Nações Unidas (2009) URL: <<http://www.un.org>>, acesso em 2009

ANEXOS

Anexo 1 – Caracterização do Grupo-Alvo do Projecto Rua

Quadro 1.1. Situações de Denúncia

Situações de Fuga	46
Casos abertos este ano	34
Casos que transitaram de 2008	9
Casos que transitaram de 2007	3
Denúncias Exteriores ao Distrito de Lisboa	21

Fonte: Relatório de Actividades Projecto Rua 2009

Quadro 1.2. Menores em Situações de Denúncia

Situações de Denúncia	46
-----------------------	----

Fonte: Relatório de Actividades Projecto Rua 2009

Quadro 1.3. Sexo dos menores em Situações de Denúncia

Feminino	34
Masculino	12

Fonte: Relatório de Actividades Projecto Rua 2009

Quadro 1.4. Faixa etária dos menores em Situações de Denúncia

11-13 anos	8
14-16 anos	30
17-18 anos	8

Fonte: Relatório de Actividades Projecto Rua 2009

Quadro 1.5. Intervenção desenvolvida em Situações de Denúncia

Famílias acompanhadas sistematicamente	21
Famílias acompanhadas pontualmente	9
Jovens acompanhados/ reencaminhados	29
Jovens acompanhados pela instituição de Acolhimento ou integrados na família	12
Jovens com paradeiro desconhecido	4

Fonte: Relatório de Actividades Projecto Rua 2009

Quadro 1.6. Problemáticas mais identificadas nos menores em Situações de Denúncia

Mendicidade	2
Consumo de estupefacientes	3
Tráfico de estupefacientes	2
Prostituição	2
Furto/ Roubo	3
Preparar esquemas	2
Dormir na rua	3
Outra situação	2

Fonte: Relatório de Actividades Projecto Rua 2009

Quadro 1.7. Situações de Diagnóstico

Giros de Diagnóstico

Total de Giros	81
Diurnos	41
Nocturnos	40

Fonte: Relatório de Actividades Projecto Rua 2009

Quadro 1.8. Menores encontrados em Situações de Diagnóstico

Menores Diagnosticados	17
------------------------	----

Fonte: Relatório de Actividades Projecto Rua 2009

Quadro 1.9. Sexo de menores em Situações de Diagnóstico

Feminino	11
Masculino	6

Fonte: Relatório de Actividades Projecto Rua 2009

Quadro 1.10. Faixa etária dos menores em Situações de Diagnóstico

4-7 anos	3
8-10 anos	2
11-13 anos	2
14-16 anos	6
17-18 anos	4

Fonte: Relatório de Actividades Projecto Rua 2009

Anexo 2 – Guião de Entrevista aos técnicos e assistente social da Equipa de Rua



**A Criança em Situação de Rua na Cidade de Lisboa:
Construção como Problema do Serviço Social**

Preâmbulo

Eu, Maria Marques da Gama, aluna de Mestrado em Serviço Social no ISCTE – IUL, procuro realizar uma dissertação sobre as «Crianças de Rua», sob orientação científica do Professor Doutor Jorge Ferreira. A investigação tem como objectivos sistematizar a diversidade de concepções de criança de rua nas ciências sociais e em particular no Serviço Social, estabelecer a relação entre o problema criança de rua, o sistema de protecção e a intervenção do assistente social, identificar os modelos de intervenção do assistente social e as respostas sociais para as crianças de rua com e sem suporte familiar.

Assim solicitamos a vossa colaboração e disponibilidade na resposta à entrevista¹³² de forma a concretizar este trabalho de pesquisa, assegurando o anonimato e confidencialidade das informações recolhidas.

¹³² A entrevista cumpre as normas éticas de confidencialidade e do sigilo profissional.

Dados do Entrevistado

- Código:
- Sexo:
- Data de nascimento:
- Formação:
- Ano em que terminou a licenciatura:
- Funções que desempenha nesta instituição:
- Há quantos anos trabalha nesta Instituição:

A Instituição

- Qual o modelo de intervenção social desenvolvido pela instituição com as crianças de rua?
- Que tipo de ajudas o Projecto Rua disponibiliza às crianças de rua? Quais as suas estratégias de intervenção? Destaque os aspectos inovadores dos programas de intervenção com crianças de rua desenvolvidos pelo Projecto Rua.
- O Projecto Rua tem uma metodologia preventiva ou programa de prevenção face a situações de rua? Se sim, identifique e desenvolva.
- Qual o modelo de intervenção social desenvolvido pela instituição tanto com as crianças como com as respectivas famílias e comunidades? Onde e como desenvolvem os três tipos de intervenção?
- O Projecto Rua promove a formação e a inovação na sua equipa, de que forma?
- O Projecto Rua desenvolve parcerias com entidades na sua intervenção? De que tipo? Qual o grau de importância que assume no modelo de intervenção?

Projeção da Instituição

- De que forma as crianças têm conhecimento do Projecto Rua?
- As crianças procuram o Projecto Rua?
 - (Se sim) O que pretendem quando contactam a instituição? Quais os primeiros pedidos das crianças?
 - (Se não) Na sua opinião, qual a justificação?
- Que estratégia desenvolve o Projecto Rua para que as crianças conheçam, estabeleçam contacto e peçam ajuda à instituição?

Trabalho de Campo

- Poderá descrever um dia de intervenção na comunidade com crianças de rua? Que trabalho desenvolve directamente com as crianças de rua?
- Que meios dispõe na intervenção directa com estas crianças?
- Como se desenvolvem os “giros” diurnos e nocturnos? Qual a sua periodicidade?
- Que estratégias utiliza para abordar uma criança de rua pela primeira vez?
- E para ganhar a sua confiança?
- Para além dos seus relatos, de que forma o Projecto Rua tem conhecimento/ comprova a origem e a história de vida destas crianças?
- A fácil mobilidade que estas crianças têm por toda a cidade, dificulta o trabalho do Projecto Rua. Como conseguem manter o contacto com as crianças?
- Que outro tipo de obstáculos dificultam o trabalho desenvolvido pelo Projecto Rua? Quais as maiores dificuldades que sente no trabalho que desenvolve com estas crianças?

Criança de Rua

- Criança de rua e criança na rua são conceitos distintos? Tendo em conta a sua experiência, defina os dois conceitos.
- Considera que o Projecto Rua intervém essencialmente com crianças em risco ou crianças em situação de marginalidade? Defina o grupo-alvo de intervenção do instituto.
- A definição de criança de rua tem vindo a evoluir ao longo do tempo. Descreva a evolução do perfil da criança de rua que vivia e actualmente vive na cidade de Lisboa, tendo em conta o nível emocional, moral, social, intelectual, assim como a faixa etária, sexo, etnia, origem, nacionalidade e nível económico da família, ou outro tipo de característica específica.
- As suas necessidades também se têm vindo a transformar ou mantêm-se? O que considera que essas crianças têm mais necessidade?

As Origens da Criança

- Estas crianças têm família ou são órfãs?

- De onde provêm (famílias/ instituições) as crianças de rua com quem o Projecto Rua intervém?
 - (Se provêm de famílias) Refira o tipo de família a que estas crianças pertencem.
 - (Se provêm de instituições) Quais as principais razões que levam essas crianças a serem institucionalizadas?
- Estabelecem contacto com a família? Como se estabelece e se promove essa relação?
- Os problemas familiares como dificuldades financeiras, situações de ilegalidade no nosso país, maternidade precoce, fratria numerosa, escolaridade reduzida, álcool, toxicodependência/ tráfico são transversais à realidade da maioria destas crianças? Estas crianças provêm apenas de famílias de estrato social baixo?
- As famílias destas crianças são objecto de intervenção do Serviço Social? Em que vertente?
- Provêm de zonas específicas da cidade de Lisboa ou do país?

Ocupações e relações da Criança

- Onde vivem?
 - (Se a resposta for na rua) Quais as razões que as levaram a viver na rua e a manterem-se a viver na rua?
 - (Se a resposta for noutra local)
 - Apesar da maioria das criança não viver na rua, muitas delas já pernoveram ao relento. Quais as razões que as levaram a passar uma ou várias noites na rua?
 - Mesmo não sendo muitas, existem crianças que ainda vivem na rua? Quais as razões que as levaram a viver na rua e a manterem-se a viver na rua?
- Quais os principais locais na cidade de Lisboa onde se concentram crianças de rua durante o dia e a noite? Essas crianças mantêm-se perto do local de residência da família ou da instituição de onde provém?
- O que costumam fazer durante o dia?
- O que gostam de fazer?

- Qual é a sua fonte de subsistência?
- Onde costumam passar a noite?
- A criança de rua tem uma aparência específica e discriminatória?
- Com quem vivem e convivem? Caracterize esses indivíduos e a relação que desenvolvem com as crianças.

Escola

- É associado a estas crianças o insucesso escolar. Quais as razões que levam estas crianças a abandonar os estudos?
- A maioria frequenta a escola até que ano?
- Estas crianças apresentam um nível intelectual inferior à média?
- Os seus pais e irmãos frequentam / frequentaram a escola?
- E os seus amigos?

Percepções, sonhos e ambições

- Como se descrevem a si próprias?
- Consideram-se realizadas/ felizes?
- O que afirmam sentir mais necessidade e dificuldade?
- Quais as suas maiores aspirações e sonhos para o futuro?
- O que gostariam de ser “quando forem grandes”?

Criança de Rua/ riscos e trajetórias de vida

- Considera que as crianças de rua estão sujeitas a riscos e perigos? Descreva-os.
- Pela sua experiência, considera que existe uma relação directa entre o viver na rua em criança e a conduta anti-social, comportamentos desviantes, delinquência e dependência?
- Que tipo de comportamentos desviantes são mais característicos destas crianças?
- Na adolescência? E na idade adulta? Existe uma trajetória frequente?

O Papel do Serviço Social

- A criança de rua constitui um problema social específico do Serviço Social ou de várias áreas do saber?
- A intervenção do Serviço Social na criança de rua orienta-se por uma abordagem multidisciplinar ou interdisciplinar?
- Quais os modelos de intervenção do Serviço Social que orientam a prática do assistente social na criança de rua?
- Que papel tem o Serviço Social na defesa dos Direitos da Criança e na aplicação de normas e teorias (moderação, alerta ou acção) relacionadas com as crianças de rua?

O Sistema de Protecção Social

- A Legislação Portuguesa contempla certas cláusulas referentes às crianças de rua. Na sua opinião, qual é a responsabilidade assumida pelo Estado com estas crianças, assim como que respostas sociais são desenvolvidas para a prevenção e resolução destas situações? Considera essa legislação excessiva, suficiente ou deficiente? Que medidas e políticas sociais considera desnecessárias ou em falta para a prevenção e resolução destas situações?
- Conhecendo esta realidade, considera que a legislação em vigor está a ser cumprida? Refira as orientações que a intervenção social recebe da Legislação para a operacionalização de planos dirigidos às crianças de rua.

Muito obrigada pela sua colaboração.

Anexo 3 – Guião de Entrevista à Coordenação do Projecto Rua



A Criança em Situação de Rua na Cidade de Lisboa: Construção como Problema do Serviço Social

Preâmbulo

Eu, Maria Marques da Gama, aluna de Mestrado em Serviço Social no ISCTE – IUL, procuro realizar uma dissertação sobre as «Crianças de Rua», sob orientação científica do Professor Doutor Jorge Ferreira. A investigação tem como objectivos sistematizar a diversidade de concepções de criança de rua nas ciências sociais e em particular no Serviço Social, estabelecer a relação entre o problema criança de rua, o sistema de protecção e a intervenção do assistente social, identificar os modelos de intervenção do assistente social e as respostas sociais para as crianças de rua com e sem suporte familiar.

Assim solicitamos a vossa colaboração e disponibilidade na resposta à entrevista¹³³ de forma a concretizar este trabalho de pesquisa, assegurando o anonimato e confidencialidade das informações recolhidas.

¹³³ A entrevista cumpre as normas éticas de confidencialidade e do sigilo profissional.

Dados do Entrevistado:

- Código:
- Sexo:
- Data de nascimento:
- Habilitação Literária:
- Ano em que terminou a habilitação referida:
- Profissão:
- Funções que desempenha nesta instituição:
- Número de anos que trabalha na Instituição:

A Instituição

- Qual o objectivo da criação do Projecto Rua e qual a missão a que se propôs?
- Sendo o IAC uma instituição privada, sem fins lucrativos, quais as fontes de financiamento, nomeadamente no Projecto Rua?
- Quantos profissionais trabalham nesta instituição, inseridos no Projecto Rua? De que áreas profissionais?
- Descreva um dia de trabalho desenvolvido na sede do Projecto de Rua.
- Qual o modelo de intervenção social desenvolvido pela instituição com as crianças de rua?
- Que tipo de ajudas o Projecto de Rua disponibiliza às crianças de rua? Quais as suas estratégias de intervenção? Destaque os aspectos inovadores dos programas de intervenção com crianças de rua desenvolvidos pelo Projecto Rua.
- O projecto Rua tem uma metodologia preventiva ou programa de prevenção face a situações de rua? Se sim, identifique e desenvolva.
- Qual o modelo de intervenção social desenvolvido pela instituição tanto com as crianças como com as respectivas famílias e comunidades? Onde e como desenvolvem os três tipos de intervenção?
- O Projecto Rua promove a formação e a inovação na sua equipa, de que forma?
- O Projecto Rua desenvolve parcerias com entidades na sua intervenção? De que tipo? Qual o grau de importância que assume no modelo de intervenção?

Projecto da Instituição

- De que forma as crianças têm conhecimento do Projecto Rua?
- As crianças procuram o Projecto Rua?
 - (Se sim) O que pretendem quando contactam a instituição? Quais os primeiros pedidos das crianças?
 - (Se não) Na sua opinião, qual a justificação?
- Que estratégia desenvolve o Projecto Rua para que as crianças conheçam, estabeleçam contacto e peçam ajuda à instituição?

Trabalho de Campo

- Que meios dispõem os técnicos na intervenção directa com estas crianças?
- Como se desenvolvem os “giros” diurnos e nocturnos? Qual a sua periodicidade?
- Que estratégias utilizam para abordar uma criança de rua pela primeira vez?
- E para ganhar a sua confiança?
- Para além dos seus relatos, de que forma o Projecto Rua tem conhecimento/comprova a origem e a história de vida destas crianças?
- A fácil mobilidade que estas crianças têm por toda a cidade, dificulta o trabalho do projecto Rua. Como conseguem manter o contacto com as crianças?
- Que outro tipo de obstáculos dificultam o trabalho desenvolvido pelo Projecto Rua? Quais as maiores dificuldades que sentem no trabalho que desenvolvem com estas crianças?

Criança de Rua

- Criança de rua e criança na rua são conceitos distintos? Tendo em conta a sua experiência, defina os dois conceitos.
- Considera que o Projecto Rua intervém essencialmente com crianças em risco ou crianças em situação de marginalidade? Defina o grupo-alvo de intervenção do instituto.
- A definição de criança de rua tem vindo a evoluir ao longo do tempo. Descreva a evolução do perfil da criança de rua que vivia e actualmente vive na cidade de Lisboa, tendo em conta o nível emocional, moral, social, intelectual, assim como

a faixa etária, sexo, etnia, origem, nacionalidade e nível económico da família, ou outro tipo de característica específica.

- As suas necessidades também se têm vindo a transformar ou mantêm-se? O que considera que essas crianças têm mais necessidade?

As Origens da Criança

- Estas crianças têm família ou são órfãs?
- De onde provêm (famílias/ instituições) as crianças de rua com quem o Projecto Rua intervém?
 - (Se provêm de famílias) Tente traçar um perfil da família nuclear destas crianças.
 - (Se provêm de instituições) Quais as principais razões que levam essas crianças a serem institucionalizadas?
- Estabelecem contacto com a família? Como se estabelece e se promove essa relação?
- Os problemas familiares como dificuldades financeiras, situações de ilegalidade no nosso país, maternidade precoce, fratria numerosa, escolaridade reduzida, álcool, toxicodependência/ tráfico são transversais à realidade da maioria destas crianças? Estas crianças provêm apenas de famílias de estrato social baixo?
- As famílias destas crianças são objecto de intervenção do Serviço Social? Em que vertente?
- Provêm de zonas específicas da cidade de Lisboa ou do país?

Ocupações e relações da Criança

- Onde vivem?
 - (Se a resposta for na rua) Quais as razões que as levaram a viver na rua e a manter-se a viver na rua?
 - (Se a resposta for noutra local)
 - Apesar da maioria das crianças não viver na rua, muitas delas já pernovernaram ao relento. Quais as razões que as levaram a passar uma ou várias noites na rua?

- Mesmo não sendo muitas, existem crianças que ainda vivem na rua? Quais as razões que as levaram a viver na rua e a manterem-se a viver na rua?
- Quais os principais locais na cidade de Lisboa onde se concentram crianças de rua durante o dia e a noite? Essas crianças mantêm-se perto do local de residência da família ou da instituição de onde provém?
- O que costumam fazer durante o dia?
- O que gostam de fazer?
- Qual é a sua fonte de subsistência?
- A criança de rua tem uma aparência específica e discriminatória?
- Com quem vivem e convivem? Caracterize esses indivíduos e a relação que desenvolvem com as crianças.

Escola

- É associado a estas crianças o insucesso escolar. Quais as razões que levam estas crianças a abandonar os estudos?
- A maioria frequenta a escola até que ano?
- Estas crianças apresentam um nível intelectual inferior à média?
- Os seus pais e irmãos frequentam / frequentaram a escola?
- E os seus amigos?

Percepções, sonhos e ambições

- Como se descrevem a si próprias?
- Consideram-se realizadas/ felizes?
- O que afirmam sentir mais necessidade e dificuldade?
- Quais as suas maiores aspirações e sonhos para o futuro?
- O que gostariam de ser “quando forem grandes”?

Criança de rua/ riscos e trajectórias de vida

- Considera que as crianças de rua estão sujeitas a riscos e perigos? Descreva-os.
- Pela sua experiência, considera que existe uma relação directa entre o viver na rua em criança e a conduta anti-social, comportamentos desviantes, delinquência e dependência?

- Que tipo de comportamentos desviantes são mais característicos destas crianças?
- Na adolescência? E na idade adulta? Existe uma trajectória frequente?

O Papel do Serviço Social

- A criança de rua constitui um problema social específico do Serviço Social ou de várias áreas do saber?
- A intervenção do Serviço Social na criança de rua orienta-se por uma abordagem multidisciplinar ou interdisciplinar?
- Quais os modelos de intervenção do Serviço Social que orientam a prática do assistente social na criança de rua?
- Que papel tem o Serviço Social na defesa dos Direitos da Criança e na aplicação de normas e teorias (moderação, alerta ou acção) relacionadas com as crianças de rua?

O Sistema de Protecção Social

- A Legislação Portuguesa contempla certas cláusulas referentes às crianças de rua. Na sua opinião, qual é a responsabilidade assumida pelo Estado com estas crianças, assim como que respostas sociais são desenvolvidas para a prevenção e resolução destas situações? Considera essa legislação excessiva, suficiente ou deficiente? Que medidas e políticas sociais considera desnecessárias ou em falta para a prevenção e resolução destas situações?
- Conhecendo esta realidade, considera que a legislação em vigor está a ser cumprida? Refira as orientações que a intervenção social recebe da Legislação para a operacionalização de planos dirigidos às crianças de rua.

Muito obrigada pela sua colaboração.

Anexo 4 – Dados Entrevistados

Quadro 2. Dados Entrevistados

	Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3	Entrevista 4
Sexo	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino
Data de Nascimento	20.01.1978	17.02.1971	09.08.1970	24.11.1967
Formação Académica	Licenciatura em Serviço Social	Bacharelato em Educação Social; Licenciatura em Pedagogia Social	Licenciatura em Política Social	Licenciatura em Política Social
Ano em que terminou licenciatura	2001	1995 Bacharelato; 2007 Licenciatura	1994	1994
Funções que desempenha na instituição	Técnico da Equipa de Rua – Área das Crianças em Contexto de Rua	Técnico da Equipa de Rua - Área das Crianças em Contexto de Rua	Coordenadora da Equipa de Rua – Área das Crianças em Contexto de Rua; Coordenação da Equipa de Cooperação internacional – Área das Redes Sociais	Coordenadora geral do Projecto de rua
Ano em que iniciou funções na instituição	2002	1995	1995	1994

Anexo 5 – Zonas de maior risco e concentração de menores em contexto de rua

Quadro 3. Zonas de maior risco e concentração de menores em contexto de rua¹³⁴

Zona 1	Praça do Comércio
	Cais das Colunas
	Corpo Santo
	Cais do Sodré
	Jardim da Ribeira
	Sta. Catarina/ Jardim do Adamastor
	Largo Camões
	Bairro Alto
	Príncipe Real
	Miradouro de S. Pedro de Alcântara
	Chiado
	Rua do Carmo
	Rossio
	Estação do Rossio
	Restauradores
	Avenida da Liberdade
	Praça da Alegria
	Rua do Coliseu
	Largo S. Domingos
	Praça da Figueira
Rua Augusta	
Zona 2	Campo das Cebolas
	Jardim do Tabaco
	Santa Apolónia
	Alfama
	Feira da Ladra
	Miradouro de Santa Luzia
	Costa do Castelo
	Castelo de S. Jorge
	Graça
	Miradouro do Monte Agudo

¹³⁴ Zonas onde a Equipa de Rua desenvolve a sua acção de diagnóstico através do Giro Diurno e Nocturno

	Mouraria
	Martim Moniz
	Intendente
	Igreja dos Anjos
	Av. Almirante Reis
	Alameda
Zona 3	Praça do Chile
	Guerra Junqueiro
	Praça de Londres
	Areiro
	Av. Roma
	Campo Grande (espaço exterior e jardim)
	Campo Grande (metro)
Zona 4	Santos
	S. Bento
	Jardim da Estrela
	Largo do Rato
	Marquês de Pombal
	Parque Eduardo VII
Zona 5	Belém
	Jardins de Belém
	Padrão dos Descobrimentos
Zona 6 (Zonas Comerciais)	Centro Comercial Colombo
	Centro Comercial El Corte Ingles
	Centro Comercial Vasco da Gama
	Centro Comercial Amoreiras
	Armazéns do Chiado
	Media Markt
	Alvaláxia
Zona 7 (Noite)	Santa Apolónia
	Campo das Cebolas
	Praça do Comércio
	Cais do Sodré
	Av. 24 de Julho/ Santos
	Docas

	Bairro Alto
	Jardim de S. Pedro de Alcântara
	Largo Camões
	Chiado
	Rossio
	Praça da Figueira
	Martim Moniz
	Intendente
	Igreja dos Anjos
	Av. Almirante Reis
	Alameda
	Artilharia I
	Parque Eduardo VII
	Jardim da Estrela
	Técnico
	Gare do Oriente/ Parque Expo

Fonte: Projecto Rua

Anexo 6 – Categorização dos Dados Recolhidos

1. Criança em situação de rua

Quadro 4.1. Evolução do Conceito de Criança de Rua

E.1	<p><i>“Na altura, de facto, existiam muitas crianças a dormir na rua, a dormir sobre as grelhas do metro, em carros abandonados, em prédios devolutos”.</i></p> <p><i>“Na altura, em 89, a Baixa de Lisboa ainda tinha muito movimento, as lojas estavam iluminadas, havia muitas pessoas a passar, não havia os grandes centros comerciais de agora, o Vasco da Gama, o Colombo, não havia nada disso, o que é que acontecia? Muitas vezes as crianças fugiam dos seus bairros de barracas para irem para o centro da cidade, onde as pessoas passavam e portanto viviam da venda de pensos, de pequenos furtos, da mendicidade. Havia uma concentração numa determinada zona da cidade. Com a evolução da própria sociedade, da própria cidade, este fenómeno acabou por se dispersar. Houve bairros construídos nos concelhos da Amadora, de Sintra, de Loures e portanto os problemas, a questão estética das casas foi alterada, passaram a ter casas melhores, mas o problema que estava dentro das casas continuou a existir, continuou a produzir crianças em risco. Essas crianças estão nesses bairros, mas estes bairros também têm os Centros Comunitários, têm o ATL, o Jardim-de-infância, os campos de futebol e muitas dessas crianças deixaram de vir para o centro da cidade, ficaram nos subúrbios.”</i></p> <p><i>“Em 89 tínhamos crianças a dormir na rua de facto e dormiam em cima das grelhas do metro porque era um local onde recebiam o calor do metro, dormiam em carros abandonados, prédios devolutos, e de facto era fácil identificarmos uma criança de rua. Uma criança que apesar de ter uma família, acabou por se desvincular e estar na rua, e a dormir na rua.</i></p> <p><i>“No início era fácil de identificar as crianças de rua não só pelos locais onde estavam na cidade, mas também pelo seu aspecto, tinham um aspecto degradado, roupas esfarrapadas, poucos cuidados de asseio pessoal. Hoje em dia essas crianças praticamente não se vêem.”</i></p>
E.2	<p><i>“É preciso fazer a distinção entre as crianças de rua de agora e as crianças de rua de muitos anos atrás.”</i></p> <p><i>“Naquela altura também era muito fácil identificar os jovens pelo seu aspecto, a roupa que usavam, os sítios onde andavam e hoje está tudo muito mais disperso.”</i></p>

E.3	<p><i>“Faziam dela o seu meio de subsistência, e isso podia ser através do tráfico, da mendicidade, de roubos, de prostituição, mas em termos de aparência, seriam facilmente confundidos com os jovens, digamos, “normais””</i></p> <p><i>“Em termos de evolução, em termos de faixa etária foi digamos que aumentando talvez ligeiramente, chegámos a encontrar crianças com cinco e seis anos na rua. Eram crianças que viviam na rua, há vinte anos quando o projecto rua começou”</i></p> <p><i>“O sexo masculino imperava, digamos assim.”</i></p> <p><i>“Eles eram já nascidos em Portugal, mas os pais eram oriundos normalmente a maior parte de Cabo Verde, alguns da Guiné, Moçambique, Angola.”</i></p>
E.4	

Quadro 4.2. Volume Actual do Problema

E.1	<p><i>“O Projecto Rua trabalha com crianças de rua, ou melhor, crianças que se encontram em situação, contexto de rua. Não são propriamente aquelas crianças que nós encontramos em 89, na altura em que o projecto foi criado.”</i></p> <p><i>“Neste momento a situação, o panorama é diferente. De qualquer forma, continuamos a prestar apoio social a essas crianças, às crianças que encontramos, às actuais.”</i></p> <p><i>“No entanto, existem características que não mudaram, muitas vezes continuam a ter o mesmo asseio, são crianças que têm problemas com a autoridade, vindo ela dos pais, dos professores, da própria polícia. Muitas vezes, são jovens descrentes porque, durante o seu percurso, conheceram não sei quantos assistentes sociais, não sei quantos psicólogos, fogem às guerras, ao controlo, querem viver de uma forma autónoma, de uma forma mais livre, isenta do controlo dos adultos. São jovens que acabam por definir e arranjar estratégias de sobrevivência relativamente complexas. Ao nível da fuga, das crianças desaparecidas, nós temos vindo a constatar que não é assim tão uniforme quanto isso e nós temos desde a criança que é proveniente de contextos sociais e económicos bastante degradados, mas também temos jovens da periferia, do centro de Lisboa. Em relação à sua localização não é tão linear que sejam provenientes de bairros degradados. E não é tão linear que venham de meios empobrecidos. Nós temos jovens que fogem de casa, com treze anos, catorze anos, com quinze, jovens que os pais trabalham, jovens que saíram de casa... Em relação às denúncias temos mais situações de raparigas, bastantes mais do que rapazes, a norma é que são as raparigas que fogem</i></p>
------------	---

	<p><i>mais de casa. Em relação a situações de jovens que se encontrem em situação de rua, encontramos mais rapazes. Catorze, dezasseis anos é a faixa etária de que fogem de casa, sendo a maioria portugueses e de origem africana, descendentes de africanos, já estão na segunda geração.”</i></p> <p><i>“Muitas vezes os pais não sabem dizer que não e fazem-lhes todas as vontades, e as crianças tornam-se arrogantes, não aceitam a autoridade, não respeitam aquilo que os pais mais velhos lhes dizem. Muitas vezes os pais, na tentativa de os proteger, protegem-nos de mais e socorrem-nos quando eles têm de ser responsabilizados. Muitas vezes protegem-nos, mas essa protecção é uma falsa aparência, porque a criança não é responsabilizada e depois tem este tipo de comportamentos anti-sociais de não respeitarem as figuras da autoridade, e portanto, de uma forma geral, aquilo que encontramos são jovens com baixa auto-estima, baixa confiança, pouco inseridos, ou praticamente excluídos dos mecanismos formais que visam protegê-los e integrá-los, são jovens com fraca resistência à frustração, sem sentido nenhum de poupança, de investimento, vivem muito o imediatismo, aquilo que têm é aquilo que gastam. Se têm muito dinheiro vão estoirar o dinheiro em roupa de marca.”</i></p>
E.2	<p><i>“A realidade hoje em dia é diferente porque agora há muito menos crianças.”</i></p> <p><i>“Da nossa avaliação, não existe assim tanto quanto isso, nós estamos a falar de pouquinhos, se eu lhe disser que, da avaliação que nós fizemos do ano passado, encontrámos em contexto de diagnóstico, portanto aqueles meios que são encontrados por aí, 11 crianças, algumas delas, foram as tais que nós encontrámos nos Centros Comerciais.”</i></p>
E.3	<p><i>“Os que estão na prostituição nomeadamente, hoje em dia, não lhe posso dizer se há muitos se há poucos, nós temo-nos deparado com muito poucas situações, mas isto não significa que não existam, porque agora há muitos meios de comunicação”</i></p> <p><i>“Infelizmente nós também não temos recursos que nos permita fazer muito mais, embora estejamos a pensar intensificar agora durante um período os giro nocturnos para perceber efectivamente como é que está, qual é a real situação, porque uma vez só por semana não nos dá a real situação, mas nós, praticamente não nos deparamos com menores. Isso não significa que não continue a haver o recurso á prostituição infantil e neste caso é mais juvenil do que infantil.”</i></p> <p><i>“Aquilo que nós nos temos apercebido ultimamente é que, podemos dizer que, não existem crianças a dormir na rua... quase não existam crianças a dormir na rua.</i></p>

	<p><i>Portanto, muito esporadicamente se ouve falar de uma situação destas. E nós quando fazemos os nossos giros não temos visto. Mas é como lhe digo, nós não estamos todas as noites na rua, eventualmente uma situação destas poderá acontecer numa dessas noites e não nos ser comunicado”.</i></p> <p><i>“Hoje em dia, não temos visto crianças a dormir na rua e não nos têm sido sinalizadas situações destas. Mas é uma resposta que fica em aberto porque não é uma resposta garantidamente segura.”</i></p>
E.4	

Quadro 4.3. Criança de rua / Criança na rua

E.1	<p><i>“A criança na rua passou a ser vista quando de facto a criança tem uma casa, uma família, mas passa o tempo todo na rua e esporadicamente ou no final do dia regressa a casa. Actualmente temos muito mais crianças na rua, nós chamamos criança em contexto de rua, que podem estar na prática da prostituição, da mendicidade, da venda ambulante, de pequenos delitos, consumos. É muito mais fácil identificar essas crianças porque hoje em dia a preocupação da sociedade tolera muito menos a existência de crianças a dormir a rua. Se em 89 as pessoas olhavam, viam e passavam mais ou menos indiferentes, hoje em dia isso já não acontece e temos um sistema de promoção e protecção que está atento, e se há uma criança que está na rua são tomadas as medidas o mais rapidamente possível para que essa criança deixe de estar na rua. Não quer dizer que não haja crianças a dormir na rua, por vezes isso tem acontecido, nós todos os anos encontramos crianças a dormir na rua, mas já não são aquelas que encontrávamos à dez, quinze anos, são crianças que muitas vezes estão em situação de fuga de casa ou da instituição, não têm sítio onde ficar e acabam por se abrigar no sítio onde os sem-abrigo costumam ficar. E muitas vezes recorrem aos mesmos serviços, à comida das carrinhas que passam, tomam banho, por exemplo, nos balneários públicos, mas essas crianças estão cada vez menos tempo nessa situação porque o IAC toma conhecimento e tenta perceber onde é que elas estão, o que é que elas fazem, de que forma é que as pode ajudar, mas está também a PSP muito atenta, a Comissão de Promoção e Protecção de Jovens, por isso as crianças ou estão escondidas, porque estão fugidas das instituições, estão em situação de ilegalidade, portanto da policia que anda atrás delas ou escondem-se em sítios onde não estão visíveis, em bairros degradados, em casas de amigos, familiares...”</i></p> <p><i>“Não há tantas crianças a dormir na rua quanto isso, acontece esporadicamente</i></p>
------------	---

	<p><i>quando fogem de casa, ou fogem da instituição, e não têm sítio onde ficar. E quando isso acontece, normalmente abrigam-se em locais onde possam ter alguma protecção e onde possam estar de certa forma, afastadas da polícia recorrendo aos serviços das instituições que passam na rua, nomeadamente ao nível do apoio dos alimentos, das carrinhas da Comunidade Vida e Paz, de outras instituições que intervêm na rua, os Médicos Sem Fronteiras, a AMI, etc.”</i></p> <p><i>“Se essas crianças estão a dormir na cidade de Lisboa, na zona da baixa, nós facilmente conseguimos encontrá-las porque nós também temos um grupo de parceiros que estão diariamente na rua, portanto nós trabalhamos em parceria com algumas instituições, muitas delas são vocacionadas para trabalhar com adultos sem abrigo, que nos dão informação, quando nós não estamos presentes na rua, sinalizam e nós vamos até essas crianças.”</i></p>
E.2	<p><i>“E há cada vez menos crianças de rua, felizmente. Há crianças na rua, se for a um bairro de Lisboa há imensos miúdos que passam o dia todo na rua, não vão à escola passam o dia ali, depois à hora de ir dormir, mais cedo ou mais tarde vão para casa.”</i></p> <p><i>“Não encontramos assim tantos como isso. São muito poucos felizmente. No ano passado para cá conta-se pelas mãos.”</i></p> <p><i>“Criança de rua é aquela criança que passa o dia todo na rua, portanto, tem um poiso, digamos assim, mas que passa muito tempo sozinha e na rua, isso é frequente nos bairros de Lisboa, nos bairros onde nós trabalhamos, onde as crianças passam de facto muito tempo, comem quando lhes apetece, comem em casa de alguém, e passam muito tempo sozinhas. E a criança de rua que vive na rua, dorme na rua, alimenta-se na rua, portanto, não tem uma identificação familiar, não tem uma rede de suporte. Felizmente isso hoje é muito...eu acho que... eu conheço adolescentes, jovens adultos que foram crianças de rua naquela altura, que dormiam na rua, em cubículos e praticavam muitas coisas para se orientar, ou dormiam em pensões de vez em quando, quando havia dinheiro, mas hoje em dia, nós, nestes últimos anos não temos conhecimento de crianças que vivam na rua.”</i></p> <p><i>“Pensando que uma criança quando foge de casa ou da instituição, raramente, pode ficar uma noite na rua, mas fica um longo período na rua, não fica semanas nem meses. Está sempre na rede de amigos ou de conhecidos que se orientam. Nós por acaso temos uma miúda, que eu acho, que ela contou-me, que de vez em quando, portanto, numa situação em que ela estava em casa não sei de quem, pronto, arranjou mecanismos para ir para casa de uma senhora que não conhecia que a albergou e a levou para casa e</i></p>

	<i>quando nós fomos ter com ela, ela reportou que de tempo a tempo estava naquela casa, mas que teve um dia ou dois dias a dormir na rua, debaixo de uma ponte. Pronto, estes são os casos excepcionais que não acontecem com muita frequência. Se fosse aqui há uns anos, se calhar, viam-se muitos miúdos a dormir em casas abandonadas e etc.”</i>
E.3	<i>“Criança de rua é aquela criança que vive, que dorme na rua, que não tem uma relação próxima com a família que não vai a casa, no fundo vive por si e que depende de si e que está na rua, faz dela o seu meio de subsistência, o seu habitat. A criança na rua é muito aquilo que nós temos hoje em dia, é uma criança que, apesar de manter relação com a sua família e com a sua comunidade e normalmente regressa a casa, acaba por estar na rua o dia inteiro normalmente em ociosidade escolar, nós normalmente costumamos perguntar: “tu estás em ociosidade escolar, está visto!” muitos deles estão matriculados na escola, mas não gostam da escola e não aparecem lá.”</i>
E.4	<i>“Já não há propriamente crianças de rua no sentido clássico a dormir nas grelhas do metro, nos carros abandonados, nos cubículos, com vestes desadequadas e pobreza e fome, mas ainda existem algumas crianças entregues a si próprias na rua, mas jovens em termos de faixa etária, existem num número mais reduzido. Nunca se consegue extinguir o problema, como é obvio, o que há agora é um conjunto de crianças e jovens, adolescentes com práticas comportamentais de risco e em perigo que usam e exploram a rua de forma ilícita e são explorados na rua, mas por vezes ou dormem em pensões ou regressam à família e aí é que marca um bocadinho a diferença, tem a ver com o vínculo se dorme ou não dorme na rua, já não há tantas a dormir, mas em termos de comportamentos e práticas até são mais graves agora. Continua a existir uma passagem pela rua. Depois existem, como sempre existiu até hoje, as crianças na rua, não de rua mas na rua, um conceito que é na rua, no bairro, passam a maior parte do tempo na rua mas depois voltam à família. Algumas até dizem-nos na nossa intervenção comunitária: “então o que é que estás aqui a fazer, não foste à escola a esta hora?”- “Estou, Estou fechado na rua”. Está fechada na rua porque ainda está à espera que os pais voltem do trabalho e que lhes abram a porta, ficam na rua até o adulto chegar. Portanto é uma expressão que caracteriza muito bem este contexto.”</i>

Quadro 4.4. Problemáticas que levam à Fuga

E.1	<i>“No contexto de rua ou na situação de fuga, estamos a falar de jovens que saíram de casa, não estavam bem em casa, portanto a comunicação em casa e as relações afectivas, por vezes, não são as melhores e isso trás as suas consequências.”</i>
------------	--

	<p><i>“A questão dos problemas familiares, da comunicação, ou a ausência dela, o desejo de se autonomizarem, de liberdade, de poderem crescer o mais rapidamente possível, de forma a fugirem das rédeas dos pais ou dos adultos. A questão também do abandono escolar, a questão dos consumos, do envolvimento com grupos de risco, são uma série de situações que levam os jovens a não se sentir bem em casa, não se sintam acolhidos, e fogem para a rua na ilusão de conseguirem ter aquilo que não tiveram em casa.”</i></p> <p><i>“Aquilo que nós sentimos é que por de trás destas fugas, estão nomeadamente problemas de relação com os pais, problemas de relação dentro da família, em casa. Quando os jovens não se conseguem fazer ouvir, ou quando a comunicação existente não é a melhor, acabam por se refugiar na rua, em casa de vizinhos, de amigos. E nos problemas de comunicação não podemos atribuir apenas a famílias pobres, daí que nós tenhamos jovens de classe média, classe baixa, a fugirem para a rua”.</i></p>
E.2	<p><i>“Para ir ter com o namorado, porque idealizam uma vida de amor e etc. Completamente iludidas, deixam a escola, deixam os pais, mesmo miúdas que têm uma boa relação com os pais e que andam na escola, assim tudo direitinho, e que depois aparece alguém e... aquilo deve ser muito forte... e elas abandonam.”</i></p> <p><i>“Nas casas há muita fragilidade também, não é? Porque se as coisas fossem a 100%, isto não acontecia.”</i></p> <p><i>“Eu acho que tudo se resume, se é que eu posso dizer isto, ao crescimento com falta de diálogo entre o próprio jovem e os progenitores ou a família cuidadora. Há muito o querer ser autónomo e não querer dar “cavaco a ninguém”, muitas vezes nós vamos falando, “espremendo” o que é que está na base da saída: muitas discussões, o “mandar em mim, o “já estou farto disto”. É natural numa fase da nossa vida, nós termos essa geração de conflitos e se a pessoa, tanto o adulto ou a criança, não conseguirem comunicar, não terem alguma estrutura, é muito fácil entrar em rotura.”</i></p>
E.3	<p><i>“O jovem normalmente foge de casa com a intenção de... ou porque teve más notas e se estiver ausente durante uns dias os pais vão ficar tão preocupados com a sua fuga que quando voltarem as notas estão completamente esquecidas, ou porque teve um arrufo com os pais porque os pais o contestaram ou porque lhe disseram que não e o jovem acha que aquilo é o fim do mundo para ele e não pode aceitar e foge. Outras vezes, muito levados pelas companhias, pelas amizades que partilham no momento ou por um suposto namorado cujo namoro é contrariado. Há assim uma quantidade de aliciamentos da internet...”</i></p>

	<p><i>“Facilmente percebemos que a fuga é o mínimo porque para trás há ali muitos outros problemas, e esses sim muito graves.”</i></p> <p><i>“Também há situações de violência doméstica, de mistura, o bairro, a comunidade desfavorecida em si, portanto o meio envolvente não oferece nada ao jovem, que o jovem pensa “vou mas é à aventura e vou sair daqui que isto não...”</i></p> <p><i>“Nem todas provem de famílias de um meio social baixo, temos algumas situações por vezes um divórcio que deixa a criança mais fragilizado e depois as vezes o não haver um consenso em termos da educação por parte do pai e da mãe”</i></p> <p><i>“Eu acho que sempre houve aquela expressão “pobres meninos ricos” e isto não é de agora.”</i></p> <p><i>“Muitas vezes, nós deparamo-nos com isto: pais que durante muitos anos não conseguiram dizer que não e a permissividade foi imperada, mas há uma altura em que eles deparam-se com determinados comportamentos e querem dizer que não naquele momento. O jovem não aceita e acaba por se revoltar e é isso que muitas vezes origina a entrada do jovem em termos do mundo dos consumos, o fugirem de casa e poderem passar as noites com os amigos em zonas de diversão, que de outra forma os pais não deixariam, começam a entrar as mentiras, porque “se o pai diz que não eu vou mentir; se o pai me deixa ir dormir a casa duma amiga e não me deixa sair à noite, não faz mal eu digo que fui para casa de uma amiga”... Depois o nosso trabalho é muito alertar e, quando os pais vêm buscar e às vezes vemos pais que se confrontam com “mas ela disse me que ia passar a noite, o fim-de-semana a casa de uma amiga que eu até conheço a amiga e conheço os pais” mas só que não confirmou e a amiga possivelmente disse aos pais que ia para casa dela... Essas situações são n vezes.”</i></p>
<p>E.4</p>	<p><i>“É importante que se perceba que por de trás de uma fuga existe sempre um conjunto de problemáticas associadas e, às vezes, é apenas o facto de terem uma nota negativa, não ter havido dialogo e compreensão ao nível dos pais, algum problema com um colega que os faz fugir e se nós tivermos logo lá, dá para fazer um trabalho de “prevenção”. No entanto existem outras problemáticas bem mais graves que são crianças que já passam muito tempo na rua, não é uma fuga esporádica, fogem habitualmente, com permanência e já estão numa situação em que nem as famílias accionam, nem a sociedade alerta e permanecem durante muito tempo na rua. E estas entram em práticas sociais muito mais graves, são, por um lado, vítimas e por outro lado infractoras também já têm comportamentos delituosos, de delito. Como são vítimas de exploração sexual, na área da prostituição(também prostituição infantil ou violência</i></p>

	<p><i>sexual), são utilizados para traficar droga, alguns, outros são no fundo, a própria violência da negligência e do facto de estarem entregues a si próprios. Empurram-nos para práticas como a violências gratuita, não têm cuidado com a sua própria higiene, com a sua saúde e entram em situações quase de perigo, por isso é que nós dizemos crianças em risco / em perigo, pois muitas estão mesmo em perigo.”</i></p> <p><i>“Ou porque têm um problema na família, porque tiveram uma nota negativa, ou porque são aliciadas por outro elemento do grupo, ou porque são aliciadas na internet para irem ter um encontro com alguém que depois não é, têm sempre assim por de trás de uma fuga, um conjunto de problemáticas. Ou porque está em fuga ao mau trato continuado em casa, quer na área da violência sexual ou simplesmente na negligência, e chega um dia e diz “basta!” ou simplesmente porque vai inocentemente à procura de um sonho, de uma aventura e encontra outra realidade, nos bares, na diversão nocturna. Procura de uma fantasia, um escape àquela vida, àquele bairro.”</i></p>
--	---

1.1.Características do grupo-alvo

Quadro 4.5.1. Sexo

E.1	
E.2	<p><i>“Nas situações de denúncia chegam-nos muito mais meninas que fogem de casa e meninas com 13, 14, com uma faixa etária mais baixa.”</i></p> <p><i>“Nas de diagnóstico, aquelas crianças que nós encontramos, nem sei se lhe diga que são maiores, mas são mais rapazes”</i></p>
E.3	<p><i>“Actualmente, por exemplo, temos maioritariamente denúncias de meninas, a faixa etária é mais elevada portanto 14/18. Pode haver uma outra situação de mais novinhos, mas é pontual. E meninas, são quem mais foge de casa, são meninas. Depois em termos de diagnóstico encontramos, quando fazemos o giro, realmente encontramos mais meninos mas as idades andam muito já nesta fase da adolescência, ou sair da adolescência, 13, 14 anos para cima. ”</i></p>
E.4	<p><i>“Neste momento tenho mais fugas de meninas, por causa dos namoros, da internet. Igualou pelo menos e dantes eram só rapazes”</i></p>

Quadro 4.5.2. Faixa etária

E.1	
E.2	
E.3	
E.4	<i>“Há uma faixa etária mas depois depende do contexto dos diferentes níveis que já falei, por exemplo nos bairros são pequeninos, alguns em termos de prevenção andam na rua, temos crianças dos 4 até aos 16 mais ou menos, mais baixas porque atraem-se pela carrinha. Na rua, são mais os adolescentes, 14, 16 anos, já houve uma altura do projecto de rua que eram mais pequeninos e agora não são tão pequeninos, são mais esta faixa etária até aos 17 anos.”...</i>

Quadro 4.5.3. Origens étnicas e nacionalidade

E.1	
E.2	<i>“Há portugueses, descendentes de Africanos, portanto, a maioria nasceu cá em Portugal, em termos de nacionalidade os pais não são cidadãos, mas há desde africanos...”</i>
E.3	
E.4	<i>“E as etnias são mais lusos ou segunda, terceira geração de imigrantes africanos. Mas já portugueses. Isto nos bairros, depois na fuga mantêm-se os lusos e os africanos de etnia, de origem digo, mas temos também já do Leste, dos países de Leste por causa dos imigrantes não acompanhados e da mendicidade e alguns brasileiros.”</i>

Quadro 4.5.4. Origens familiares

E.1	<i>“Temos alguns que vêm de bairros degradados outros que vêm da cidade, mas que na base, na génese do problema estão questões familiares, problemas de comunicação, problemas de afecto que, no fundo, acabam por ser transversais à nossa sociedade.”</i>
E.2	<i>”Provavelmente quando comecei a trabalhar, se calhar, o perfil da criança que desaparecia ou saía muitas vezes de casa era o pobrezinho que viva numa barraca, que não tinha condições nenhuma, filho de pais separados, de famílias monoparentais, mas isso hoje em dia não é nada assim... Este problema das crianças que desaparecem, ou as crianças da rua ou que estão na rua é transversal. Temos situações de pessoas com dinheiro e passam por este problema, pessoas de Cascais por exemplo, e não é só uma.</i>

	<p><i>Portanto não tem nada a ver com ser-se de um estrato social diferente.”</i></p> <p><i>“Vêm de famílias normais, porque o pai e a mãe estão empregados, de rendimento alto, mas, se calhar, a maioria. São pessoas que provêm de estratos sociais baixo, médio, pessoas que trabalham. Há muitas crianças que ficam em casa sozinhos, um bocado entregues a si, porque os pais ou a mãe é trabalhadora durante todo o dia, está fora durante muito tempo, ausente durante muito tempo.”</i></p> <p><i>“Nós temos famílias que já, portanto, os pais tiveram acompanhamento, o pai e a mãe também porque já tinha sido mãe adolescente, mas também temos famílias que têm a sua casa, que pagam ao banco, que nunca se viram nesta situação de ter de vir a uma instituição ou pedir apoio à segurança social ou às comissões, por isso para elas é tudo um bocado assustador...”</i></p>
E.3	<p><i>“As problemáticas são transversais, claro que, nós temos, se calhar, maior incidência mais numa de que noutras”</i></p>
E.4	<p><i>“Eram muito centradas á pobreza económica, aos bairros degradados, e neste momento encontro famílias diferenciadas, de todas as classes sociais, porque a problemática é muito transversal às várias classes sociais, tão depressa foge um menino de uma classe média como um menino de um bairro. É claro que a percentagem é maior nos bairros pelo tipo de problemáticas associadas, mas tenho crianças que se sentem sozinhas, mas que têm tudo, têm sinais exteriores de riqueza,”</i></p> <p><i>“Tem a ver com o facto desta problemática estar-se a distanciar das bolsas de pobreza, isto é muito característico formatar as bolsas de pobreza e agora nós temos observado algo que contradiz, que está ligado aos comportamentos, à ausência de acompanhamento que as pessoas dão porque estão a trabalhar, á pobreza de valores, dos quadros de referência, dos ténis de marca, do consumismo da sociedade e acaba por atirar para outro tipo de famílias de perfil, pode ser o meu irmão, o seu primo, pode ser qualquer tipo de família nomeadamente média e média-alta. Sem causar nenhum drama, sem querer criar aquele alarmismo, aquele sensacionalismo de jornalismo, mas temos essa realidade, os pais pensam que as crianças estão na escola e não estão, com os mesmos riscos de todas as outras.”</i></p> <p><i>” Eles comportam tudo.”</i></p>

Quadro 4.5.5. Relações familiares

E.1	
E.2	
E.3	<p><i>“Normalmente foram lá colocadas, como eu disse, no caso daquela jovem, ao abrigo de uma medida de promoção e protecção que os retirou da família no sentido de os proteger, ou porque eram vítimas de maus tratos, ou negligência ou abuso, ou então porque a família não tinha as condições mínimas para poder dar... há normalmente um trabalho paralelo com a família para poder promover as condições para que a criança seja novamente reinserida na família.”</i></p> <p><i>“Há crianças cujos pais afectivamente estão distantes, mas depois têm um bom suporte em termos dos avós, tios com quem se dão muito bem e acabam por viver uma substituição. Há outros jovens que têm resiliência muito própria, diria eu, e são capazes de conseguir ultrapassar estas questões e apesar de sentirem que há falha, conseguem facilmente ultrapassar. ”</i></p>
E.4	<p><i>“A maior parte das famílias, também têm uma percentagem que fogem das instituições, que já foram retiradas as famílias, como medida de protecção, mas a maioria são das famílias e mantêm um laço ainda que não muito saudável com a sua própria família de origem”</i></p>

Quadro 4.5.6. Locais/zonas de residência

E.1	
E.2	<p><i>“Temos muitas situações da linha de Sintra, mas também temos aqui, daqui mesmo, do centro de Lisboa. Temos muitos miúdos que são provenientes do Cacem... da Linha de Sintra.”</i></p>
E.3	<p><i>“Eu não sei dizer se a maioria, mas grande parte provém da cidade de Lisboa, depois em termos das denúncias, tenho esta necessidade de ir distinguindo, nós temos muitas situações que são fora de Lisboa, em termos do distrito de Lisboa, os concelhos que mais nos têm sido sinalizados, para além de Lisboa é Sintra e Loures, nós temos muitos jovens que nos foram denunciados. O concelho de Sintra é um conselho muito jovem e tem muitos problemas, ou melhor, é composto por zonas muito problemáticas e extremamente, densamente populosas, e acabamos por ter muitos jovens que são provenientes desses concelhos.”</i></p>

E.4	<p>“Não há uma zona... Claro que há aqueles bairros que são ligadas à periferia, têm maior incidência, são os bairros mais pobres, os bairros de realojamento, os bairros mais complicados, mas também há outros. Não há assim uma regra.”</p>
------------	--

Quadro 4.5.7. Locais de maior concentração

E.1	<p>“Na cidade de Lisboa, por exemplo, temos algumas zonas associadas à prostituição, o Parque Eduardo VII, a Artilharia I, Rua Padre António Vieira, são zonas contínuas ao Parque Eduardo VII onde existe prostituição. No Parque Eduardo VII prostituição masculina, na Artilharia I e na Rua Padre António Vieira é prostituição feminina, do Instituto Superior Técnico é prostituição feminina, o Intendente é prostituição feminina”</p> <p>“Nomeadamente para os Centros Comerciais, para o Vasco da Gama, para o Colombo, que é um sítio onde muitos jovens se encontram e podem criar relação de amizade, podem se divertir, podem ir ao cinema, podem ir às salas de jogos, podem estar nos cafés ou simplesmente a passear.”</p> <p>“Esse foi outro factor que fez com que o centro da cidade perdesse a sua importância, é claro que ainda conseguimos encontrar algumas crianças, hoje em dia mais associadas às minorias étnicas, nomeadamente a crianças ou famílias provenientes da Europa de Leste em que muitas vezes utilizam o centro da cidade para pedir dinheiro. São adultos que andam com crianças a pedir dinheiro a quem passa, uma perspectiva de captar dinheiro dos turistas, pois o centro da cidade continua a ser muito povoado por turistas e portanto a questão da mobilidade veio dispersar o nosso grupo alvo.”</p> <p>“Não temos encontrado ultimamente, ainda bem, jovens na prática da prostituição, mas continuamos a passar nesses locais.”</p> <p>“Depois existem as zonas que acolhem turistas, normalmente são zonas mais susceptíveis de encontrarmos crianças a pedir dinheiro, na mendicidade, ou a tocar acordeão na rua Augusta, portanto, são locais onde poderão existir jovens a pedir. Temos as zonas de diversão nocturna, em que temos menores de 16 anos a consumir álcool e drogas: bairro Alto, Santos, Parque Expo, são zonas de diversão nocturna que podem ter esse tipo de miúdos.”</p>
E.2	<p>“Uma das zonas que nós fazemos, que é nossa zona de Giro nocturno tem a ver com prostituição, como é óbvio, é passagem obrigatória, o Intendente, o Técnico, a Artilharia I, o Parque Eduardo VII, as zonas comerciais também são aquelas que nós tentamos ir, nomeadamente o Colombo, porque é enorme, é aliciante, tem as consolas,</p>

	<p><i>portanto, para determinado grupo de jovens é fácil irem para lá. Depois temos as zonas com mais gente, como a Baixa Pombalina, o Jardim do Adamastor, onde encontram aquele pessoal da passa, passam o dia sentados e a tráficar, o Bairro Alto, algumas casas de jogo. Depois temos as zonas da mendicidade, como o Areeiro, a Guerra Junqueiro, esta própria Avenida também, um grupinho que nós já sabemos onde é que moram, de romenos que costumam estar a mendigar por aí.”</i></p>
<p>E.3</p>	<p><i>“É uma grande dificuldade, elas à uns anos atrás centravam-se muito na Baixa de Lisboa, depois surgiram as zonas comerciais, são um chamariz muito grande porque têm uma panóplia de instrumentos, aliás, a nossa carrinha quando foi pensada foi um bocadinho para fazer concorrência aos centros comerciais, porque os centros comerciais, as próprias administrações colocavam-nos muito esta questão: “levem-nos daqui para fora”. Não eram miúdos que iam só jogar la nas consolas mas também faziam muitos distúrbios e provocavam os clientes e havia situações muito desagradáveis e o que eles nos pediam muito é, nós podemos fazer giro dentro do centro comercial, não nos é permitido é fazer nenhum tipo de acção nenhuma actividade ali. A carrinha acabou por surgir, se nós queremos tirar os miúdos dali, traze-los para fora para conversar com eles, para jogar, para ganhar a confiança deles vamos ter que ter instrumentos”</i></p> <p><i>“As zonas que nós temos como identificadas como zonas de giro de diagnóstico foram aquelas que nós ao longo dos tempos eram aquelas que tinham maior risco digamos que estariam sob maior risco social e que efectivamente era onde surgiram mais crianças e jovens. À noite o Parque Eduardo VII, a zona do Técnico, embora ultimamente não tenhamos encontrado, mas havia foi onde foram várias situações sinalizadas, jovens na prática da prostituição, jovens do sexo feminino ainda novinhas, a maior parte delas oriundas de países de Leste. Depois em termos de mendicidade, o centro de Lisboa, a Baixa de Lisboa, nas zonas mais turísticas onde nós encontramos mais estas situações, depois há o Martim Moniz, o Intendente, embora a zona do Martim Moniz é uma zona que nos tem suscitado muito interesse porque há uma miscelânea, uma expressão de culturas e perceber o que é que aquelas crianças fazem, se elas vão á escola, se não vão á escola, o que elas fazem. Paquistaneses, indianos, n nacionalidades. A maior parte, as que estão na prostituição vêm de outras zonas, na mendicidade também são bastante novas, que acabam por andar por toda a cidade. Por exemplo na zona da Mouraria, Martim Moniz, penso que são crianças dali dos bairros, estão ali, estão presas, salvo seja, na rua. Têm muita vivencia na rua, muito contacto com situações de risco, pois brincar na rua não é sinal de risco, não é? Saudável será se a criança puder brincar na</i></p>

	<p><i>rua em segurança, agora zonas onde estão a traficar mesmo ali junto á criança, estão a ocorrer n situações que a criança acaba por estar exposta, ainda que indirectamente, mas está exposta a situações que podem pôr em risco também a sua própria personalidade, o seu crescimento harmonioso.”</i></p> <p><i>“Normalmente estes jovens gostam muito de ir a noite para as zonas mais conhecidas de diversão nocturna, nomeadamente Santos, Bairro Alto, junto ao Chiado, ás vezes na Praça Camões também já se vê grandes grupos de jovens, portanto eles acabam por frequentar muito estas zonas. Há um outro jovem que se encontra no Cais do Sodré porque também há lá muitos bares, mas habitualmente Santos, a 24 de Julho, portanto nós á noite quando fazemos o giro encontramos muitos, muitos jovens nestas zonas e jovens a partir dos 12, 13 anos.”</i></p>
E.4	<p><i>“Normalmente vêm para o centro da cidade fazem fugas mais longas do que o local e algumas até para outras zonas e regiões de Portugal. E é sazonal por vezes os movimentos são mais amplos pelo país são no Verão, se estão de férias, vão para o Algarve, para aqui, para ali. Ou quando há festas, concertos também se movimentam mais.”</i></p>

Quadro 4.5.8. Escolaridade

E.1	<p><i>“São crianças muitas vezes imaturas, são crianças que por não terem sido estimuladas na primeira infância, ou porque não foram desejadas, ou porque foram negligenciadas, ou foram educadas na rua, são crianças com dificuldades de aproveitamento, algumas com dificuldades cognitivas, distúrbios de personalidade...”</i></p> <p><i>“Muitas das dificuldades que as crianças manifestam tem a ver com o acompanhamento familiar que nunca tiveram”.</i></p> <p><i>“A titulo de exemplo, eu trabalhei num bairro relativamente pequeno, tinha cerca de 500 pessoas, e uma das questões que me fez confusão quando fui trabalhar para esse bairro é que muitas das crianças estavam integradas em cursos e em turmas de ensino especial e isso fazia me confusão como é que temos tantas crianças com problemas cognitivos, e de facto aquilo que me apercebi, e é do senso comum, é que as crianças que não são acompanhadas, não são devidamente estimuladas na primeira infância, acabam por ter dificuldades ao nível cognitivo, não só a falar em termos de estímulos, estou a falar também de alimentação. Tem haver também com a questão dos afectos dentro de casa. Ou seja, estas crianças quando vão para a escola já vão com uma desvantagem significativa relativamente a outras. Isto associado ao facto dos pais,</i></p>
------------	---

	<p><i>muitos deles não valorizarem a escola e alguns pais até obrigam a criança a ir à escola, porque dessa forma conseguem ter direito ao RSI portanto associando todos esses factores, faz com que muitas vezes essas crianças vão para a escola com baixas expectativas, com uma grande resistência à própria escola, com dificuldades de aprendizagem, porque em casa a língua que se fala não é a mesma, porque os livros que se lêem não são os mesmos, porque os códigos linguísticos não são os mesmos, ou seja, são crianças que vão resistindo um ano, dois anos, três anos, quatro anos, mas depois não conseguem progredir. Como não conseguem progredir depois começam a ser rotulados como maus alunos, começam a ter baixa auto-estima, autoconfiança e isso serve para degradar mais a auto-estima que seria necessária para fazer face às dificuldades que vão tendo. Isto aliado aos conflitos familiares, a criança é má aluna, os pais são sempre chamados á escola, ou vão ou não vão, quando vão é para ouvir queixas do filho, portanto também serve para agudizar as relações dentro de casa e portanto entramos aqui numa escalada de degradação que leva muitas vezes o jovem a desistir da escola ou então, quando não desiste fica com muito poucas habilitações.”</i></p> <p><i>“Normalmente a vida dos irmãos acaba por ser um pouco muito idêntica, a fonte do problema é a mesma. E portanto os filhos são o resultado da educação que tiveram em casa e portanto não é que esperar que os pais sejam melhores. Os pais muitas vezes também têm fracas habilitações, sujeitam-se a trabalhos precários porque também não têm habilitações, dão muito pouco acompanhamento aos seus filhos porque como são explorados e têm de trabalhar, trabalham em horários que muitas vezes não permitem o acompanhamento diário dos filhos, trabalham muitas vezes por turnos, temos mães a sair de casa às cinco da manhã, temos mães a chegar às oito da manhã a casa, e portanto, os jovens quando não têm o acompanhamento devido acabam por se criar na rua e portanto são educados pelos colegas, pelos vizinhos que muitas vezes não são a melhor referencia”.</i></p>
E.2	<p><i>“Mais do que o 9º ano pode acontecer, mas não é tão frequente. Nós tivemos uma miúda recentemente e outro miúdo que nos apareceu à uns anos também estava no 10ºano.”</i></p> <p><i>“Um dos aspectos é a dificuldade em estar durante muito tempo com atenção.”</i></p> <p><i>“Acho que a escola não é apelativa, não tem recursos, não tem competências que atraíam este tipo de miúdos que se calhar não conseguem estar sentados tanto tempo, um sistema teórico e pouco aliciante, acho que a escola não é atractiva por isso facilmente este miúdos desistem e enveredam por formação profissional, ou alguma coisa similar, embora haja esforços, dos currículos alternativos, dos programas de não</i></p>

	<p><i>sei do que, os PIEFS, etc.”</i></p> <p><i>“Muitos deles têm dificuldades intelectuais.”</i></p> <p><i>“Algumas famílias têm as expectativas muito baixas, não investem, não ensinam, não acompanham e é natural que depois também haja um desinvestimento do jovem.”</i></p> <p><i>“Da história que nós conhecemos assim dos pais é um nível de escolaridade muito baixa.”</i></p>
E.3	<p><i>“Infelizmente temos famílias que não dão importância à escola e que depois não promovem esse interesse nos filhos, ou porque não os conseguem acompanhar, por falta de bases, ou por falta de interesse ou porque começam a pensar que “tens que te começar a fazer à vida, porque isto da escola não ganhas nada com isso” não conseguem ver a mais-valia, não conseguem ver o investimento na educação a longo prazo. Normalmente as famílias mais carenciadas, vivem muito o imediatismo, naquilo que é o imediato e a satisfação no momento.”</i></p> <p><i>“Há jovens que diferentes factores em termos da aquisição de conhecimentos também não têm muita facilidade e acabam por desmotivar, depois há uma quantidade de comportamentos que podem influenciar.”</i></p> <p><i>“Há uma ou outra situação em que já estão no secundário, mas são excepções, a maior parte deles é baixo, e quando lhe digo baixo, eu não queria errar, se calhar segundo ciclo e muitos nem o segundo ciclo têm completo.”</i></p> <p><i>“Há jovens com os quais lidamos que se canalizados para, digamos que, no bom caminho, que seriam pessoas que conseguiriam, com certeza, fazer um percurso perfeitamente normal, ou se calhar com resultados bastante bons, mas depois muitas vezes não há o empenho, motivação, e acabam por ir-se perdendo... Por vezes há jovens com dificuldades de aprendizagem, dificuldades em se concentrarem, há vários factores que os acabam por fazer com que eles não consigam.”</i></p> <p><i>“Temos jovens que nos foram denunciados, eu quando digo este denunciados, nos foram sinalizados que aos 16 anos estão no 10º, 11º ano, é ótimo, é o normal e jovens com bons resultados até então que de repente tiveram um percalço, tiveram ali alguma coisa.”</i></p>
E.4	<p><i>“Por um lado a escola rejeita-as por faltas e indisciplina, os próprios miúdos promovem o mau estar entre os colegas, pelo seu comportamento são expulsos, por outro lado as próprias metodologias, o próprio tipo de ensino não é aliciante para este tipo de miúdos</i></p>

	<p><i>que não consegue acompanhar e que tem uma maneira de estar na vida diferente. Eles acabam por se sentir rejeitados e auto-rejeitam-se da escola. Por outro lado a frustração, não haver um acompanhamento uma estrutura de retaguarda familiar que os ajuda a incentivar a ter sucesso, o insucesso, essas repetições fazem com que eles se frustrem.”</i></p> <p><i>“Há uma tendência de correlação directa entre o insucesso dos pais e o insucesso dos filhos, até porque os pais quando tiveram insucesso nem valorizam a escola “porque também não usei e fui logo trabalhar e não me fez falta nenhuma” e não há um incentivo para a continuidade. E há uma baixa escolaridade nos pais destes miúdos, quando estamos a falar da faixa etária mais global, quando entramos na esfera da transferibilidade tenho desde advogados, doutores, bancários e têm escolaridade e não é isso que faz com que a criança não fuja. Mas pelo geral têm uma fraca escolaridade. Há uma tendência, nós queremos contrariar isso, mas há, de passagem da pobreza e dos valores e da própria precariedade de geração em geração.”</i></p>
--	--

Quadro 4.5.9. Ocupações

E.1	
E.2	<p><i>“Zonas comerciais, em que se vêem miúdos que passam lá o dia todo, simplesmente a jogar,”</i></p> <p><i>“Supostamente, parte daqueles que nós abordamos estavam a frequentar a escola..., umas estão a trabalhar..., há outros que não estão a fazer nada.”</i></p> <p><i>“Aquela rapariga que eu falo, provavelmente estará, não sabemos aonde, não tem ocupação nenhuma, portanto anda aí a fazer o que quer que seja”</i></p>
E.3	<p><i>“Há uns que frequentam á escola, á outros que vão á escola, mas não frequentam as aulas, há outros que acabam por não ter, que já se demitiram do papel de alunos e de estudantes e que não fazem nada. Nós temos por exemplo conhecimento que algumas das nossas jovens passam em casa o dia inteiro, têm o computador, e isto em situações em que os pais ou já desistiram, ou nem têm a noção do que é que o filho ou a filha faz. Há outros que saem, dizem que vão para a escola, e não vão. E outros nem vão, muitas vezes os centros comerciais são uma aliciante, depois depende também de onde esteja o seu grupo de pares.”</i></p>
E.4	<i>“Ociosidade...”</i>

	<p><i>“Algumas coisas diferenciam-se das outras crianças pelo contexto em que vivem, não é?”</i></p> <p><i>“Muitas delas estão ocupadas com estratégias de sobrevivência, estou a falar de situações limite, não têm propriamente o mesmo espaço a nível mental para simplesmente divertirem-se ou jogar, não têm uma preocupação em comer, em arranjar um sustento, sobreviver mesmo. Fuga, escape à violência e isso tira os daquela ocupação, não vão ao futebol, não vão à ginástica, não vão andar de patins em linha, porque nem se quer têm acesso a isso, estão numa situação vulnerável e limite.”</i></p>
--	---

Quadro 4.5.10. Gostos

E.1	<p><i>“São jovens iguais a todos os outros, portanto, procuram os espaços comerciais para se divertir, pare se encontrarem com outros jovens, para estabelecerem relações de amizade, de proximidade, de provocação, também acontece, que se encontram, por exemplo, quando vão sair à noite e querem se divertir. Normalmente estes jovens não são muito diferentes dos jovens que nós conhecemos. Têm telemóveis, têm os hi5s, têm os emails, portanto, hoje em dia, não se conseguem notar diferenças tão grandes ou tão abismais entre os jovens. Portanto, são jovens que, como qualquer outro jovem, procura divertir-se, procura distrair-se, procura o risco... Alguns procuram arranjar confusão, os “mal intencionados” procuram aproveitar-se, tirar proveito de outros mais inexperientes ou com menos segurança, praticando roubos, praticando furtos, mas normalmente estes jovens convivem nos mesmos espaços.”</i></p>
E.2	
E.3	
E.4	<p><i>“Quanto aos gostos, se lhes perguntarmos, não distancia, têm exactamente as mesmas necessidades e os mesmos gostos que os outros, não têm acesso. Quando têm acesso é com programas e projectos da nossa natureza por isso é que depois, e alguns desses nos nossos programas até têm mais acesso do que outros de outras famílias ditas normais. Nós a brincar até dizemos “os nossos filhos não têm isto”, alguns. E aí nós conseguimos ver e perceber que o tipo de apelos e identidade são as mesmas das outras crianças. Gostam de jogar computador, gostam de telemóveis, gostam de ir a teatros, mas quando promovidos e estimulados por nós. Por eles sozinhos, como é óbvio, não têm acesso e aí é complicado.”</i></p>

Quadro 4.5.11. Fonte de subsistência

E.1	<p><i>“Continuam a beneficiar dos apoios que os pais recebem, portanto alguns são apoiados pelas famílias, dinheiro que recebem da família, outros têm dinheiro proveniente de furtos, do tráfico de droga, de pequenos expedientes, basicamente é isso, porque os que estão na cidade normalmente levam o dinheiro para os pais ou para a família, normalmente nunca é para eles.”</i></p>
E.2	<p><i>“Havia um grupo que sistematicamente se organizava e comprava pastilhas porque na altura tinha havido assim um boom das pastilhas, portanto quase toda a gente comprava para depois traficar para depois arranjar dinheiro, e tomavam com certeza.”</i></p> <p><i>“Depende da família ou da instituição, arranjam os seus negócios paralelos porque ou roubam daqui ou dali, e depois vendem, mas temos alguns que estão a trabalhar, miúdas que estão a trabalhar.”</i></p>
E.3	<p><i>“As que nos chegam das denúncias não temos conhecimento, se estão envolvidas em algumas redes.”</i></p> <p><i>“Por exemplo, nós temos uma jovem que nos foi sinalizada e que está fugida, eu estou a dizer está fugida mas eu não sei se ela já regressou, porque ela é um vai e vem, é uma surpresa. Ela foi entregue ao abrigo de uma medida de promoção e protecção pelo tribunal a uma instituição de Lisboa, onde ela estava abrigada e é uma jovem que foge e passa muitos dias fora da instituição e portanto, de que modo é que ela consegue sobreviver? Temos algumas desconfianças, perante alguns discursos que ouvimos de pessoas com quem ela se cruza, eventualmente situações de prostituição haja alguma ligação, mas nunca é nada muito concreto.”</i></p>
E.4	<p><i>“Os furtos, a prostituição, a mendicidade e alguns fazem pequenos trabalhos, venda de pequenos objectos, apanhar cartão, alguns, mas a maior parte, são as praticas mais ilícitas, tráfico de droga.”</i></p>

Quadro 4.5.12. Relações e amizades

E.1	
E.2	<p><i>“Com os vizinhos, ou com a família, as primas e os amigos e etc.”</i></p> <p><i>““eu vou procurar aquelas pessoas com quem me identifico mais” portanto, se eu conheço alguém que me diz “ah, vamos fazer aí uma cena organizada e não sei que” é fácil, porque eu também preciso daquilo e portanto é fácil agregarem aos grupos dos</i></p>

	<i>bons, menos bons e dos máximos...</i>
E.3	
E.4	<p><i>“Grupo de pares, a maior parte de tempo com os amigos. Não são gangs, eles fazem grupos consoante as situações, não há aquela ideia dos gangs, não sentimos isso.”</i></p> <p><i>“Continua a haver o desacato à figura da autoridade e a rejeição da relação com os adultos, traços de violência acentuados, resistência às regras em termos de perfil”</i></p>

Quadro 4.5.13. Aparência

E.1	<i>“O que nós encontramos são jovens que ostentam roupas de marca, ténis de marca, calças de marca, chapéus, ostentam alguma riqueza superficial.”</i>
E.2	<p><i>“Num centro comercial se calhar não é visível para todos quem é quem.”</i></p> <p><i>“A não ser que esteja a consumir, aí já mostra traços diferentes do normal, já tem visivelmente, já se nota. São miúdos completamente normais que fazem tudo igual.”</i></p>
E.3	<p><i>“Na sua posição perante o grupo, o exterior conta muito, e por isso eles investiam todo o dinheiro que conseguiam, fosse de que forma fosse, na sua aparência física.”</i></p> <p><i>“Normalmente jovens que vestiam marca da cabeça aos pés, literalmente. A partir de 2000 nós sentimos muito esta reviravolta e hoje em dia ainda se sete.”</i></p> <p><i>“Hoje em dia, à exceção daqueles miúdos que estão na mendicidade e aqueles que praticam a mendicidade têm sido maioritariamente miúdos oriundos da Europa de Leste... de resto é difícil dizer “é ou não é” porque os jovens estão muito uniformizados hoje em dia. esta questão da moda com as calças com as boxers á mostra, a maior parte deles, dentro daquelas faixas etárias, a maior parte deles, usa, anda assim.”</i></p> <p><i>“As roupas de marca tanto vemos num rapaz ou rapariga cuja família viva com bastantes dificuldades, como vemos numa família já mais economicamente favorecida”</i></p> <p><i>“Não significa agora que nós não vejamos na rua um menino todo bem vestidinho, cujo banho não seja assíduo. No início às vezes é muito bonito por fora, mas o cheiro de quem não toma banho...”</i></p> <p><i>“Á uns anos atrás a roupa rota, com um aspecto muito empobrecido, não era só a falta</i></p>

	<p><i>de higiene, o próprio trajar era empobrecido”</i></p> <p><i>“Então se eles retiram o seu telemóvel do bolso, então aí é que a gente diz “pronto” quer dizer, o meu telemóvel fica no chinelo do deles, porque depois são miúdos que gostam de exhibir, pode não ser deles, pode não ter sido legítimo a sua aquisição, mas exibem. Gostam muito, porque isso dá-lhes o status que de outra forma eles se calhar não conseguiriam.”</i></p> <p><i>“Conseguem já pelo seu aspecto físico, ou pela maneira como se produzem, nomeadamente as meninas, já conseguem fazer-se passar por jovens muito mais velhas.”</i></p>
E.4	<p><i>“Eles cada vez têm mais sinais exteriores, já não andam assim sujos, descalços, têm roupas de marca, vestem-se de forma idêntica aos miúdos, identificam-se pela roupa, ou é as calças descaídas, ou o tipo de ténis, portanto, não há grandes diferenças, mesmo em termos de penteados, são jovens como os outros que se identificam e copiam os seus ídolos, os seus líderes, tal e qual, são iguaizinhos e essa é que é a dificuldade, não se consegue perceber só depois de algum tempo de intervenção, com alguma experiencia. Se a criança está na rua de forma saudável ou a passear-se pelo centro comercial, ou se é uma criança que está em risco.”</i></p>

Quadro 4.5.14. Auto-percepção

E. 1	<p><i>“Normalmente são muito limitadas porque normalmente não conhecem de forma real o mundo que as envolve. São jovens que vivem muito dentro daquele contexto específico, e como não se relacionam com outros meios acabam por solidificar aquilo que conhecem de casa ou dos vizinhos. Acabam muitas vezes, se querem seguir uma profissão, seguem aquelas que conhecem e não perspectivam ascender a um patamar mais elevado. Até porque depois apercebem-se que têm fracas habilitações, apercebem-se que têm dificuldade em estudar, desmotivam-se e acabam por desistir por um percurso mais avançado. E esta baixa percepção da realidade, e estas expectativas pouco elevadas, é dramático. Nós temos situações de jovens com quinze, dezasseis anos que nunca foram ao cinema, alguns, que apesar de serem da linha de Sintra nunca tinham ido a Sintra, pensavam que Sintra era o Cacem, era Mem-Martins, Algueirão, Monte Abraão. Há jovens que nunca tiveram oportunidade de conhecer outras realidades.”</i></p> <p><i>“Normalmente, quando falamos com estes jovens, são jovens que têm por vezes uma facilidade muito grande em responsabilizarem o que está á volta deles, e nunca se</i></p>
-------------	--

	<p><i>assumem como um factor de mudança ou como alguém que tem importância na reversão dos problemas que têm. Eles também têm de ser responsabilizados. Normalmente é o professor que não gosta de mim, é a escola que me expulsou, normalmente responsabilizam a escola, muitas vezes responsabilizam os pais e nunca se vêem como parte do problema.”</i></p> <p><i>“São crianças que têm poucas expectativas, não vai além daquilo que conhecem na família, ou nos vizinhos, ou seja trabalhos que requerem pouca qualificação seja nas limpezas, na construção civil, seja em cadeias de fast food, ou hipermercados, trabalhos mal remunerados, que exploram porque eles também não conseguem outra coisa se não isso. Não alimentam expectativas muito maiores. Há alguns jovens que têm jeito para a bola mas pensam que podem ser o Cristiano Ronaldo e portanto alimentam expectativas pouco realistas. Mas, de uma forma geral, são jovens que não sonham muito alto porque também não lhes foi permitido, não lhes é permitido sonhar porque com a habilitações e as dificuldades que têm seja em casa seja a nível individual, acabam por não alimentar sonhos mais altos.”</i></p>
E.2	<p><i>“Baixa auto-estima, muito pouco preparados a relação com o outro, e principalmente com o adulto, porque é sempre aquele que se desafia, é sempre pessoa ingrata que nunca percebe nada, principalmente com as figuras da autoridade.”</i></p> <p><i>“Há miúdos que quando nós perguntamos, e é uma pergunta frequente, o que querem ser dizem coisas tipo megalómanas, “quero ser médico, quero ser advogado” e nós sabemos que isso é uma coisa irreal. Depois quando os baixamos eles não sabem muito bem, não conseguem ver o que é que conseguem fazer, não têm a mínima projecção, a mínima ambição. É a mesma coisa com o “que é que gostas mais de fazer, ou gostavas de fazer” parece que estamos a fazer assim uma pergunta, uma raiz quadrada de não sei das quantas... É muito difícil.”</i></p> <p><i>“São muito ambiciosos e quando queremos baixar para conseguirem chegar lá, então é muito baixinho...”</i></p>
E.3	<p><i>“Não têm grandes expectativas sobre si próprios, tem muito a ver com a desmotivação com que eles próprios cresceram, depois há um ou outro jovem que já tem outras perspectivas e já tem os seus próprios sonhos, ambições de querer prosseguir os estudos e enveredar por determinada área, ou quer muito trabalhar e sabe que é importante pelo menos ter a escolaridade obrigatória, não sei é agora definir em termos de quantidade... o Bruno e a Sandra se calhar conhecem melhor os miúdos.”</i></p>

	<p><i>“Alguns terão pouca expectativa, mas não será a maioria, não creio.”</i></p> <p><i>“A maior parte deste jovens têm também muita sensibilidade, não podem é demonstrá-la, isso seria muito, em termos da sua imagem, muito mau”</i></p>
E.4	<p><i>“Têm uma auto-imagem negativa, empobrecida de si próprios, têm uma falsa agressividade e uma falsa liderança para poderem lidar e defender-se”</i></p> <p><i>“Têm algum conhecimento sobre as suas capacidades, mas não sabem potenciar, porque desde que nasceram sempre ouviram dizer que não prestam e que não vale e que são maus e comportam-se á altura, pela negativa.”</i></p>

Quadro 4.5.15. Percepção do Futuro

E.1	
E.2	<i>“Há determinadas miúdas que nós acompanhamos que parece que para ficarem bem na vida é ter uma casa, e ter um namorado e constituir família...”</i>
E.3	
E.4	<i>“Quando lhes perguntamos a alguns qual é o sonho, não têm, vivem muito o imediatismo, não têm perspectivas futuras muito acentuadas, nenhum projecto para o futuro, não deslumbram o futuro, para eles só lhes interessa o aqui e o agora, por isso é que não medem as consequências dos seus actos. E muitos deles nem sabem o que é sonhar um futuro, ou dizem “ah, não me lembro o que é que sonhei hoje” sonhar para eles é dormir... Isto revela um bocadinho o grau de perspectiva de planificação, por isso é que não investem muito no agora para colherem mais tarde, não conseguem aguentar a espera, é tudo muito descartável, tudo muito rápido. Até mesmo as ofertas que damos a estes miúdos, não é fácil porque eles hoje estão muito entusiasmados, com uma dinâmica, um jogo, um telemóvel novo, daí a uma semana aquilo já está completamente ultrapassado.”</i>

Quadro 4.5.16. Necessidades

E.1	<p><i>“De uma forma geral houve uma melhoria significativa na qualidade de vida das pessoas em Portugal, ainda estamos para ver o impacto da crise na vida destas crianças, mas aquilo que nós sentimos é que houve melhorias significativas”</i></p> <p><i>“Os jovens que nós encontramos continuam a ter fracas habilitações, as fracas</i></p>
------------	---

	<p><i>habilitações levam a empregos precários, levam nomeadamente à exploração.”</i></p>
E.2	<p><i>“No início do projecto havia crianças com fome, a pedir dinheiro para se alimentar, hoje em dia talvez haja fome, mas se calhar há mais sítios onde eles possam procurar comida porque há as carrinhas, aqui a Santa Casa nos Anjos que distribui comida, portanto se for um menor já tem outra intervenção, mas jovens...”</i></p> <p><i>“Mesmo a apresentação hoje em dia não tem nada a ver com aquilo que eram, como eu já disse. Hoje em dia há mais necessidade de ter um telemóvel, ter um casaco da Timberland, umas botas não sei o quê, e se calhar, daquilo que eu me recordo, outrora, havia mais necessidade de ter dinheiro para comprar tabaco, para comer...”</i></p> <p><i>“Acho que têm as “mesmas necessidades a nível relacional, a nível de saúde, sito que não há mais nem menos” embora também recorrer aos serviços também é mais fácil hoje.”</i></p>
E.3	<p><i>“As crianças que nos encontramos á vinte anos eram crianças que tinham muitas necessidades básicas, de nutrição, de segurança, de higiene, o que é importante para o bem-estar, e tinham também uma grande carência em termos afectivos.”</i></p> <p><i>“Actualmente, continuamos a achar que podem ter as suas necessidades básicas plenamente satisfeitas, mas há depois o lado dos afectos em que ainda se sente muito um vazio.”</i></p> <p><i>“As principais necessidades delas acho que são serem aceites, serem queridas, serem amadas”</i></p> <p><i>“Crianças que foram crescendo sem se calhar alguma vez terem sentido o toque da mão da mãe ou do pai, ou o toque de uma maneira afectuosa, porque se calhar o toque sentiram-no e mais do que uma vez, mas de uma maneira mais abrupta.”</i></p> <p><i>“Porque a ausência de afecto, de referência, isto pode transformar a vida de uma pessoa”</i></p> <p><i>“A pessoa para ser completa precisa de sentir e de dar afecto aos outros e precisa de se sentir querida, de se sentir que é importante e infelizmente há crianças que, não significa que os pais não gostem delas, atenção, não são é pessoas que tenham capacidade para verbalizar ou que consigam fazer, porque se calhar também não o fizeram consigo, ou que dêem uma importância muito grande, e há pais que facilmente se fazem substituir por um brinquedo que a criança tanto quer. Às vezes é tão fácil</i></p>

	<i>“toma lá e não me chateies, já não te posso ouvir”</i>
E.4	<p><i>“Era ligado à pobreza absoluta, á fome, necessidades de agasalho, comida alimentação, e agora têm mais necessidades na área dos valores, são problemas mais comportamentais e é transversal a todas as classes sociais”</i></p> <p><i>“Têm muitas necessidades e continuam a ter de afecto, de relação, de compreensão e de regras, não as têm, por isso é que nós apostamos muito na parte do treino de competências quer pessoais, quer sociais, na relação com o outro a arma que lhes ensinaram como instrumento é a violência, para a resolução de conflitos e essa parte da convivência entre pares e em grupo é um processo de socialização. Depois têm necessidades educativas não têm escolaridade mínima, competências verbais não verbais, na área da comunicação também, na área da higiene e da saúde.”</i></p>

Quadro 4.5.17. Riscos e perigos

E.1	<i>“É evidente que estas crianças e jovens acabam por estar a correr perigos e riscos muito grandes.”</i>
E.2	<i>Os maiores riscos? Estes miúdos põe-se a si próprio em perigo assim num instante, não pesam muito nas consequências”</i>
E.3	<p><i>“Iniciação da vida sexual muito precoce”</i></p> <p><i>“É assim, não crendo ser retrógrada, que não sou, nem demasiado conservadora, mas o que é que um adolescente de 12, 13, 14 anos a altas horas da noite no Bairro Alto a beber, o que é que vai acontecer, o que é que pode acontecer? São jovens que estão expostos, já não é só facto de estarem em situação ilegal a consumir quando não é permitido pela idade, mas é pelos riscos que correm em termos da sua própria saúde, em termos das sua integridade física porque é assim, há imensas meninas que são violadas exactamente porque a partir de um determinado momento acabam por perder em termos de consciência e portanto tudo pode acontecer: assaltos, violações, maus tratos, portanto ficam expostos a uma quantidade de riscos.”</i></p> <p><i>“Os nossos jovens é muitos a questão dos consumos e de isso deixar de ser um consumo ocasional para se tornar depois num consumo já na linha da dependência. E depois a questão da prostituição, poderem enveredar também nalgumas situações pela questão da prostituição, e nalguns casos que, infelizmente também temos, a criminalidade. Temos jovens, lembro-me agora de um em particular, que já esteve um ano num centro</i></p>

	<p><i>educativo, em regime fechado, semelhante a uma prisão, não foi para lá porque não tinha idade para isso. E nós receamos que é um jovem cuja estadia no centro educativo veio refiná-lo em termos de comportamento e infelizmente, oxalá que não aconteça, mas nós achamos que ele está muito, muito perto, está ali muito na fronteira de enveredar pela criminalidade, porque ele já tem novos processos em cima, que possivelmente chegarão a tribunal brevemente por assalto, por roubo...”</i></p> <p><i>“A gravidez precoce nalguns casos pensar que a maior parte das meninas inicia a sua vida sexual muito precocemente, e muitas vezes sem os cuidados, não vive uma vida sexual saudável, não conseguem ainda, talvez pela falta de maturidade, muitas vezes acontece, não conseguem vivenciar uma vida sexual saudável e acaba por iniciar uma relação muito cedo, por vezes com diferentes parceiros, portanto naquilo que nós achamos uma falta de respeito por si própria, e deixar que o seu corpo seja utilizado a belo prazer por quem quer que seja, e o facto de depois de precaverem, não so em evitar uma gravidez indesejada, mas também outro tipo de situações, nomeadamente as infecções sexualmente transmissíveis que podem trazer depois consequências muito graves. Aquela menina de que lhe falei a pouco, que esta constantemente fugir do Centro de Acolhimento e que desconfiamos que tem havido ali tentativa de aliciação para a pratica da prostituição, segundo aquilo que é verbalizado por outras pessoas com quem lidávamos. A sua vida sexual é pautada por comportamentos muito promíscuos e portanto é uma menina que tem 15 ou 16 anos e já varias vezes foi internada no hospital com infecções e que põe gravemente em risco a sua saúde, a sua condição física, o bem-estar psicológico... Também porque ela precisa de um acompanhamento pedopsiquiátrico que não aceita. Isto leva-nos depois a muitas questões, como é que uma criança de 15 anos pode decidir, não tendo consciência naquilo a que se expõe.”</i></p>
E.4	<p><i>“Algumas práticas agravaram-se, a pratica da prostituição sempre houve, mas agora está muito mais acentuada, se calhar muito mais organizada, com alguns adultos por trás a organizarem”</i></p> <p><i>“Alguns destes miúdos, muitos que agora já são pais, maternidade e paternidade precoce, também vai haver uma tendência para perpetuarem. Aquela criança só pelo facto de nascer naquele contexto já tem o risco inerente.”</i></p> <p><i>“Tem a ver com o próprio risco de não conseguirem levar os seus níveis de escolaridade, depois não conseguem inserir-se na sociedade em pé de igualdade, não têm os mesmos direitos nem os mesmos acessos. Alguns deles nem se quer têm os</i></p>

	<p><i>documentos, a documentação e têm o risco de se tornarem a curto prazo, marginais, porque eles têm já o pezinho da delinquência. Têm riscos na saúde, na área das doenças sexualmente transmissíveis, têm relações sexuais muito promíscuas e muito precoces. Realmente numa situação limite correm mesmo risco de vida, estão em situação de perigo permanente.”</i></p> <p><i>“A rua promove a estratégia de sobrevivência daí o comportamento ilícito, empurrarmos directamente para isso, é o maior risco dessa problemática.”</i></p>
--	---

Quadro 4.5.18. Correlação entre ser criança de rua e um futuro de criminalidade

<p>E.1</p>	<p><i>“Existe uma relação bastante provável porque, se formos a ver, essas estratégias de roubo ou de delinquência acabam muitas vezes por ser uma estratégia de sobrevivência.”</i></p> <p><i>“A trajectória está normalmente associada a trajectória que os pais seguiram e portanto muitas vezes é fácil associar uma trajectória a um determinado meio de uma determinada família. Embora, não querendo ser fatalistas, temos de contrariar essa tendência.</i></p> <p><i>Temos situações de jovens que passada a fase complicada da sua juventude, agora estão perfeitamente integrados, outros não. Eu estou á muito pouco tempo nesta equipa para poder responder com alguma segurança essa questão, mas aquilo que conheço de algumas crianças que estiveram na rua, em contextos bem complicados, algumas estão a trabalhar. Temos também miúdos que se perderam, foram presos, outros que enveredaram pelos consumos, eu não lhe consigo responder a esta pergunta.”</i></p>
<p>E.2</p>	<p><i>“Acho que para os rapazes se pode dizer que estão mais predispostos depois à vida marginal. Para as raparigas, não sei se é assim tão linear, acho que há ali um período de vida que procuram um marido ou um namorado, uma vida mais estável, mais segura. Os rapazes, acho mais fácil seguirem por esse caminho.”</i></p>
<p>E.3</p>	<p><i>“A questão dos consumos, acho que é algo que acaba por prosseguir com o seu próprio crescimento. Há situações que felizmente nós não temos muitos destes jovens que acabaram por enveredar por o comportamento de risco, comportamento delinquente tornar-se num comportamento muito mais gravoso podendo digamos que iniciar a prática de crime. Eu desconfio que isso esteja a acontecer num caso em particular.”</i></p>
<p>E.4</p>	

2. Sistema de Protecção em Portugal

Quadro 5.1. Sistema de Protecção

E.1	<p><i>“Com a introdução da Lei 57 ou 55, salvo erro, de 95, salvo erro, eu depois posso lhe precisar qual é a data e o artigo, a prostituição, o recurso à prostituição a menores passou a ser crime. O que é que acontece? Se estas jovens estão na prática da prostituição, estão a incorrer, melhor não estão a cometer um crime, mas quem recorre à prostituição está.”</i></p> <p><i>“A nossa lei é muito completa e protege mais a criança e promove os seus direitos, há uma maior ligação entre os serviços que são importantes para a vida das crianças, uma ligação mais estreita com as escolas, centros de saúde, o tribunal, embora o sistema de justiça ainda não funcione da forma como nós gostaríamos porque é demasiado lento a responder a questões tão urgentes. Mas o sistema de protecção, a questão da habitação melhorou, a questão da justiça ainda estamos à espera, a saúde também creio que tenha melhorado bastante, há uma serie de programas virados para a prevenção.”</i></p> <p><i>“Mas estas crianças continuam a ter problemas na escola, em que também houve uma serie de estratégias que já foram criadas para resolver essa situação da adaptação, uma série de programas, há o PIEC (Programa para a Inclusão e Cidadania) nomeadamente, há uma outra resposta que o IAC criou que é o projecto Educar e Formar para Inserir, que procura dar resposta a jovens que têm muito poucas competências e já foram excluídos do sistema formal de educação. Há esta tentativa de combater estas falhas que vão sendo encontradas nos jovens, mas os jovens que nós encontramos continuam a ter fracas habilitações, as fracas habilitações levam a empregos precários, levam nomeadamente à exploração... Mas penso que de uma forma geral as coisas melhoraram, a sociedade o sistema de promoção e protecção melhorou... A questão da educação, da inserção, da saúde, a nível do planeamento familiar, da sexualidade responsável, ao nível da justiça também. Mas as coisas melhoraram muito desde 89.”</i></p> <p><i>“A Lei de promoção e protecção de Crianças e Jovens em Perigo é de facto uma lei muito completa, que prevê uma serie de respostas em que muitas delas ainda não foram efectivadas, e esse é o grande desafio. A lei é de facto bastante boa, na minha opinião, contempla de facto uma serie de respostas que visam a promoção dos direitos da criança e a protecção de factores de risco, mas existem respostas como aquelas que eu á pouco referi, nomeadamente o internamento em instituições em regime aberto, que não estão a dar a resposta adequada a jovens que querem fugir, que querem ter autonomia, apesar de ainda não terem idade, e portanto, ao nível das instituições ainda</i></p>
------------	---

	<p><i>há muito a fazer. Era importante que houvesse instituições que funcionassem num ambiente e num modelo mais familiar, que não fossem depósitos de crianças, que as crianças pudessem ter um acompanhamento mais próximo, o mais familiar possível de forma a sentirem-se acolhidas, e verem dessa forma resolvidos alguns dos problemas que têm. A outro nível também, e nós sentimos essa dificuldade, ao nível das medidas de autonomia de vida. Há jovens com dezassete, dezoito anos em que não é realista o regresso á família, a instituição também está prestes a deixa-los sair, porque entretanto, fazem dezoito anos e era importante que existissem mais apartamentos de autonomia, por exemplo, apartamentos que servissem de transição entre a casa ou a instituição e a vida activa do próprio jovem, com uma equipa técnica que pudesse de certa forma, ajuda-los a superar as dificuldades que qualquer jovem apresenta quando quer começar a viver de uma forma mais activa, mais participativa da sociedade.</i></p> <p><i>Se nós apostássemos ou investíssemos naquilo que já existe legislado e se concretizássemos aquilo que esta escrito, nós teríamos de facto uma sociedade mais justa e que protegeria certamente melhor as crianças. Considero que a lei é boa mas existem ainda algumas medidas... a aplicação das medidas. Portanto, eu não mexia na lei, limitava-me apenas a cumprir aquilo que está definido na lei, mas para isso é preciso meios, é preciso dinheiro, é preciso também a sociedade encarar isso como necessidade e infelizmente, muitas vezes, porque o problema não é tão visível, as pessoas acabam por se alhear, mas o facto é que quem está no terreno apercebe-se que existem muitas necessidades que têm de ser resolvidas.”</i></p>
E.2	<p><i>“as políticas que começaram a surgir de protecção, cuidado, e portanto para a primeira infância, para este grupo, há muito mais pessoas a trabalhar, muito mais pessoas preocupadas, instituições, com a situação das crianças em perigo, de uma forma global. Se calhar á uns anos atrás, à uma década não era assim”</i></p> <p><i>“Eu lembro me que à uns anos atrás, estava me a lembrar em termos de saúde, havia poucas, muito poucas ofertas em termos de saúde jovem, saúde para adolescentes, acompanhamento de adolescentes e hoje há imensas associações, instituições, projectos da Administração Regional de Saúde especificamente. Há muito mais oferta e os jovens também sabem disso. Os jovens se tiverem algum problema vão para o hospital e depois são encaminhados. Também há muito mais oferta em termos de curso ou formação, os PIEFS cresceram imenso, a altura em que eu trabalhava, se um miúdo não tivesse o quarto ano, ou não soubesse ler e escrever tinha que ir para a alfabetização e hoje em dia já não é assim.”</i></p>

	<p><i>“Eu acho que já se fez muito, pelo menos já tenho alguns anos de trabalho e acho que em termos de políticas, não só da criança de rua, mas da criança em geral, acho que já se fez muita coisa e o facto de haver tantas comissões, tanta gente preocupada com esta fase da vida, mas não é o suficiente. Acho que andamos a experimentar o que é que resulta, ainda há muitos erros... Eu acho que não conheço todas as medidas, não sei... acho que excessiva não é, porque se não, não tínhamos obstáculos como os tribunais, não terem actuação imediata em determinadas situações que já são muitas, muitas mesmo. Coisas dessas não aconteciam se fossem suficientes ou vistas atempadamente. Eu sou um bocado... em relação à delinquência, devia de haver medidas mais rígidas, mais rígidas no sentido de, e vamos ter sempre ao mesmo, acontece, sabe que acontece porque... um jovem ou quem quer que seja, quando comete alguma infracção sabe que a está a cometer, portanto, o que se passa aqui extrapola-se muito para a impunidade... se as leis as medidas fossem mais incisivas “fez e aconteceu” se calhar não tínhamos tantos miúdos institucionalizados, não havia tantos jovens assim.”</i></p>
E.3	<p><i>“Ela precisa muito de acompanhamento e o grande se não de tudo isto, e é muito sentido pelos técnicos que trabalham no CAT, que estas respostas foram criadas com muito boa vontade e achando que eram muito boa resposta mas depois acabam por não impedir que os jovens se coloquem a si próprios em risco uma vez que são centros que estão abertos, são demasiado abertos. A lei foi separada para proteger as vítimas daqueles que são os provocadores, que efectivamente são aqueles que já estão noutra conduta, mas o que é certo é que neste momento ao quererem colocar a própria comunidade envolvente para educar estas crianças e a tornarem este centro uma porta aberta, acabam por deixar uma quantidade de jovens a se exporem a si próprios a vários riscos e quanto a mim é um exemplo fiel deste tipo de situações.”</i></p> <p><i>“Em termos da legislação dos menores que veio sofrendo algumas alterações ao longo dos anos, alterações que foram sendo implementadas, acho que foi sempre no sentido da melhoria, de uma maior eficácia em termos da sua concretização. Eu estive numa Comissão de Protecção logo quando elas foram criadas aqui em Lisboa, portanto já havia as Comissões de Protecção de Menores, algumas por diferentes pontos do país e quando houve a divisão da lei e foram criadas as comissões de protecção de crianças e jovens, eu senti que havia ai um... achei que havia efectivamente um... uma evolução. Depois o que acontece é que há uma outra questão que eu acho que precisam, mas para isso é preciso também que a lei fosse implementada, depois só a prática, o trabalhar com as situações e o depararmo-nos com algumas lacunas é que depois nos permite dizer que há outro aspecto que precisava de ser melhorado. E a questão, por exemplo</i></p>

dos Centros de Acolhimento, para mim é mais do que evidente, portanto, as crianças não podemos se calhar só na criança vítima, na criança abusadora, se calhar também naquilo que é criança vítima perceber que tipo de acompanhamento efectivo é que precisa e se o CAT, CAD funcione com a porta aberta será a resposta ideal para que não aconteça aquilo que tem vindo a acontecer. E mesmo no caso das crianças abusadoras, digamos assim, o que é que ainda podemos fazer de modo também a que podemos proteger de outras situações que iram encontrar quando colocadas em determinado local, ou quando lhe são implicadas determinadas medidas. Embora eu penso que já a esse nível... às vezes simultaneamente haver uma medida de promoção e protecção uma lei educativa portanto vai se tentando... mas acho que houve uma melhoria, mas para isto não pode ser só um sentir dos técnicos do IAC, que também não sei se é o sentir de todos os que lidam com estas situações, isto deveria ser, e penso que ultimamente temos falado com as redes e acabamos por em reuniões falar muito sobre estas questões, ultimamente tem se focalizado muito nesta questão. Porque as fugas têm sido muitas, não são fugas ocasionais, são constantemente e isso também é um desgaste muito grande para quem trabalha no Centro, não consegue fazer um trabalho consistente com o jovem, e por vezes põem se também em causa em termos da sua competência, no seu trabalho. Pessoalmente eu achava, e já tivemos oportunidade de falar com a nossa jurista sobre esta questão seria importante que um conjunto de instituições se sentassem à mesa e que pudessem expor no papel todas estas inquietudes e levar junto de quem de direito pode eventualmente ainda fazer alguma coisa a este nível. Por vezes acontece em determinadas situações que nós alertamos e as vezes ao nível da comissão nacional de protecção de crianças e jovens o facto de acontecerem determinadas situações que depois não estão contempladas na lei. Eu lembro-me à uns anos atrás quando vieram cá um grupo de musica muito conhecido, que agora não me recordo o nome mas que os jovens completamente loucos, que o vocalista parece uma menina, é um grupo... Sei que eles são muito novinhos e que houve meninas a dormirem a porta do pavilhão Atlântico durante noites portanto, com o consentimento dos pais... Quer dizer, as crianças se faltam os pais são chamados à escola, ou se não forem almoçar ao refeitório e marcaram refeição. Os pais são chamados por isto e por aquilo, e então não se chamam o pai quando deixam uma filha de 12, 13 anos dormir ao relento não sei quantas noites. Depois é assim, a polícia fez a utilidade de fazer vigílias porque não tinha como manda-los dali para fora, nós próprios fizemos giros naqueles locais na altura. Eu acho que foi algo que até foi noticiado porque isto também é uma negligência e portanto há coisas... As vezes somos muito conservadores, muito moralistas em determinados aspectos e acabamos por esquecer outras questões que também põem em

	<p><i>risco a vida das crianças.”</i></p> <p><i>“Eu acho que é assim, pelo menos procuram cumprir, agora por exemplo, se pensarmos numa CPCJ que recebe centenas de processos por semana, isso não têm recursos, há muitas situações que não têm logo digamos que... o andamento no momento em que isso deveria acontecer. Embora, é evidente que os colegas, tudo o que é situação urgente passa à frente, mas se nós pensamos que deveria haver recursos, os recursos serem mais rentabilizados para que situações que envolvam crianças e jovens em situação de risco não fiquem adiadas sem data para serem avaliados, porque às vezes há coisas que não nos parecem, pelo menos eu tenho muito essa noção que por vezes havia situações que nos chegavam à Comissão, que acaba por não ser uma trabalho muito diferente daquele que nós fazemos na fuga, mas situações que chegavam à Comissão e é aquilo que acontece as situações que chegam ao Projecto Rua, e parece um mal menor e depois quando se vai fazer um diagnostico percebe-se que há muita coisa ali que é necessário trabalhar e que é necessário investir, porque se não aquilo que nos parece um mal menor, poderá despoletar num mal enorme.”</i></p>
E.4	<p><i>“Numa primeira etapa nós tivemos a necessidade de criar uma residência de transição para um espaço muito curto, ate encontrarmos uma resposta alternativa, que não era fácil. Hoje em dia é muito mais fácil, a sociedade portuguesa evoluiu muito, enquanto intervenção social e criou estruturas, Centros de Acolhimento Temporário, já há muito mais respostas. Não há vagas suficientes mas já há um leque muito mais variado e nós deixámos de ter a nossa residência de transição e fomos fazendo este trabalho em regime aberto, que nos fazemos a colocação directa nas instituições e nas respostas que existem.”</i></p> <p><i>“Especificamente para as crianças de rua houve uma altura que nós considerávamos que era insuficiente, havia globais para a infância, mas nem todas as globais da criança se adequavam aos miúdos como eu já dei o exemplo das medidas estabelecidas na área da educação mesmo assim nem servem para todos. O que eu acho é que podiam ser um pouco mais flexíveis no entanto agora há um esforço para que as coisa mudem para um lado positivo, com uma maior ligação e dinâmica e complementaridade tem facilitado na abertura de instrumentos e medidas. Há uma atenção tanto da UE como de Portugal principalmente com o PNAI e com a introdução do PNAI que há lá especificidades na área das crianças em risco, em perigo e de rua. A evolução que a legislação teve quando dividiu em 1999, se não me engano, a lei de protecção das crianças e a lei para as crianças infractoras e a perspectiva de protecção essa visão também foi muito boa e neste momento eu penso que tem havido uma evolução política, não vale a pena estar</i></p>

	<p><i>sempre a dizer que não há, podiam ser mais adequadas, mas cirúrgicas, mais específicas e mais flexíveis acima de tudo. No entanto, mesmo estando escritas, mesmo existindo eu acho que a maior preocupação e o fosso que há é na aplicação das próprias medidas por causa dos meios, das barreiras, são pessoas que as executam, fazem interpretações variadas, e depois os instrumentos até podem estar perfeitos, até podem existir e não são utilizados na potencialidade que eles têm. E aí continua a ter problemas.</i></p> <p><i>”Há uma tentativa mas não está a ser aplicada na sua potencialidade e na sua amplitude de possibilidades de implementação.”</i></p>
--	---

3. Intervenção Social e Serviço Social

Quadro 6.1. Princípios Orientadores da Intervenção na área das crianças em situação de rua

E.1	<p><i>“Vê a sociedade como um sistema em que existem vários elementos que são as instituições, as famílias, a comunidade e a sociedade civil.”.</i></p> <p><i>“É importante ver a criança como actor num processo muito complexo, que envolve a família, a escola, o centro de saúde, a junta de freguesia, o centro comunitário porque de facto o problema tem de ser atacado por varias perspectivas”</i></p> <p><i>“Nós procuramos responsabilizar os jovens mas também responsabilizar a família”</i></p> <p><i>“Quando vamos a escolas, falamos com os jovens, ou quando andamos na rua, quando nos temos de nos apresentar, fazemos também uma apresentação dos nossos serviços, divulgamos o nosso número da Criança Desaparecida ou o número da criança que se encontra em situação de risco.”</i></p> <p><i>“Seria desejável que todas as crianças tivessem acesso a essa informação e nos pudessem contactar quando sentissem necessidade.”</i></p> <p><i>“O projecto Rua tem promovido, ao longo destes anos, momentos de encontro, de partilha, de reflexão, de formação em múltiplas áreas que tocam a nossa intervenção, sejam elas ao nível da prevenção e nesse aspecto destacamos as formações que nós muitas vezes temos com o IDT (Instituto das Drogas e Toxicodpendência) temos formações ao nível do planeamento familiar, ao nível da resolução de conflitos, ainda ao nível do trabalho das Comissões de Protecção de Crianças de Jovens, participamos também em muitos seminários, encontros, em que são debatidas questões como os maus</i></p>
------------	---

tratos, a sexualidade, o abuso sexual. No fundo toda a panóplia de riscos que eventualmente possam colocar as nossas crianças, de forma a termos um conhecimento mais vasto que permita também elaborar diagnósticos mais reais, mais fidedignos e possamos dar uma resposta mais eficaz aos problemas que enfrentamos diariamente.”

“O nosso trabalho não se limita a resolver situações que são sinalizadas, nós também temos uma atitude pró-activa, preventiva.”

“O projecto de Rua é composto por várias equipas que trabalham de forma articulada de forma a prevenir comportamentos disruptivos, problemas que as crianças possam apresentar, mas também trabalha ao nível, não só da prevenção, mas ao nível da resolução do problema que já se verificou. Portanto, actua a dois níveis.”

“A nossa equipa é composta por um assistente social, uma educadora social, por animadores sociais que procuram criar uma relação de alguma empatia e alguma confiança e isso depende muito da informalidade com que nós nos apresentamos às crianças. Nós normalmente dizemos que não somos do tribunal, nem da polícia, somos pessoas que estamos dispostas a ouvi-las e a respeitar a sua posição. Isto é na fase inicial, é a fase da abordagem, mas depois desenvolvemos algumas estratégias para consolidar esta relação que passa muitas vezes por actividades lúdico-pedagógicas em que nós de uma forma bastante informal, conseguimos construir um diagnóstico mais real, mais fidedigno, porque a criança com o à-vontade que nós lhe oferecemos na relação, acaba por libertar sinais que podem ser muito úteis á intervenção futura. Estas actividades lúdico-pedagógicas essa fase inicial servem para este propósito: o estabelecimento de uma relação; mas num momento posterior, podem ser simplesmente ser o de desenvolver algumas competências pessoais e sociais.”

“Essa intervenção vai depender muito da idade do próprio jovem e do contexto em que esse jovem se encontra porque se à 10 aos 15 aos era fácil estabelecer a relação com uma criança que se encontrava na rua, por essa criança ser extremamente carente a todos os níveis, afectivos, mas também materiais, um peão ou berlindes ou uma bola era suficiente para contenta-la. Hoje em dia essa abordagem está dificultada porque as crianças cada vez mais cedo, ou independentemente da classe acabam por ter acesso a uma serie de divertimentos muitas vezes muito sofisticados. Os nossos miúdos apesar de muitas vezes estarem na rua, são miúdos que conhecem a Playstation, a PSP, que conhecem uma serie de outro tipo de divertimentos caros, mas que para eles acabam por ser de fácil acesso. Hoje em dia depende muito da idade do jovem porque é diferente falar com um jovem de 16 aos que está a fumar Haxixe e um jovem de 8 aos

	<p><i>que anda na rua sem fazer nada, ou a brincar com uma bola. É diferente. Com uma criança é possível dar uns toques numa bola, é possível jogar playstation, é possível abrir a carrinha e mostrar alguns jogos que a carrinha tem, com um jovem de 16 aos é diferente. Depende muito da idade, do contexto, porque muitas vezes há jovens que não estão dispostos ou não estão receptivos à nossa abordagem quando estão em grupos grandes, ou quando estão numa situação de consumo. Portanto não é com actividades lúdico-pedagógicas que nós os conseguimos convencer. Provavelmente até os afastamos, mas se nós criarmos algum tipo de conversa algum tipo de ligação, é possível num momento posterior falar com eles, num outro contexto. Há situações, nomeadamente em questões de prostituição, se os jovens estão a ser controlados por um proxeneta é difícil fazer a abordagem. Depende muito do contexto e da idade.”</i></p> <p><i>“Portanto, nós fazemos a nossa intervenção na cidade de Lisboa, estamos presentes naquelas zonas mais associadas a problemáticas específicas, como prostituição, mendicidade, criminalidade, estamos em zonas sensíveis da cidade de Lisboa, andamos a pé ou com o auxílio da nossa carrinha e estamos nesses locais a tentar identificar quais são as zonas de risco, saber se estão lá jovens ou não, de forma a podermos dar uma resposta no local onde os problemas muitas vezes se manifestam.”</i></p> <p><i>“Portanto, estamos nesses sítios, estamos em zonas de diversão nocturna porque entendemos que é uma zona de risco, porque é uma zona de grande concentração de jovens, alguns menores de 16 anos que consomem álcool, drogas.”</i></p>
E.2	<p><i>“o estar com a criança, estar na rua, ir ao encontro de, basicamente isto é o pilar da nossa intervenção”</i></p> <p><i>“se a criança foge nos temos e devemos saber e pelas zonas onde andamos estar mais alerta em relação aquele caso”</i></p> <p><i>“os miúdos estavam ali, era preciso trabalhar com eles. Depois, seguido disso, houve a necessidade de se ir para os bairros de proveniência destes jovens, para prevenir futuras crianças de rua. Portanto, em termos de projecto, tem-se trabalhado ate hoje nesse sentido.”</i></p> <p><i>“Quando vimos algum jovem que nos pareça assim do nosso grupo alvo abordamos, tentamos meter conversa, perceber de onde é que vem, quantos anos tem, o que é que está ali a fazer sozinho”</i></p> <p><i>“O que eu uso normalmente é, como eu não percebo nada de jogos mesmo, pergunto sempre “ que jogo é que é este? Mas tu jogas bem!”, meter assim um bocado de</i></p>

	<p><i>conversa e o miúdo assim vai falando. Depois disto: “ah, mas tu vens aqui todos os dias?” e ele diz que sim ou diz que não, “pois é que eu já te vi aqui, mas tu não andas na escola?”. Já houve situações em que nós telefonamos para a escola, os miúdos estavam a jogar e aquilo eram horas de se estar na escola, e nós perguntámos de que escola é que eram e eles disseram-nos que tinha havido uma fuga qualquer de água, ou tinha sido cortada a água, e portanto não podiam ir para a escola. E nós telefonámos para a escola a confirmar. Depois, “vão para casa cedo” aquelas parvoíces, conversas, conselhos assim básicos.”</i></p> <p><i>“É muito mais fácil do que sei lá, ver um miúdo qualquer na rua, temos que ver que miúdos é que são”</i></p> <p><i>“Estes são aqueles miúdos que nós abordamos, que se consegue alguma coisa, mas há aqueles que nós, por exemplo, já me aconteceu falar com as romenas, aquelas pessoas que andam a mendigar e trazem os bebes ao colo e isso é muito complicado porque quando nós começamos a fazer muitas perguntas, é logo “não falo português, não percebo nada!” e aí já tem de haver um outro tipo de intervenção.”</i></p>
E.3	<p><i>“Nós sabemos que os problemas existem, não podemos estar sentados atrás de um gabinete e esperar que o utente se socorra de nós dos nossos serviços, vamos nós ao encontro”</i></p> <p><i>“Não que seja essa a definição de Giro, mas o Giro para nós é ir ao encontro.”</i></p> <p><i>“Desde sempre a nossa abordagem (...) é muito ir ao encontro e porquê? Porque á vinte anos e hoje nalgumas famílias nós continuamos a sentir que o mesmo se passa, as pessoas não recorriam aos serviços, para pedir ajuda. À vinte anos seria muito por falta de conhecimento, hoje em dia, poderá haver algum desconhecimento, mas há também muita vergonha também para recorrer e aquilo que o projecto de rua veio revolucionar, em termos da intervenção social (...) foi o facto de nós irmos ao encontro”.</i></p> <p><i>“A nossa abordagem é acima de tudo, nunca ir pelo problema que nos chegou, mas sim procurar conhecer o jovem pelo que é, pelo que gosta de fazer, e as mais-valias que ele tem, as competências que ele tem. Não é que se esqueça o que se passou de mal, mas isso para nós não pode ser o importante”</i></p> <p><i>“A nossa filosofia é muito o respeitar, digamos assim, o grupo alvo.”</i></p> <p><i>“Antes de técnicos nós somos pessoas, e portanto procuramos que seja uma abordagem muito humanista, embora baseada naquilo que é verdade. Sem querermos ser falsos,</i></p>

nem moralistas, de maneira nenhuma, mas colocando o dedo na ferida, se for necessário. E no fundo trabalhar com a criança, com o jovem, com as suas famílias, muito no sentido de eles têm direitos, sim senhora, mas todos nós para os sabermos valer dos nossos direitos, temos de ter as nossas obrigações para com a sociedade e devemos contribuir, é quase como uma moeda de troca, salve seja, e portanto, para eles terem a opção, têm que trabalhar connosco”.

“Portanto, nós não vamos lá para arranjar subsidio, para arranjar emprego, nós vamos trabalhar com eles, ver quais são as necessidades, aquelas mais prementes no início, e depois ajuda-los, no fundo, capacitá-los, acima de tudo.”

“É uma intervenção muito centrada na criança como ponto principal, como sendo ela o nosso interesse superior, a defesa e protecção dos seus direitos, mas depois, nunca descorando a importância que tem a família e a comunidade que a envolve, se aquilo que nós pretendemos é a sua integração na sociedade, como um todo.”

“É preciso ajudar a família a ultrapassar, porque às vezes não é porque a família não tem capacidades, mas ainda não desenvolveu algumas competências, que por vários motivos estão de tal maneira desanimados, seja com o que for, que perdem a esperança ou então colocam o papel de educação só na escola e a escola é que tem de educar os filhos e acabam por falhar no seu papel de pais. É isso o nosso trabalho também, é muito trabalhar ao nível das competências parentais.”

“É muito importante capacitar as famílias para o exercício da sua função, até porque enquanto família, enquanto base para o desenvolvimento da criança.”

“Uma aposta na transferibilidade de metodologias e nas práticas, portanto, dar a conhecer ao exterior quem era, quem somos, como fazíamos e o que fazemos, mas também o sentido de ir buscar aos outros, esta partilha, uma aposta muito grande na partilha de conhecimentos, o intercâmbio de técnicos e de grupo alvo. Também tinha a parte da formação do projecto de rua, portanto, promover a formação para os outros, mas ao mesmo tempo o dar acesso aos da casa, digamos assim, em participarem em acções de formação ou seminários, conferências, tudo ligado a este ramo.”

“Nós temos feito algumas sessões, mais com os jovens, e estamos agora, digamos que, a procurar apostar num trabalho com os próprios pais, com as próprias famílias,”

“Apostando não só na passagem de informação mas também na partilha, juntar alguns pais que vivenciaram problemas muito semelhantes para que possam partilhar. No

fundo, aprenderem alguma coisa que os ajude a modificar o seu comportamento”

" Muito numa linha de trabalhar com os jovens sobre questões do seu próprio interesse sobre as quais, às vezes, eles têm uma informação muito deturpada, nomeadamente os consumos, a sexualidade, acham-se muito, muito informados, mas depois..."

“Todas as acções que nós fazemos, têm sempre uma finalidade, um objectivo por de trás no sentido de os alertar para os riscos, de lhes passar informação, de por vezes fazer reflectir sobre determinados comportamentos, trabalhar muito a questão da assertividade, da comunicação, da importância do respeito por si próprio e pelo outro”

“Isto também é um papel que nós fazemos junto da sociedade civil, portanto o estar alerta. Deixar de pensar que aquela situação só afecta aquelas pessoas não me vou meter, quando às vezes há situações em que nós próprios temos um papel importante e temos de ter um papel activo, seja denunciar, sinalizar.”

“Se encontramos um jovem, normalmente são rapazes, no Parque Eduardo VII à meia-noite ali a passear pela Av. Cardeal Cerejeira... nós à partida, e se ele nos parece bastante novo, á partida não vamos achar que ele anda a passear, a passar o seu tempo livre, a aproveitar o ar da noite ou a passear o cão. Nós percebemos que é um jovem que possivelmente está aqui na prostituição e a nossa abordagem é, se tivermos oportunidade de fazer uma abordagem, é muito light, digamos assim.”

“A carrinha identifica-nos e quando a carrinha pára, seja quem for percebe, não é um cliente, é um instituto, está perfeitamente identificado, e aí a nossa abordagem é muito “olá, boa noite, então está tudo bem? Está frio!” sei lá, coisas banais e às vezes perguntamos “então, estas sozinho?”, se nós achamos que podemos eventualmente trata-lo por tu. Às vezes até o preservativo, nós por sistema não andamos a distribuir preservativos, como é natural, mas apercebemo-nos, desde muito cedo, que estas áreas da prostituição, por vezes trazermos preservativos connosco e podermos dar, pode ser uma forma de captarmos também e de conseguir estar a fala com aquele jovem mais tempo do que de outra forma conseguiríamos porque ele está à espera dos clientes, às vezes têm clientes com hora marcada e portanto a nossa abordagem é muito uma conversa banal até para o conhecermos e normalmente, mesmo que nós achemos que o jovem se calhar até é menor, avaliado pelo aspecto, mas é sempre uma incógnita, perguntamos “sabes se há crianças por aqui, sabes as notícias que se vêem por aí, da pedofilia, os problemas que surgem...?” Portanto, a abordagem é um bocadinho... parece que falamos de tudo e não falamos de coisa nenhuma, e normalmente a primeira vez dizemos “olha, se nos voltares a encontrar não tenhas medo, não fujas” porque nós

	<p><i>temos situações em que o jovem foge mesmo de nós. Havia um determinado caso de um jovem em particular em que quando eu deparei no Giro em que sempre que eu me aproximava eu via que ele se escondia atrás de um carro, baixava-se mesmo. E aquilo estava me a fazer imensa confusão, e um colega meu disse me “este jovem ate já é maior, nós já o conhecemos e ele tem vergonha, possivelmente sentiu que nós queríamos ajudá-lo, e ele não quis sair, e agora tem vergonha. Portanto sempre que nós aparecemos ele esconde-se, é sempre”. Tanto que depois deixámos de estar ali sempre em cima daquela zona, porque sentimos que estava a ser muito constrangedor para aquele jovem. Se for uma outra situação, situações de mendicidade, normalmente é a criança que vem ter connosco, vem pedir, então nós procuramos de uma maneira muito leve perceber “então estas sozinha? mas já comeste? Porque é que estás a pedir? Foi a tua mãe?”. Depende se houver adulto por trás, o adulto aparece logo, se a criança está sozinha permite-nos ir tendo alguma informação com cuidado “sabes que não podes, não deves fazer, estás a colocar-te em risco...”, procurar saber onde a criança mora... Em termos de diagnostico depende da circunstancia em que as coisas acontecem.”</i></p> <p><i>“A carrinha tem alguns audiovisuais, e depois para além disso, quando ela se abre pode até servir para fazer desenhos, tem muito material. Depois também depende dos animadores que lá estejam que têm as suas próprias competências, como o malabarismo. Mas em termos de giro nocturno, nós não fazemos isso.”</i></p>
<p>E.4</p>	<p><i>“O facto deste tipo de intervenção, não esperar no gabinete que as crianças venham apresentar as situações, tem uma estrutura de intervenção em que nós é que vamos ao encontro do problema, nós é que vamos à procura das crianças com uma equipa de rua, fazemos um trabalho volante.”</i></p> <p><i>“Confiança, na relação, nos laços”</i></p> <p><i>“É quase um namoro pedagógico, numa primeira etapa, agora é arriscado dizer com esta história toda da pedofilia, mas essa é que é verdade, conquistar a confiança das crianças”.</i></p> <p><i>“Vincula as crianças num compromisso de alteração do seu próprio projecto de vida e a sua escolha”</i></p> <p><i>“Não a brincadeira pela brincadeira, o lúdico pelo lúdico, mas como uma metodologia de treino, uma metodologia pedagógica para a inserção destes miúdos”</i></p> <p><i>“Grande aposta na educação informal e educação em regime aberto lá no local onde</i></p>

elas se encontram”

“Pensar global, é um dos nossos lemas metodológicos que é “agir local e pensar global” e realmente continua a fazer sentido até hoje, temos de ir fazendo algo, mas sempre numa perspectiva de um enquadramento mais global de pressão e quase lobby de alteração de medidas e de políticas para a relação das intervenções e não é só a intervenção directa

“O Projecto de rua para manter a equipa saudável e capaz de aguentar aposta muito num tipo de estrutura de formação interna, em que nós promovemos a auto-formação, partilha entre os elementos, formação externa em que nós vamos a encontros, seminários, consoante a especificidade dos saberes e estar sempre a renovar praticas e também somos promotores das próprias acções que também é bom, pesquisamos, informamo-nos e organizamos.”

“A família é sempre mais complicada mas desde o início do projecto de rua nós tentamos encara-los, ou promover a participação das famílias no sentido de ser um parceiro activo do projecto de rua, porque nós, até temos uma visão paradoxal, porque se por um lado estas crianças fogem da família de origem, por outro lado a grande aposta do Projecto de Rua é a inserção familiar destas crianças numa primeira etapa pode parecer estranho, mas não é, porque não so as crianças desejam isso e nos verbalizam, mas “se a minha mãe não se prostituir; mas se o meu padrasto não me bater tanto; mas se eu não for violentado pelo meu primo; mas se eu não viver numa barraca, ok.” Então o que é que nós pensamos? Se nós conseguirmos implementar alguma intervenção directa nas famílias, ir às causas dos problemas das crianças, ir às causas das fugas, nós podemos minorar um pouco os “mas” e fazer com que as crianças se sintam minimamente integradas na sua própria família. Sai muito mais barato à sociedade, vai muito mais ao encontro do projecto de vida da criança”

“Em última instancia se não conseguirmos a reinserção familiar por motivos limite, nós temos sempre alternativa do internamento destas crianças”

“O trabalho com as famílias é muito na linha do treino de competências também. nós não damos subsídios, nós não damos dinheiro, não damos comida propriamente mas damos-lhes os meios para que elas consigam movimentar-se em torno dos seus direitos e deveres, trabalhamos a autonomia das famílias, trabalhamos para tentar contrariar aquele estado de dependência latente que nós encontramos em algumas das famílias e trabalhamos muito em torno da demonstração da utilidade dos serviços que já existem, não vale a pena duplicar serviços que já existem, para que elas consigam utilizar de

	<p><i>forma não viciada, não sobreposta e de forma clara e transparente e poderem realmente usufruir os directos que têm, no âmbito das respostas existentes.”</i></p> <p><i>“Nós temos um papel de treino mesmo e capacitação das famílias para o seu papel parental, na relação directa com os filhos, na resolução de problemas concretos deles, na área do emprego e da formação na óptica dos encaminhamentos”</i></p> <p><i>“Usamos sempre a mesma metodologia que usamos para os miúdos e isso ajuda muito, e aderem com muita facilidade, desde o brincar, desde o lúdico, as visitas socioeducativas para alargar os horizontes, leque de experiencias positivas, acções de formação específicas, acções de sensibilização e tampem a participação activa, pomos as famílias a agir directamente nos nossos planos, é um papel activo nas nossas intervenções.”</i></p> <p><i>“Confesso, mudar crianças é mais simples do que mudar famílias, algumas têm uma patologia muito enraizada”</i></p> <p><i>“Não vale a pena jogar com o IAC para receber um subsídio, ir à Segurança social e contar a mesma história porque percebem que rapidamente que o trabalho e consertado, os dados são todos interligado.”</i></p>
--	--

Quadro 6.1.1. Trabalho em rede e parceria

E.1	<p><i>“Para atacar o problema de uma forma consistente, de uma forma realista e eficaz, temos de sentar à mesa todos os intervenientes que tomam parte da vida destas crianças, de forma a que a criança e a família possam ser apoiadas na resolução do seu problema. Como nós só temos uma visão, o centro de saúde tem outra, a parte da habitação terá outra, sejam as casas da Câmara ou não, a parte da saúde, formação profissional, das escolas, portanto, só de uma forma articulada é que nós podemos, com as várias visões, saberes e com a participação da família do jovem, nós podemos dar resposta efectiva ao problema que os jovens apresentam.”</i></p> <p><i>“A nossa equipa está centrada em crianças que se movimentam, que moram no Distrito de Lisboa, embora aqueles que morem fora, nós articulamos com parceiros locais.”</i></p> <p><i>“É impensável trabalhar isoladamente”</i></p> <p><i>“Ou seja, não estamos isolados, não somos uma ilha, e portanto se queremos trabalhar de uma forma que produza bons resultados, temos de trabalhar em rede, com os parceiros, de uma forma multidisciplinar porque os problemas sociais são de tal forma</i></p>
------------	---

	<p><i>complexos que não nos podemos limitar a uma só visão.</i></p> <p><i>“Nós temos um procedimento que é comum, intervimos em sintonia, e isso tem a ver com o nosso objectivo, com a nossa metodologia, mas cada um empresta á intervenção a sua visão, os seus saberes, o seu conhecimento e isso é proporcionado pela formação que cada um de nós recebeu antes de começar a trabalhar e com as experiencias de trabalho e de vida que nós fomos absorvendo ao longo dos anos.”</i></p> <p><i>“Muitas vezes nós recorremos à polícia para pedir essa identificação, quando há suspeitas que essa criança ou esse jovem possa estar a ser alvo de algum tipo de exploração. Muitas vezes quando encontramos jovens em centros comerciais, dizem-nos “eu chamo-me Márcio, ando na Escola Marquesa de Alorna”, o que nós fazemos muitas vezes é: nós estamos cá, um de nós está neste espaço, e os nossos colegas pedem-nos: “olha, verifica lá se este miúdo que anda no 9ºA se está a ter aulas ou não”. Portanto, muitas vezes nós próprios procuramos confirmar isso através da ligação com as escolas. Muitas vezes passa por este trabalho também de bastidor, de tentar apurar se de facto as informações que os jovens nos trazem, se são fidedignas ou não.”</i></p>
E.2	<p><i>“Nós não podemos ser mais uns, não vamos fazer a diferença. Já há uma intervenção delineada não nos podemos sobrepor ao que existe, temos de respeitar esse espaço. Portanto, nesse sentido será mais um, não digo supervisão, mas é ir vendo o que vai acontecendo.”</i></p> <p><i>“Nós temos uma serie de pessoas adultas, adultos jovens que ás vezes ate nos referenciavam miúdos que eram mais pequenos e diziam: “olha hei-de te trazer não sei quem que é um miúdo pequenino, ele se calhar precisa de ajuda. Miúdo pequenino, estamos a falar de 12, 13 anos. E vocês têm que fazer alguma coisa, esta vida para ele não dá.” As próprias pessoas da rua nos sinalizavam e vinham muitos miúdos ter connosco assim.”</i></p> <p><i>“Um nosso conhecido era um senhor que vendida castanhas e pronto vai se perguntando. Ontem nós fomos fazer Giro e comecei a conversar com uma senhora de um Quiosque, pronto, normalmente andamos e depois à determinadas pessoas ou policias que perguntamos como é que é a situação, se vêem muitos menores se não. Com as carrinhas que distribuem comida metemos conversa.”</i></p> <p><i>“Mas numa primeira abordagem não se sabe a historia toda, ate porque pode acontecer, na situação em que se encontra um miúdo uma vez e acabou, sabemos o</i></p>

	<p><i>nome e ele pode estar a mentir, sabemos a idade e pode estar inflacionado e por vezes é difícil. Quando conseguimos mais do que um encontro, é muito raro”</i></p> <p><i>“Da história que os miúdos nos contam depois é confirmado pelas instituições ou pela própria família. Mas com as crianças que abordamos na rua é muito difícil”</i></p> <p><i>“Podemos sempre propor outras coisas, é muito fácil para nós. Os nossos parceiros, alguma actividade que queiramos fazer por vezes não pagamos nada ou temos um preço reduzido. Por exemplo, fomos umas vezes ao Jardim Zoológico, porque havia miúdos que nunca tinham ido ao Jardim Zoológico, isto é muito bom para estarmos com eles durante um dia, para estabelecermos a relação. Lembro-me que fomos ao cinema com uma miúda que tinha 13 anos e que nunca na vida tinha ido ao cinema houve a possibilidade de ir porque havia um preço reduzido para nós. Fomos a algumas exposições, algumas actividades mais radicais e portanto, não são recursos nossos mas são recursos que podemos recorrer.”</i></p>
E.3	<p><i>”Nós sempre tivemos uma ligação muito próxima com redes, não só a nível nacional, mas também internacional. E o facto de nós estarmos em constante conexão permitia-nos depois poder também trazer e devolver aos nossos parceiros informações que são muito pertinentes em termos da intervenção social.”</i></p> <p><i>“A instituição sozinha, por si não consegue valer porque o grupo alvo com que trabalhamos vive situações multi-problemáticas. É preciso atacar em diferentes frentes e portanto as parcerias são indispensáveis a vários níveis, não só pelos recursos, que não temos muitos, pela troca de informação. ”</i></p> <p><i>“Nunca percebi se aquilo é uma anedota, mas eu penso que aquilo chegou a ser real, da família que já estava tão cansada dos serviços que lhe iam bater à porta que houve um dia em que pôs um papel à porta a dizer “à segunda-feira recebo a segurança social, à terça a escola, à quarta...” e um dia da semana “por favor é o dia de descanso” e portanto, as parcerias têm sentido se houver mesmo um trabalho em articulação. Não é dizer, “muito bem somos parceiros”, mas depois andarmos todos a fazer a mesma coisa, não comunicarmos, isso assim não vale a pena.”</i></p> <p><i>”As parcerias são... fundamentais”</i></p> <p><i>“Nós fazemos parte de diferentes CPCJ na cidade de Lisboa”</i></p> <p><i>“Uma rede de parcerias a nível nacional, portanto de Norte a Sul do País, inclusivamente ilhas, e que tinha como objectivo a partilha de informação, a partilha de</i></p>

	<p><i>experiências, boas praticas, a promoção de intercâmbios entre os técnicos para irem a outras instituições e observarem presencialmente que metodologias os seus parceiros utilizavam face à mesma problemática com que eles também lidavam, uma perspectiva de troca, a partilha de informação sobre linhas de financiamento...”</i></p> <p><i>“os próprios parceiros que conhecendo o nosso trabalho e sabendo a nossa área geográfica de intervenção, também encaminham, digamos assim.”</i></p>
E.4	<p><i>“Encararmos esta problemática não como o IAC a dar uma resposta concreta, mas o facto de conseguirmos ser motor, mediadores para pôr todas as áreas em diálogo umas com as outras, ao serviço desta problemática das crianças de rua.”</i></p> <p><i>“É uma metodologia de intervenção social que nós testamos, criamos, cultivamos, somos um bocado o motor e que é perfeitamente transferível para outras instituições a nível nacional. Nós temos também promovido isso que é a intervenção de modelo integrado, ou seja, temos um projecto único, comum para todas as instituições locais, o denominador comum são as crianças em fuga, em risco e as suas famílias e depois o IAC é no fundo a entidade mediadora, o motor daquela intervenção mas não faz nada sozinho. Temos um conjunto de parceiros, com cerca de 17 instituições descritas, governamentais e não governamentais, tudo em prol daquela intervenção”.</i></p> <p><i>“Apostamos muito nos parceiros quer na área da formação dos técnicos, quer na área da discussão”</i></p> <p><i>“Motor da nossa equipa para criar respostas locais e o que dá um outro suporte de retaguarda, estruturas de retaguarda para que este perigo, este risco destas crianças seja colmatado pelas instituições locais.”</i></p> <p><i>“Vemos em conjunto com os parceiros as suas medidas alternativas.”</i></p> <p><i>“Que a maioria das nossas acções é a complementaridade para não haver desgaste e sobreposição. Algumas das famílias já ironizam e por isso é que nós criamos o modelo integrado, em que há 4ª é o IAC, à 5ª é a Santa Casa, à 6ª é as senhoras da Câmara, já não conseguem mais e isto tem de ser contrariado é um esforço que as intervenções sociais têm que ter por respeito á dignidade daquelas famílias. Nós também não gostávamos que fossemos alvo da devassa da intervenção dos técnicos independentemente da situação que agente tem.”</i></p> <p><i>“Diminuir também o absentismo, depois todo este trabalho em parceria com os GAFES que também se apoiam no IAC, o PETI, os PIEFS, nada é isolado, tudo numa</i></p>

	<p><i>perspectiva de parceria.”</i></p> <p><i>“Há uma estrutura de dinamização regional, há uma entidade líder regional, um pólo dinamizador, que faz connosco a dinâmica nacional, nós somos os mediadores nacionais”.</i></p> <p><i>“Imaginemos que eu receba aqui em Lisboa, através da nossa linha uma sinalização de uma fuga de uma criança do Porto, eu não vou com a minha equipa para o Porto, não faz sentido, não tenho meios. Acciono o alerta à instituição que se compromete, temos interlocutores definidos, e eles fazem um trabalho localmente de complementaridade de dados. Imaginemos que aquela família precisa de apoio psicológico, acompanhamento social, intervenção directa de colocação directa as crianças a vários níveis, todo o tipo de intervenção que possa imaginar, quem faz são eles, nós damos o suporte, fazemos uma coo relação de dados para não haver sobreposição e assim conseguimos garantir minimamente uma intervenção na área das fugas e do desaparecimento mais nacional.”</i></p> <p><i>“Conseguimos comprovar através do contacto com os parceiros, há um trabalho de recta guarda não visível, não valorizado muito intenso na equipa que faz a gestão dos casos. Fazemos um cruzamento de dados junto da escola, junto da comissão, em contacto directo com as famílias, quando temos dados para isso, e a partir daí consegue-se com dados oficiais e junto das forças de segurança também, a polícia faz um trabalho connosco nesse sentido. E por vezes até pedimos apoio à polícia para ir identificar ou pedir a identificação da criança porque sai da nossa esfera de intervenção e nós não duplicamos papel ate porque nem queremos ser confundidos com a polícia, não é? Queremos a confiança dos miúdos. Outra maneira é, por vezes ter paciência e conquistar a confiança e o próprio miúdo deixa de mentir e revela-nos a verdadeira identidade porque ganhou confiança na equipa e essa é a parte de mais satisfação dá, e aí não mentem.”</i></p> <p><i>“Portugal não tem uma base de dados única, tipo raio-X do cidadão, é mesmo com o cruzamento de dados e com a averiguação de retaguarda, um trabalho sistemático de interligação institucional.”</i></p>
--	--

Quadro 6.2. O papel do Serviço Social na intervenção

E.1	<p><i>“A criança tem de ser perspectivada com base na observação e na visão das várias áreas que são importantes para a vida da criança, acaba por ser um problema social de todos nós, envolve diferentes áreas da sociedade.”</i></p>
------------	---

	<p><i>“Tem toda a relevância, somos fundamentais para a implementação de medidas de promoção e protecção porque estamos num contacto mais próximo da realidade, mais do que quem decide. Portanto, se não somos nós a dar a voz a estas crianças, as leis não podem ser ajustadas á realidade. Nós temos um papel muito importante a este nível, ao nível da pressão, ao nível da construção de leis que permitam dar uma resposta mais eficaz aos problemas que encontramos.”</i></p>
E.2	<p><i>“Não é só responsabilidade do serviço social, claro que não!”</i></p> <p><i>“Multi e inter até porque as nossas equipas são constituídas por diferentes técnicos e diferentes saberes. Nós não trabalhamos sozinhos, temos de ver o todo, e por isso não se cinge só ao nosso olhar.”</i></p>
E.3	<p><i>“Eu acho que é uma problemática, não pode ser só entendido como um problema do serviço social, mas há uma quantidade de factores. Se pensarmos o que é que leva uma criança à rua, e começa a pensar que há uma quantidade de factores que podem permitir que isso aconteça acho que percebemos. A questão do emprego, a questão da educação, da habitação, há uma quantidade de coisas que vêm de trás e acabam por ser condicionantes para que algo aconteça.”</i></p> <p><i>“O serviço social aqui é multidisciplinar... grande complementaridade de saberes...”</i></p> <p><i>“Eu penso que será capaz de se associar, que seja universal a qualquer uma das etapas. Pelo menos nós aqui, se eu pensar, não sei se estou a ir de encontro com a expectativa da Maria, mas se pensar por exemplo, o Bruno é assistente social de formação, só temos assim de formação base, no meu caso, eu quando me licenciiei era política social, agora é que passou a serviço social, temos outra colega que também e em termos de intervenção, de metodologia sempre se assemelhou para trabalharmos sempre todos com o mesmo fio condutor. Depois em termos do trabalho, da defesa da promoção dos direitos da criança o trabalho sempre foi muito consoante a filosofia da própria instituição, ouvir, captar aquilo que é a voz das crianças, incentivar a participação... se calhar estou a fugir à pergunta... Os assistentes sociais têm um papel de relevo nessas fases, sem duvida...”</i></p>
E.4	<p><i>“Este tipo de problemática multifacetada é da responsabilidade de todos os Ministérios, eles têm uma co-responsabilização interligada à justiça, a segurança social, a educação, a saúde, se pensarmos bem, uma criança de rua comporta em si só, um conjunto de problemáticas que diz respeito a todos os sectores”</i></p> <p><i>“Vou me centrar no actualmente, já passaram aqui varias, já tivemos momentos em que</i></p>

	<p><i>o Projecto teve mais elementos do que agora. Neste momento temos 27. Temos diferentes áreas, 9 áreas profissionais distintas, o que também é muito bom e importante. Aqui no Projecto Rua nós tentamos sempre que fossem de facto equipas multidisciplinares como eu já disse para lidar com esta problemática tão complexa e para aguentar até para gerir os próprios níveis de frustração que a equipa tem, é extremamente importante termos uma equipa multidisciplinar, uma abordagem mais sistémica dentro da acção. E então eu tenho aqui Técnicos de Política social, Auxiliares Administrativos, tenho técnicos superiores de serviço social, técnicos superiores de pedagogia social, animadores de rua e algumas especialidades, técnicos superiores de educação social e técnicos superiores de psico-pedagogia, técnico superior de psicologia criminal, ainda me falta dizer uma, técnico superior de psicologia social e das organizações.”</i></p> <p><i>“Uma diversidade sempre na ordem da complementaridade das diferentes equipas. ”</i></p> <p><i>“Eu considero na área da intervenção social como um todo, não como o serviço social, até porque tenho dois técnicos de serviço social no projecto e nós ate esquecemos as categorias profissionais. Falamos de intervenção como um todo, independentemente de ser de serviço social ou não.”</i></p> <p><i>“É na área da prevenção, essencialmente, intervenção nas causas, na área da recuperação e integração, abrindo caminhos, na reinserção, tem que se agir na emergência. E essencialmente, e aí é que deve haver maior investimento na área da adequação e das políticas levar não se resignar com o que há e apontar o dedo, mas ser promotor de mudança a nível do enquadramento e da adequação das medidas de política, participando nos estudos, nos questionários, tendo uma voz activa e pró-activa nesse domínio.”</i></p> <p><i>“Encontrar metodologias mais adequadas para aquele tipo de miúdos, quer ainda na perspectiva de conseguirmos criar pequenos grupos de interdisciplinar, quer nos grupos que nós chamamos grupos interinstitucionais, grupos comunitários, para trabalhar as problemáticas do bairro de uma forma sinérgica e integrada.”</i></p>
--	--

Quadro 6.3. Dificuldades na intervenção

E.1	<p><i>“E muitas vezes, quando vamos ter com eles, dizem que têm 20, têm 19, 18 anos e é difícil, nós não temos legitimidade para pedir identificação. Isso é uma das dificuldades que nós temos. É eles por vezes mentirem-nos acerca da idade que têm.”</i></p>
------------	--

“Em relação ao diagnóstico as dificuldades que nós encontramos tem a ver com a questão da mobilidade, tem a ver com o facto de o foco estar disperso, sei que vai falar em crianças de rua ou crianças a dormir na rua, nós temos se calhar a dormir em bairros, em casas de vizinhos, em casas abandonadas, que não estão propriamente aqui no centro de Lisboa, portanto, esse fenómeno, apesar de muitas vezes não ser visível, é um fenómeno que existe, a degradação habitacional, o facto de não terem sitio onde estar...”

“Ainda outra questão, tem a ver com o facto do Centro de Lisboa ter vindo a perder, ao longo dos tempos, alguma importância. Neste momento existem mais atracções para os jovens fora do centro da cidade”

“Mesmo em relação á prostituição, com o processo Casa Pia, os holofotes ficaram centrados, voltados para algumas zonas da Cidade, nomeadamente para o parque Eduardo VII, para o Instituto Superior Técnico a mesma coisa. Ou seja, de um momento para o outro, passamos a encontrar policia diariamente no Parque Eduardo VII, nas imediações do Técnico. Isto serviu para afastar de certa forma, menores, ou jovens que estariam na prática da prostituição.”

“O facto de estes jovens terem telemóveis, as redes sociais, podem marcar encontros noutros sítios que não os tradicionais porque se tiverem nos sítios tradicionais são um alvo fácil por parte da polícia. Muitas vezes em vez de estarem no parque Eduardo VII ou o Intendente estão num centro comercial e não dão nas vistas, e conseguem marcar os seus encontros, ir ter com os seus clientes, sem correrem o risco de serem identificados pela polícia. Ou seja, até mesmo ao nível da prostituição, o fenómeno não se resolveu, porque nós acreditamos que o problema continua a existir, ganhou foi outra dimensão, tornou-se cada vez mais escondida, o que também dificulta a nossa intervenção e a nossa observação.”

“E porque são jovens, nunca lhes acontece nada, portanto não perspectivam o tipo de problemas que podem vir a ocorrer. ”

“O Sistema de Protecção de Crianças e Jovens, apesar de estar muito bem conseguido, continua a não dar resposta a todas as crianças que nós encontramos, porque algumas destas crianças que são nomeadamente colocadas em instituições em regime de internato, instituições ligadas ao sistema de promoção e protecção, muitas vezes, como são colocadas em instituições abertas, acabam por fugir, porque não é possível controlar, as crianças, não estão fechadas, muitas vezes têm escola fora da instituição e muitas vezes estas viagens da instituição para a escola acabam por fugir. Isso é uma

das dificuldade que nós temos, pois a ideia era proteger estas crianças de riscos, mas esses riscos que foram pesados quando se criou esta resposta, como os maus tratos a família, violência doméstica, orfandade, etc. Mas quando o risco vem dentro do próprio jovem, que está numa fase de grande degradação emocional, muitas vezes não é possível protegê-lo porque ele pode tomar a iniciativa de fugir, e o que acontece é que ele foge, é encontrado pela polícia, é levado novamente à instituição, o jovem não quer estar na instituição, volta a fugir. E estamos a encontrar jovens que supostamente deviam estar a ser protegidos por todos nós, mas estão se a colocar em perigo. Têm problemas com a justiça, entraram a instituição como vítimas, mas que passam a cometer actos ilícitos, passam de crianças em risco para crianças agressoras, muitas vezes estas instituições também, porque não são muitas, acabam por estar lotadas de crianças em risco, é sinónimo de que estão lotadas de crianças com múltiplas vivências, algumas delas bastante problemáticas. Algumas já eram agressoras, e portanto é natural que a criança muitas vezes não se sinta acolhida e o que faz com que muitas vezes tenha que fugir. Os técnicos muitas vezes são poucos, não podem criar uma relação de proximidade, uma relação personalizada, porque são muitos os miúdos que lá estão, e portanto, as crianças muitas vezes fogem. Essa é uma das dificuldades que nós temos em arranjar medidas mais contentoras, que promovam o bem-estar dessa mesma criança para evitar que ocorram estas fugas que acabam por nos penalizar a todos e sobretudo à criança que se encontra em situação de fuga.”

“Estes jovens muitas vezes, mesmo que sejam menores, têm uma aparência envelhecida, com as pinturas, o recurso á maquilhagem, com as roupas que vestem, por vezes é difícil identificar a idade destes jovens.”

“Uma das dificuldades que nós muitas vezes temos, nomeadamente no que diz respeito à prostituição, tem a ver com a identificação das jovens e das idades das jovens.”

“Ao nível das crianças que fogem de casa ou de instituições, nós temos que admitir que estão num processo muitas vezes avançado de exclusão social, são crianças que já romperam com a escola, com os centros de formação, com o centro de saúde, portanto, quando os encontramos já estão numa fase muito avançada de degradação essa poderá ser uma das dificuldade que nós muitas vezes identificamos, tem a ver com a natureza do próprio grupo alvo, é uma dificuldade inerente ao trabalho propriamente dito.”

“As dificuldades é ao nível da inserção na escola sobretudo, ao nível do trabalho, que alguns quando têm idade para trabalhar, vão para o trabalho, mas como têm fraca resistência à frustração e como não toleram autoridades exteriores da entidade

	<p><i>patronal, ficam lá uma semana e não aguentam mais e portanto, uma das dificuldades que nos sentimos e que eles sentem é ao nível da inserção seja na escola seja no trabalho e esta dificuldade é cada vez maior em função do tempo que permanecem na rua ou desinseridos”</i></p>
E.2	<p><i>”Há situações que nos chegam de jovens que pelo seu percurso de sucesso na marginalidade, quando nos chegam é difícil a nossa equipa possa fazer alguma coisa.”</i></p> <p><i>“Estava a pensar também outro que abordámos, que a mãe estava a pedir com ele e que conseguimos o número de telefone, conseguimos falar com as pessoas quês estavam cá responsáveis em Portugal, vimo-nos para aí umas três ou quatro vezes. Depois nós íamos ligando para saber como é que estava a situação, estava a mendigar porque o menino tinha um problema de saúde, e portanto ela estava em vias de ser acompanhada pelo hospital, depois vamos para o hospital e não havia ninguém com este registo, portanto as informações que nos dão são para despachar, depois a ultima vez que eu soube a senhora que estava com eles cá em Portugal disse que eles iam fazer o tratamento que é necessário, porque o senhor, até me deu o nome, decidi ajudar-los e portanto... o facto é que nós nunca mais os vimos nas zonas onde eles costumavam estar, nunca mais os vimos a pedir.”</i></p> <p><i>“Esta flutuabilidade das crianças, dos jovens, isto é uma dificuldade”</i></p> <p><i>“Nós temos uma rede de metro que é muito fácil de entrar e que percorre, as várias pontas da cidade, portanto, não é preciso estar... é fácil chegar ao centro, a mobilidade é uma coisa recorrente. Se pensarmos que um miúdo que vem para Lisboa e mora ali no Cacem, por exemplo, as nossas miúdas moram, temos algumas por aí, metem-se no comboio e andam por aí”</i></p> <p><i>“Miúdos que fogem de instituições e que depois roubam, nada lhes acontece, durante muito tempo da sua pratica são bem sucedidos e portanto aprendem imensas coisas e o sentido da impunidade faz com que ainda se tornem mais ousados”</i></p> <p><i>“Em termos legais aquilo também não funciona, porque faz uma asneira e depois nada lhe acontece e vai fazendo, e vai fazendo...”</i></p> <p><i>“Estou a pensar, uma miúda conhece alguém e vai logo, não pensa nas consequências, no risco, não tem medo, nem pensa, não sabe se tem medo ou não, não pensa em nada. Falta de sentido crítico, pensar nas consequências dos seus actos, de não ter objectivos de vida...”</i></p>

“Se um miúdo por exemplo, que nos chega e nós também com a palavra quero ir para um curso de formação em que é preciso que haja rotinas, que tenha ou na instituição ou em casa regras de deitar, de estar, coisas tão pequenas como essas, de se ter que conversar depois com alguém, e quando nós queremos fazer um trabalho destes a um miúdo que nos chega assim em que diz o que apetece, chega às horas que, portanto, não há controlo nenhum, aquela cabeça é completamente desorganizada”

“Podemos ser amigos mas ele também tem que se orientar e procurar a sua vida e quando queremos pôr alguma rotina é muito difícil, ou não aparece, ou não está disponível...”

“Devia haver uma medida qualquer que os mantivesse num sítio e depois aí ou nós ou com as instituições pudesse então trabalhar esta pessoa que precisa. E muitas vezes, agora estou me a lembrar desse porque tem sido com muita frequência estas situações de miúdos que se perdem e depois já são muito maiores e pronto, aquilo vai descambando, quando se podia actuar quando ele se calhar tinha 10 anos, quando tem 16 anos depois é preso e depois por aí fora.”

“Há um outro que também está em casa da família, que também não está a fazer nada de especial, porque nem tem competências... Estamos a falar de um miúdo que tem quinze anos, não tem habilitações nenhuma, ele quer ir para um curso, mas para ir para o curso ele tem que ter o quarto ano, ora ele tem para aí o terceiro ano. E para ter essas competências de primeiro ciclo vai ter que ingressar para a escola, mas um miúdo de quinze anos com crianças de sete anos não é fácil, quer dizer, eu própria não iria. E já articulámos com outras instituições que acompanham e realmente é um caso muito difícil porque por enquanto não há resposta para este jovem e entretanto ele esta em casa dos familiares, não sabemos muito bem, não pode ser empregado, não tem habilitações, não tem idade, não tem conhecimentos...”

“O facto também de muitas vezes pensarmos “será que estamos a fazer a abordagem de maneira correcta? De modo a que a pessoa não se sinta assustada e depois desapareça”

“Abordamos uma vez e depois se calhar nunca mais o vimos. É complicado.”

“Houve, à muito tempo a trás, uma situação de um miúdo, ele é romeno, ele andava a pedir e depois conseguimos chegar até onde ele morava, morava numa pensão e depois ate conseguimos trabalhar com a mãe, mas isto são coisas raras. Depois também tivemos envolvidos com o SEF, ajudar esta mãe a fazer alguma coisa, para o menino ir

	<p><i>para a escola e etc.”</i></p>
E.3	<p><i>“Por vezes há jovens que estão já demasiado envolvidos em determinadas redes, nomeadamente trafico, e o facto de eles receberem quantias, por vezes, astronómicas, pelos serviços que vão prestando, e nós não damos nada a ninguém, ”</i></p> <p><i>”Quando encontramos jovens na prostituição por vezes consegui-los levá-los a pensar que se calhar é importante retomarem os estudos, terem uma formação para depois conseguirem um emprego, mas para isso têm que largar a prostituição, eles pensam “se eu em duas noites se calhar ganho aquilo que ganharia num mês de trabalho””</i></p> <p><i>“O grupo de pares às vezes pode ter uma influência negativa, é como se houvesse um anjinho e um diabinho”</i></p> <p><i>“São jovens de risco que normalmente vivem o mundo na crença da imunidade pessoal, ou seja, “eu não corro qualquer tipo de risco porque eu tenho a plena noção daquilo que faço, a mim nunca me acontecerá nada”. É evidente que as coisas não são bem assim, portanto, não estamos imunes a tudo e basta apenas um descuido que a realidade se torna em diferente.”</i></p> <p><i>“A internet, os SMSs, telemóvel é muito fácil hoje em dia comunicar e acordarem as condições, o local, tudo, sem ser necessário que o jovem esteja exposto ali.”</i></p>
E.4	<p><i>“Somos quase resilientes como os miúdos, o projecto de rua tem que se recriar todos os dias em termos de criatividade e metodologias para ir ao encontro e para conseguir alternativas porque as barreiras são imensas.”</i></p> <p><i>“Temos muitos concorrentes desleais, os exploradores das crianças, que nós, naquele contexto, estamos a atrapalhar, e algumas das crianças também consideram isso naquele contexto, estão a trabalhar...”</i></p> <p><i>“Os exploradores dos miúdos que os aliciam para outros programas por vezes com incentivos monetários mais concorrentes que os nossos, nós não damos nada aos miúdos se não o afecto e as propostas de reinserção pela positiva, mas é engraçado mas eles a curto prazo preferem, sentem, mas é preciso é termos oportunidade para os fazermos passar por estas experiencias positivas”</i></p> <p><i>“Algumas delas mentem imenso e nós já sabemos que mentem” “Algumas vezes perdemos o rasto, algumas crianças nós vemos uma vez e depois passado um mês é que voltamos a ver ou outras nem se quer vemos, porque infelizmente esta problemática do desaparecimento e das fugas hoje em dia, por isso é que há esta relação europeia, há</i></p>

muito movimento alem fronteiras e vão mesmo para outros países, por isso é que depois faz-se ligação com os menores migrantes não acompanhados, como nós temos aqui crianças de Leste que não têm família, que estão sozinhos num país sem o enquadramento familiar, isto requer um trabalho de retaguarda com outros meios, com outras condições.”

“Acabamos por conseguir colmatar um bocadinho esta vulnerabilidade na nossa intervenção que é a dispersão e o movimento dos próprios méis de transporte, então nós fazemos movimentando-nos também da mesma maneira que eles se movimentam.”

“Desconcertação e sobreposição de dados e informação, fazem perder tempo e andar à procura, devia haver uma maior plataforma de organização, há tentativas mas ainda podíamos fazer melhor neste campo.”

“Outra das barreiras tem a ver com o próprio comportamento, não se pode dizer que é uma barreira, é uma dificuldade, o próprio sentido de impunidade que os próprios miúdos têm e de tanto face aos seus comportamentos como também ao risco que eles põem a sua própria vida, acham que as doenças não lhes fazem mal, eles acham que nada lhes toca e isso às vezes é uma barreira à nossa intervenção à adesão ao projecto, porque eles desvalorizam um bocadinho a situação em alguns casos”

“Falta de meios adequados e politicas adequadas a esta especificidade deste tipo de crianças, porque é um grupo alvo muito à margem, muito fora de qualquer padrão, sem requisitos mínimos para nada, que a própria sociedade e respostas existentes os barram. Se não tiver o 6º ano não pode entrar nos cursos de formação, se não tiver um comportamento adequado e o mínimo de escolaridade face à idade a própria escola os rejeita apesar de haver já muitas medidas flexíveis, mas na prática estas crianças também são muito rejeitadas pelo próprio sistema e pela própria sociedade e isto é verdadeira barreira para nós.”

“E a própria frustração da equipa na ausência de resultados, porque não entra carne e sai chouriço, não há um investimento imediato e há que ter uma gestão interior de emoções e expectativas do próprio técnico face ao problema que têm em mãos e alguns técnicos ou alguns interventores dizem “eu não consigo” e outros sentem-se felizes e conseguem e sentem-se úteis. Porque se não tivermos uma empatia grande com esta problemática, uma flexibilidade e uma entrega quase para além do profissional, temos de ser voluntários, técnicos no saber mas voluntários na acção também não dá porque não podemos chegar às cinco arrumar os papéis e ir embora, são vidas, são crianças e isto por vezes pode ser, se não tivermos estas competências pode ser um entrave estar

aqui.”

“E há formas de colmatar, isto não é assim impossível e uma grande aposta, não falámos muito, mas é importante, tem a ver com a formação contínua dos trabalhadores.”

“Nós gostamos muito, já que isto é tão pesado, gostamos de apostar em metodologias de intervenção e temáticas pela positiva, ou seja, nós sabemos o que é que eles têm de mal, já está diagnosticado, os parceiros passam a vida a dizer, a comunicação social também, não vamos entrar pela mesma onda, então, nós tentamos procurar “o que é que eles de positivo têm? O que é que eles de competências têm por muito mínimas que têm que possam ser potenciadas e reforçadas?” e é nesta perspectiva que vamos sempre intervindo, porque se não, não conseguimos.”

“É uma das barreiras também da intervenção, não quer dizer que seja mau, é dificuldade, é que eles cada vez têm mais sinais exteriores.”